

ANEXO IV: RELATORIOS DOS GRUPOS DE TRABALHO

<i>Pilar I</i>	<i>Macroeconômica, pobreza e gestão das finanças publicas</i>	2
	Crescimento e Estabilidade Macroeconómica	2
	Análise da Pobreza e Sistemas de Monitoria	6
	Orçamento	11
	Reforma Tributária	18
	Reforma do Procurement	24
	Reforma do SISTAFE	29
	Auditoria Interna	35
	Auditoria Externa	40
<i>Pilar II</i>	<i>Boa Governação</i>	45
	Reforma do Sector Público	45
	Descentralização	50
	Legalidade e Justiça	54
<i>Pilar III</i>	<i>Desenvolvimento Económico</i>	59
	Sector Financeiro	59
	Sector Privado	64
	Sector Agricultura	66
	Sector de Estradas	71
	Sector da Energia	74
	Sector das Pescas	79
<i>Pilar IV</i>	<i>Capital Humano</i>	82
	Saúde	82
	Educação	86
	Água e Saneamento	93
	Habitação	97
	Mulher e Acção Social	99
<i>Pilar V</i>	<i>Assuntos Transversais</i>	104
	HIV/SIDA	104
	Género	114
	Segurança Alimentar e Nutricional	117
	Programa de Acção sobre Minas	121
	Ambiente	126
	Calamidades	130
	Ciência e Tecnologia	133
	Desenvolvimento Rural	137

Crescimento e Estabilidade Macroeconómica

1. Sumário Executivo

A economia manteve o ritmo elevado de crescimento dos anos anteriores com uma taxa de crescimento real do PIB de 8,5% em 2006, acima do objectivo do Plano Económico e Social. Os sectores que mais cresceram em termos de valor bruto de produção foram a agricultura (11,1%), a construção (23,6%) e os transportes e comunicações (21,2%). A agricultura recuperou após a seca do ano de 2005. A taxa de inflação média anual em Moçambique de 13,6% em 2006 ultrapassou a meta do PES de 7,5%, tendo a taxa acumulada sido de 9,4% em Dezembro. A depreciação acumulada da taxa média do Metical face ao Dólar americano até Dezembro de 2006 foi 5,7%.

A base monetária de 14,7 milhões de Meticais em Dezembro 2006 excedeu o valor programado em 0,7 milhões de Meticais. As reservas líquidas internacionais elevaram o seu saldo para USD 1.231 milhões equivalente a 5,8 meses de cobertura de importações e ultrapassando a meta programada. Apesar do crescimento das taxas de juro em 2006, o crédito à economia incrementou num montante nominal de 6,2 mil milhões de Meticais correspondendo a um acréscimo de 29,2%.

De 2005 para 2006, o valor das exportações subiu em 34% e 45% referentes aos grandes projectos e aos restantes bens, respectivamente, revelando dinamismo no comércio internacional. O nível de endividamento externo reduziu com a iniciativa MDRI, devendo criar mais espaço para o aumento nas despesas em áreas públicas para promover o desenvolvimento. Contudo, a economia continua sujeita ao risco de agravar o endividamento e está vulnerável às calamidades naturais.

2. Relatório

A economia manteve o ritmo elevado de crescimento dos anos anteriores, com uma taxa de variação real do PIB de 8,5% em 2006 (preliminar). O Plano Económico e Social (PES) de 2006 previu um crescimento de 8% do PIB. Contribuíram para este desempenho positivo o crescimento do valor bruto de produção da agricultura (11,1%), construção (23,6%) e transportes e comunicações (21,2%). O crescimento da agricultura em 2006 deve-se em parte à recuperação dos níveis de produção mais baixos em 2005 devido à seca nesse ano. A construção continua a ser influenciada pelo crescimento do investimento público em infraestruturais como a construção das pontes sobre os rios Zambeze, Limpopo e Lugela e as obras de ampliação da EN1. O aumento do valor bruto de produção das comunicações (29,7%), dos transportes aéreos (28,4%) e dos transportes marítimos e cabotagem (30,3%) contribuíram para o crescimento do sector dos transportes e comunicações.

A inflação média anual de 13,2% em 2006 situou-se acima da prevista no PES 2006 (7,5%). O agravamento da inflação ocorreu até ao mês de Abril altura que atingiu o pico de 17,1%, como resultado do fraco ano agrícola em 2005, do agravamento dos preços internacionais do petróleo e da pressão da taxa de câmbio MT/USD ao longo do ano. Em face das medidas tomadas e da conjuntura ela foi decrescendo até atingir 9,4%, em termos acumulados em Dezembro de 2006, representando uma redução de 1,8 p.p em relação a 2005. Os cinco produtos que mais

contribuíram para o agravamento do índice de preços no consumidor em Moçambique em 2006 foram o carvão vegetal (0,79 pontos percentuais), peixe fresco (0,69 p.p), carapau (0,59 p.p.), tomate (0,55 p.p.) e o pão de trigo (0,45 p.p.).

O Metical depreciou em relação Dólar americano durante 2006 atingindo em Dezembro uma taxa acumulada média de 5,7%, contra 27,3% no ano de 2005. A relativa estabilidade cambial de 2006 deveu-se aos: (i) efeitos positivos produzidos pelas medidas excepcionais introduzidas em finais de 2005; (ii) ao crescimento da confiança no mercado manifestado pelo incremento das transacções interbancárias de divisas; (iii) afinamentos realizados em toda a cadeia do complexo processo de importação de combustíveis; (iv) ao aumento das vendas de divisas pelos exportadores aos bancos comerciais. O Metical apreciou em relação ao Rand sul-africano chegando a uma taxa acumulada média de 4,4% em Dezembro 2006.

As Reservas Internacionais Líquidas (RILs) registaram um incremento de USD 288 milhões no ano de 2006, elevando o seu saldo para USD 1.231,1 milhões, equivalente a 4,4 e 5,8 meses de cobertura de importações de bens e serviços não factoriais, incluindo e excluindo os grandes projectos, respectivamente. A meta do PES 2006 apontou para um nível de RILs que financiassem 4 meses de importações de bens e serviços não factoriais.

A Base Monetária de 14,7 milhões de Meticais em Dezembro 2006 excedeu o valor programado em 0,7 milhões de Meticais. As notas e moedas em circulação foi a componente da Base Monetária que mais contribuiu para que se excedesse as previsões deste agregado. Este resultado deveu-se à procura por cash associado à quadra festiva e campanhas de comercialização agrícola (algodão e castanha de caju); e efeito da gradual introdução do Metical da nova família, recordando que a 31 de Dezembro terminou o prazo da dupla circulação de notas e moedas da antiga e nova famílias do Metical, o que levou os bancos comerciais a aumentar a sua prudência, a medir pelo elevado valor que mantiveram em suas caixas.

A tendência decrescente nas taxas de juro sobre o crédito ao sector privado, observada entre 2003 e 2005, reverteu-se em 2006. A taxa média sobre empréstimos em Metical com maturidade de um ano subiu de 19% no fim de 2005 para 23% no segundo semestre de 2006. A taxa de juros sobre empréstimos em moeda externa subiu de aproximadamente 8% para 11% no mesmo período, embora a tendência neste caso tenha sido de subida desde 2003. Assim, a redução no custo de financiamento doméstico que se verificou entre 2003 e 2005, quando se elevou o endividamento em moeda externa, foi interrompida. Contribuíram para estes efeitos: a evolução nas taxas de juro sobre bilhetes do tesouro; restrições impostas sobre o endividamento em moeda externa; volatilidade na taxa de inflação; persistência de um alto spread e aparente falta de competitividade no sector bancário.



O crédito à economia cresceu num montante nominal de 6.198 milhões de Meticais (29,2%), dos quais, 8.097 milhões de Meticais em moeda nacional, com redução de 1.899 milhões de Meticais no crédito denominado em moeda estrangeira (equivalente a USD 103 milhões). O gráfico à esquerda ilustra o crédito distribuído por sector (Banco de Moçambique).

Em termos de investimento directo estrangeiro, registou-se a entrada líquida de fundos de cerca de USD 74,5 milhões até Setembro 2006, indicando uma redução em relação a USD 107,9 milhões em 2005 (PES 2006). Em contrapartida, em

2006 foram aprovados 157 projectos totalizando um investimento de cerca de USD 847 milhões e susceptíveis de criar 19 mil postos de trabalho (Centro de Promoção de Investimentos).

O défice da balança comercial de bens situou-se em Dezembro de 2006 em USD 225,3 milhões, o que representa uma redução em 55% em relação ao défice em 2005 no valor de USD 497 milhões. O desempenho é positivo considerando que o PES 2006 previu um agravamento do défice comercial em 10% relativamente a 2005, correspondendo a USD 546,8 milhões. O acréscimo em 34% no valor das exportações dos grandes projectos deveu-se largamente à subida do preço de alumínio no mercado internacional e ao aumento do volume exportado de energia eléctrica e gás.

Retirando o efeito dos grandes projectos, o défice da balança comercial reduz em 6%, tendo o valor das exportações crescido em 45% de 2005 para 2006. O valor das exportações de açúcar quase duplicou com o acréscimo de 10 mil toneladas e uma subida no preço internacional. Das restantes exportações destaca-se o aumento nas quantidades exportadas da castanha de caju (valor cresceu 16%), do tabaco (aumento de USD 66 milhões), do camarão (receita cresceu em 45%), com a expansão da água cultura e da madeira (crescimento do valor de exportação em cerca de 44%). A aplicação do Decreto 12/2002, interditando a exportação em toros de espécies de primeira classe, originou o incremento de exportações deste tipo de madeira serrada.

O valor das importações de bens de USD 2.616 milhões foi superior ao previsto no PES 2006, USD 2.349 milhões. As importações dos grandes projectos, até Dezembro ultrapassaram o previsto no PES 2006 em cerca de 96%, enquanto que as dos restantes agentes económicos foram realizadas em cerca de 98%.

Destacam-se as importações de medicamentos (crescimento de 27%) e de automóveis (20%). As importações de matérias-primas e bens intermédios cresceram 26%, destacando-se a importação de combustíveis, com um incremento de 33%. Em resultado do aumento das quantidades importadas de (i) gasóleo em 14% (passaram de 330.796,7 toneladas métricas em 2005, para 377.440 toneladas métricas em 2006) e (ii) gasolina em 9% (76.680,7 toneladas métricas em 2005, para 83.625,7 toneladas métricas em 2006).

O défice da balança de transacções correntes até Dezembro de 2006 registou 71% do previsto no PES de 2006. Este resultado deve-se ao facto de (i) o défice da conta parcial de bens representar 41% do que tinha sido previsto no PES até Dezembro de 2006, como consequência do aumento das exportações líquidas dos grandes projectos em USD 190 milhões; e (ii) as transferências correntes, designadamente, donativos para programas especiais, donativos para a importação de medicamentos, donativos em espécie e donativos para “outros sectores” terem sido realizadas em 17% acima do programado para 2006 (Banco de Moçambique).

Não obstante o défice da conta parcial de rendimentos ter agravado quando comparado com 2005, devido essencialmente ao aumento dos lucros e dividendos repatriados pelas grandes empresas de investimento directo estrangeiro (IDE), as receitas provenientes da transferência dos rendimentos de mineiros moçambicanos a trabalhar na República da África do Sul cresceu 9%, ao passar de USD 50,3 milhões em 2005, para USD 54,6 milhões em 2006.

As transferências de capital previstas no PES 2006 foram ultrapassadas em cerca de 76%. Isto deveu-se ao aumento das entradas de fundos provenientes dos principais parceiros de cooperação internacional para o apoio ao Orçamento do Estado, na componente de projectos de investimentos em infraestruturais socio-económicas.

O PES 2006 previu a entrada líquida de recursos financeiros em USD 303 milhões. Contudo, registou-se até Dezembro de 2006 a saída líquida de recursos financeiros na ordem de USD 1.161 milhões. Reflecte, essencialmente, o perdão da dívida externa no âmbito da iniciativa MDRI (USD 154 milhões pelo FMI e USD 1.306 milhões pela Agência Internacional de Desenvolvimento, para além do montante referente ao Banco Africano de Desenvolvimento, não especificado aqui). A iniciativa MDRI repercutiu-se igualmente no saldo global e no financiamento, que apresentam em 2006, o quádruplo da necessidade de financiamento prevista no PES 2006.

A proporção das receitas públicas totais sobre o PIB de 193.322 milhões de Meticais situou-se em 14,2% em 2006. O indicador 32 do PAF indicou uma meta de 14,8%.

Resultados recentes de inquéritos estatísticos do INE

- O Relatório Final do Inquérito Integrado à Força de Trabalho em 2004-05 indica que o desemprego nacional se situou em 18,7%.
- Os Resultados do Primeiro Inquérito Nacional ao Sector Informal em Moçambique em 2005 apresentam um número total 7,7 milhões de trabalhadores do sector informal, com 7 e mais anos de idade. A proporção do sector informal sobre o total da população de 19,4 milhões situa-se nos 39% e até 75% de trabalho exerça uma actividade informal.

Análise da Pobreza e Sistemas de Monitoria

1. Sumário Executivo

Relativamente a meta do QAD 2006 “**Estrutura e qualidade melhorados do PES e do Balanço do PES**”, é de destacar que a estrutura do PES e do BdPES foi modificada no sentido de melhorar a sua qualidade, com enfoque na: (i) integração com maior ênfase dos assuntos transversais na vertente sectorial; ii) na análise sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio (ODM’s) e, iii) introdução da matriz do QAD como anexo ao PES e BdPES. A qualidade de análise no BdPES não registou melhoria significativa no entanto já se reportam evidências de influência de estudos na melhoria das intervenções nos sectores.

Considerando estes aspectos, julga-se que apesar de se ter registado progresso significativo, **a meta em si não foi atingida** devido a um conjunto de factores, tais como, tempo, recursos e necessidade da adequação dos instrumentos, interligado no contexto do processo de revisão do PARPA II, decorrente no momento da elaboração do PES2006, que em si, implicou uma reflexão e revisão da abordagem do PARPA II (em 3 pilares) e introdução de instrumentos de monitoria (matriz estratégica) que tem impacto na estrutura do documentos do PES e BdPES, como instrumentos operacionais do PARPA II.

Neste contexto, se identificam como desafios: a) o melhoramento do alinhamento entre o PES e o BdPES, para uma efectiva planificação e monitoria incluindo a reflexão sobre inclusão de uma secção específica sobre análise e monitoria da pobreza; b) melhoria da componente analítica quantitativa e qualitativa do BdPES e ligação entre este e o PES especificamente, através de introdução de metas para a medição do progresso nas diferentes áreas incluindo a utilização dos resultados dos estudos e, o efeito cruzado do desempenho entre as diferentes áreas e, a desagregação dos dados por sexo, onde for possível.

Dentre as lições aprendidas destacam-se a importância da mensurabilidade da própria meta do QAD na área da monitoria e a necessidade de um esforço deliberado para melhorar a utilização das análises de qualidade existentes para efeito de melhoria das políticas públicas.

As prioridades para 2007 são: incentivar o uso da informação para melhorar o PES incluindo introdução das metas (programadas e realizadas) sectoriais e, o BdPES; realização do estudo sobre o sistema de planificação e monitoria; implementação do novo CFMP (usando as metas do PARPA para a orçamentação e melhorar a desagregação dos dados por sexo).

2. Avaliação do Desempenho do Governo em 2006

Desempenho em Relação ao Indicador do QAD

No âmbito da harmonização dos instrumentos de médio e curto prazo houve progresso consistente no alinhamento do CFMP, PARPA, PES, OE, contribuíram para este resultado as seguintes acções: i) acompanhamento e capacitação técnica ao nível sectorial e provincial; ii) discussões internas (MPD/MF), revisão da metodologia e respectivo alinhamento do CFMP ao OE; iii) início do exercício de custeamento dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio através do CFMP

(baseada na análise de políticas e estratégias), onde se realizaram várias sessões de discussão/apresentação das metodologias de *Costing* e apresentação de experiências/exemplos de alguns sectores (nomeadamente: Águas, Educação e Saúde).

Ainda, no âmbito da planificação descentralizada, importa destacar o acompanhamento das actividades desenvolvidas e estágio da implementação dos Projectos de Investimento em alguns distritos inserida no acompanhamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado (LOLE) e do funcionamento dos Conselhos Consultivos Locais do Estado (CCLs), tendo em conta as áreas temáticas: a) Nível da planificação participativa; b) Processo de Participação comunitária; c) Orçamento de investimento local (OIL), sobre identificação de priorização de projectos e sua execução; e, d) Finanças Distritais no que se refere a contabilidade incluindo implementação do SISTAFE, receitas locais e necessidades de capacitação, informação para a elaboração do relatório sobre o impacto de OIL.

Como resultados, houve melhoria do PES/OE de 2007 em termos de alinhamento dos limites orçamentais, estimativas de custos estabelecendo as projecções orçamentais de médio prazo do CFMP para as acções e metas programadas no PARPA.

Em termos de lições apreendidas, o exercício programação orçamental contribuiu para a melhoria da abordagem dos sectores na estimativas de custos dos serviços que prestam a sociedade, orientando e responsabilizando mais os sectores para um programação orçamental médio prazo, orientada para os resultados onde as actividades do PES são alinhadas ao OE ao nível operacional.

Deste modo, perspectiva-se para 2007, a continuidade no reforço da consistência entre os instrumentos de planificação acima referenciados; o melhoramento da metodologia de elaboração do CFMP, tendo em conta agora as experiências e complexidade do processo de orçamentação programática e ao custeamento dos ODMs, realizando exercícios pilotos em alguns sectores; e, a conclusão e publicação do relatório no âmbito das visitas aos distritos no acompanhamento da LOLE e os projectos de Investimento local (OIL).

Sistema de Planificação, Monitoria e Avaliação do PARPA

No âmbito do reforço e consolidação do Sistema de Planificação, M&A, ao nível central e provincial foram realizadas as seguintes actividades: i) capacitação ao nível provincial e distrital na área de planificação, M&A e integração dos assuntos transversais nos planos; ii) instalação da Base de dados do PES/BdPES ao nível provincial; iii) realização de 11 sessões de Observatórios Provinciais, que de uma forma geral, se caracterizam pela fraca qualidade da participação da sociedade civil quer em termos presença e na qualidade de intervenções.

No âmbito da Estratégia de Comunicação do PARPA II, foram elaborados materiais de divulgação do PARPA II (Postais, Calendários, Panfletos, Brochura simplificada, Página da *web* (OP), sendo estes dois últimos materiais a serem concluídos e disseminados em 2007) de forma a apoiarem no processo de conhecimento e implementação do PARPA.

Com resultado, houve reforço da capacidade técnica ao nível provincial e distrital nas áreas de planificação e M&A, na abordagem dos assuntos transversais, nos aspectos da monitoria participativa através da criação dos secretariados técnicos dos OPPs, introdução da matriz estratégica como instrumento de monitoria, reforço da integração do PARPA nos planos

provinciais; relançamento da M&A qualitativa, sendo estes e outros aspectos inseridos na área de planificação, M&A ao nível central havendo como recomendação a necessidade de desenvolver um plano de acção de planificação, M&A eficaz no sentido de consolidar as boas práticas e fazer face aos desafios que se colocam para o ano 2007.

No quadro das lições apreendidas é de destacar o cometimento do governo para a institucionalização da monitoria e planificação participativa através dos OPPs. Com efeito as sessões plenárias das províncias incluem não só a apreciação do progresso registado mas também a discussão dos planos. Este esforço não só permite a coordenação intersectorial e, entre sectores e parceiros, mas também, a integração das recomendações resultantes da monitoria no processo normal de planificação.

Com principais desafios para 2007, importa destacar a necessidade da institucionalização dos OPPs, capacitação e fortalecimento da área de planificação, M&A orientada para os resultados; fortalecimento da base de dados a nível provincial e central (estabelecimento de cooperação e ligações com as estatísticas do INE (ESDEM)); a operacionalização da matriz estratégica e acções de divulgação, consciencialização sobre o PARPA II como instrumento de planificação, orientador nas acções no combate a pobreza.

Análise da Pobreza

Para responder o objectivo da análise da pobreza que é fundamentalmente fornecer uma base de informação para a formulação e análise das políticas públicas, foram realizados estudos quantitativos e qualitativos pelo MPD em colaboração com outros parceiros.

Destes estudos se pode destacar os seguintes:

- *Mercados rurais de emprego*; analisando a informação sobre modalidades de pagamento, salários e outras condições de trabalho, o estudo conclui que é muito difícil focalizar as estratégias de redução da pobreza nas zonas rurais devido as grandes disparidades entre e dentro das zonas rurais e a heterogeneidade e segmentação do mercado rural de trabalho.
- *Relações sociais da pobreza rural na zona norte do país*; o estudo demonstra a utilidade de combinar abordagens e métodos quantitativos e qualitativos na pesquisa aplicada sobre a pobreza, e defende a coordenação ou simplificação dos estudos qualitativos para aumentar a sua utilidade e impacto e; conclui que embora as estruturas de apoio tradicionais nas comunidades estejam ainda intactas e sejam importantes, a pobreza tende todavia a excluir os mais pobres num contexto onde as pessoas dependem de relações recíprocas.
- *Estimação da pobreza para grupos pequenos: o caso de pessoas portadoras de deficiência*; nesta análise os dados descritivos e os resultados são consistentes na indicação de que as pessoas portadoras de deficiência em Moçambique estão economicamente em desvantagem relativamente ao resto da população Moçambicana, mas a diferença não é muito grande, sendo estatisticamente significativa apenas ao nível nacional. De notar que o estudo descreve o ponto de situação de acordo com o censo de 1997. Desde então Moçambique tem mostrado consideráveis progressos na redução da pobreza, mas não se sabe ainda se os portadores de deficiência tem os mesmos benefícios que o resto da população.
- *A pobreza na Infância em Moçambique* – Uma Análise da Situação e das Tendências, dentre os resultados destaca que as crianças das áreas rurais encontram-se em piores condições que seus pares nas zonas urbanas sugerindo uma distribuição mais equitativa dos recursos entre

províncias/zonas priorizando aquelas que apresentam os indicadores de pobreza infantil mais alarmantes. Mais indica que, o progresso no sentido de reduzir a pobreza é prejudicado pela pandemia do SIDA o que resulta no enfraquecimento da capacidade dos actores fundamentais para prestação de cuidados e protecção da criança.

Ainda neste contexto, foi aperfeiçoada metodologia que permite a estimação da pobreza usando Indicadores Básicos de Bem-estar (QUIBB) e os resultados preliminares estão a ser objecto de discussão que deverá culminar com a validação da metodologia.

É importante reflectir em que é que estes e outros estudos contribuem. Primeiro, os estudos têm contribuído para o estabelecimento de uma base razoavelmente sólida e bem conhecida da situação nas zonas urbanas e rurais assim como a evolução da redução da pobreza ao longo do tempo. Esta informação tem claramente contribuído para um debate sobre políticas com influência na tomada de decisão de forma mais ampla. Como um exemplo, a decisão a escala macro de investimentos profundos contínuos nos programas de educação no PARPA II foi significativamente justificado em parte pela forte associação entre os níveis de educação e no geral com os vários indicadores de bem-estar. De alguma forma em menor escala, os dados de inquéritos também confirmaram as tendências observadas na informação de origem administrativa tais como distâncias ao poço, acesso a estrada, e taxas de vacinação das crianças. Finalmente estudos informam um grande número de decisões; influenciam frequentemente as tomadas de decisões do governo e forma de cooperação dos parceiros nacionais e internacionais.

É importante anotar que estes estudos não necessariamente orientam para conclusões de políticas. O último estudo acima por exemplo concluiu que as pessoas portadoras de deficiência são significativamente mais pobres. Isto por um lado orienta para casos de intervenção específica mas por outro lado, o resultado não é particularmente forte estatisticamente e a diferença no bem-estar (medido pelo valor do consumo do agregado familiar) não é grande. Neste caso e como em muitos outros, os estudos providenciam subsídios para o debate mas não predeterminam a decisão de políticas.

Os desafios/perspectivas para 2007 são: apresentação dos resultados da pobreza usando o IFTRAB; aperfeiçoamento da metodologia e actualização dos índices da pobreza para os distritos usando o IAF 2002-03; a reflexão sobre a realização do próximo IAF; finalização e publicação do estudo sobre a dinâmica da pobreza rural usando dados de rendimentos das famílias, iniciado em 2006. Incentivar através da melhoria da estrutura e qualidade do PES e do BdPES a referência a/ou uso dos resultados dos estudos para efeitos de planificação.

Embora a um nível ainda por determinar, os sectores tem vindo a realizar estudos com implicações sobre abordagens e recursos que por inexistência de mecanismos que permitam destaca-los e conseqüentemente incentivar essas práticas por todos os sectores passam despercebidos. A proposta de integração de uma sessão sobre análise de pobreza e monitoria no PES e BdPES aliada a um investimento maior sobre estudos orientados para influenciar políticas pode contribuir para cobrir essa lacuna.

3. Recomendações / Lições Chave Aprendidas

Sistemas de Monitoria do PARPA

- O Governo continuará com o seu compromisso na consolidação e fortalecimento do sistema de planificação estratégica e operacional, monitoria e avaliação sectoriais a todos os níveis, na melhoria da metodologia da elaboração do PES e o seu alinhamento com o Orçamento do Estado (baseado no Cenário Fiscal de Médio Prazo – CFMP), implementando o PARPA através do PES e do sistema M&A (BdPES);
- Compromisso em reforçar os mecanismos de monitoria participativa sobre a pobreza, através dos Observatório Nacional e Provincial através da sua institucionalização, regulamentação, consolidação do maior envolvimento dos parceiros da sociedade Civil, em particular, e, publicação das sínteses para a partilha das principais observações/constatações; quer através das acções no âmbito da Estratégia de Comunicação para disseminação do PARPA desde o nível sectorial, ao nível local/distrital, de modo a que tenha impacto na qualidade, no processo de planificação;
- Realização do estudo sobre o “Ciclo de Planeamento, Monitoria e Avaliação” em 2007;
- Continuidade na revisão participativa das linhas de orientação metodológica para a formulação dos instrumentos, PES e BdPES, e sua ligação com OE, por forma a melhorar a qualidade analítica do documento do BdPES e assegurar que o documento segue a estrutura do PES, alinhando aos pilares do PARPA II, tal como foi reflectido no PES 2007;
- Coordenação do processo de consolidação e implementação da matriz estratégica na planificação e no processo de monitoria anual, através de assistência e formação ao nível sectorial e provincial;
- Reflexão sobre a mensurabilidade do indicador QAD para o sistema de monitoria e avaliação;
- Necessidade de ligar a base de dados do MPD e do ESDEM (INE) como um mecanismo de comunicação de modo a disseminar de forma abrangente os dados e informações relativas ao alcance de metas do PES.

Análise da Pobreza

- Prosseguir na capacitação institucional em estudos e análises sobre/de pobreza orientados para influenciar políticas (tanto quantitativa como qualitativa), com grande ênfase para a integração dos resultados no planeamento, orçamentação e elaboração de políticas, em geral;
- Reflexão sobre a inclusão de uma secção sobre análise de pobreza no PES e BdPES;
- Continuidade do trabalho iniciado em 2006 pelo MPD na estimação da pobreza, usando a abordagem multidimensional e complementar a abordagem baseada na receita versus consumo, bem como a condução de análises qualitativas; assegurar que as intervenções de política e a alocação orçamental sejam informadas pelos resultados das análises sobre a pobreza conduzidas nesta perspectiva multidimensional;
- Disseminação de estudos sobre pobreza e debates ao nível técnico, sociedade civil, académicos e outros intervenientes nesta matéria;
- Reflexão sobre o Relatório de Avaliação de Impacto (RAI).

Grupo de Trabalho do Orçamento

1. Sumário Executivo

Indicadores de QAD

- 65% das despesas para as áreas prioritárias, das quais pelo menos 50% para Educação e Saúde: atingido (65.1%, 54%)
- Taxas de execução orçamental para despesas correntes em bens e serviços nas áreas prioritárias ≥ taxas nas áreas não prioritárias: atingido (97.4% vs. 91.2%)
- Taxas de execução orçamental para despesas correntes ao nível provincial 2006 > 2005: atingido (98% v.s. 95%)
- Receitas próprias incluídas no OE 2007: atingido
- Pelo menos um fundo comum maior na CUT: atingido (Fase, Prosaude, Proagri e Asas)

Áreas de melhor desempenho em 2006

- O nível da execução geral do orçamento em termos financeiros
- A qualidade de gestão do ciclo orçamental (incluindo planificação a médio prazo: CFMP)
- A qualidade e formato dos documentos (OE e REOE)
- A diminuição das dívidas nas infra-estruturas (águas e estradas)
- A implementação do e-Sistafe e CUT (desafios: execução directa e mais fundos on-CUT)
- Uma melhor execução aos níveis provincial e distrital, com algumas preocupações para as autarquias.

Áreas que carecem de melhorias e que serão brevemente analisada em conjunto de modo a que se chegue a um acordo de solução antes da Revisão Semestral:

- Orçamentação, execução e gestão das receitas próprias e consignadas das diferentes instituições;
- Gestão da componente externa de investimento (orçamento, execução e comunicação), incluindo nova abordagem dos fundos comuns, de modo alinhá-la com a legislação existente e incluindo um guião on-CUT e uso do ODAMoz como primeira fonte de informação;
- Previsibilidade dos desembolsos dos parceiros (AGO, mas também fundos e projectos) de modo alinhá-la com o ciclo do orçamento consolidado (processo único);
- Solução sustentável do assunto do IVA e participação interna focalizando numa solução tecnicamente privilegiada pelo GdM para superar os princípios de solicitação e excepções de fundos das contrapartes.
- Transparência nas áreas de património do Estado e gestão financeira das empresas públicas e empréstimos de tesouraria para empresas privadas.
- Melhorar o diálogo entre o GdM e o Tribunal Administrativo para solução dos pontos críticos evidenciados repetidamente nos relatórios do TA.

- Necessidade de uma melhor definição e análise das políticas de descentralização e desconcentração e definição clara dos critérios de distribuição de recursos às províncias e distritos.

Principais lições aprendidas

- Introdução do e-Sistafe já tem efeitos positivos visíveis
- Esforço para incluir mais fundos externos no OE já têm resultados e o enfoque agora pode mudar para colocar fundos on-CUT com a classificação apropriada.
- Utilidade dos diálogos ao nível técnico com a DNCP em preparação as RC e RS a ser estendida e sistematizada com outras direcções tais como DGI, DNPE ou ainda outras entidades como o IGEPE.

Compromissos da RC/RS 2006: os únicos que não foram cumpridos:

- Foi reintroduzido o classificador funcional no OE 2007, faltando porém alinhamento com a medida estabelecida na RC 2006
- Estabelecer uma discussão sobre as operações financeiras.

2. Avaliação mais detalhada

Em relação as QAD-indicadores:

- A execução do orçamento da despesa nos sectores prioritários está alinhada com o total orçamentado tendo-se, em geral, observado uma tendência de crescimento no nível de execução nos sectores. O peso total da despesa nos Sectores Prioritários em 2006 foi de 65% (em 2005: 67.6%), com uma taxa de realização em relação ao orçamento mais alto, 92.5% (em 2005: 87.8%). Normalmente a percentagem final na CGE é mais elevada. Os factores que contribuíram foram a implementação do e-Sistafe, um ano 'regular' com OE aprovado em tempo útil e melhores contribuições dos parceiros (baseado num plano de tesouraria). Também a execução nos sectores foi mais regular. Em comparação com outros anos os sectores não se queixaram sobre a disponibilidade tardia de fundos.
- A execução das despesas em bens e serviços foi muito melhor, em média 94.4%, em todos os sectores (em 2005: 83,36%; CGE), com melhor desempenho nos sectores prioritários (97.4%) em comparação aos outros sectores (91.2%). Isto significa que a meta foi atingida. A nova tabela que mostra os resultados vai fazer parte dos próximos RTEOs. O indicador foi atingido, contudo se recomenda que o montante orçamentado para bens e serviços seja aumentado.
- A execução do orçamento nos níveis descentralizados melhorou. O indicador QAD só abrange a taxa de execução orçamental por despesas correntes no âmbito provincial em comparação ao ano anterior. Esta meta foi cumprida (98% vs 95%). É relevante notar que a taxa de realização no âmbito distrital (87% vs 60%) e no âmbito autárquico (100% vs 98%) também melhorou.
- A proposta de OE 2007 contém previsões das receitas próprias para todos os ministérios listados no QAD (meta atingida). As Receitas Próprias totalizaram 1.622 Milhões de MTn com uma taxa de realização em relação ao orçamento de 147,9%, e com um nível de crescimento em relação a 2005 de 102,5%; Mas são necessários mais esforços nesta área. Sectores importantes como Justiça ainda têm pouca receita própria registada no orçamento. Na agricultura existem receitas próprias não incluídas e, no geral, a regulamentação das receitas próprias precisa duma melhor divulgação.

- A Conta Única do Tesouro avançou em 2006 com inclusão dos fundos comuns principais. Contudo, a execução directa das despesas ainda está num nível muito baixo e dos projectos quase nenhum entrou na CUT. Ainda não foi estabelecida a conta multi-moeda. O GdM e PAPs têm de melhorar os esforços de modo a cumprir com o indicador de PAPs QAD 2: 60% de fundos externos na CUT em 2009, que significa um total de pelo menos 900 milhões dólares. É preciso estabelecer um guião de on-CUT, incluindo informação sobre classificação, relatórios, para que se inicie em 2007 o processo de inclusão de mais fundos externos no CUT.

Áreas de melhor desempenho

- O nível de execução em 2006 foi, em geral, muito positivo, podendo-se verificar uma tendência de crescimento médio na execução de 8.7% (Receitas: 13.6%, Despesas de Funcionamento: 8.2% e Despesas de Investimento: 4.4%). Houve melhores contactos e colaboração entre sectores e o MF. A introdução do e-Sistafe facilitou uma redistribuição dos fundos na componente interna de investimento, resultando numa execução de 100% incluindo o pagamento de dívidas de alguns sectores. É recomendável consolidar e fortalecer a articulação entre o MF e os sectores.
- A informação contida no REO IV 2006 é relevante, coerente e alinhada com o orçamento aprovado, com dados completos e preparada de forma transparente. O REO IV 2006, quando comparado com o REO IV de 2005, é um documento com um formato melhorado e com maior abrangência de dados e informação e, para agrado dos seus utilizadores, foi ainda disponibilizado em formato electrónico com a informação do relatório principal e quadros e mapas de suporte devidamente organizado em pastas. Os quadros resumos de dados constantes do relatório passaram a incluir não só a coluna da dotação actual mas também uma coluna para a dotação inicial, o que para efeitos de análise e interpretação de dados é de grande utilidade. Os quadros e grande parte dos mapas foram disponibilizados em formato Excel e Pdf.
- O impacto fiscal dos projectos de recursos minerais: vide relatório de reforma tributária.

Áreas de desempenho que carecem de melhorias (não incluídas nos indicadores QAD)

- Para 2006 ainda falta informação ao nível funcional e programático que limita a utilidade do REOE aos sectores e assuntos transversais. O OE 2007 já usa o classificador funcional, mas ainda não de forma muito útil. Vai ser discutido entre Utrafe e DNCP a possibilidade de integrar já no RTEO 2007 tabelas baseando-se na informação funcional, que já está disponível no e-Sistafe. O OE 2008 vai integrar o classificador funcional de uma forma melhor que em 2007.
- A gestão do pagamento do IVA e da comparticipação interna em projectos com financiamento externo melhorou. Graças a uma melhoria no processo da sua orçamentação, foi possível liberar fundos para pagar parte das dívidas nas áreas de infra-estruturas. O orçamento de 2007, previu também uma melhor programação para a componente interna dos investimentos, o que deve contribuir para a não acumulação de dívidas aos empreiteiros. Contudo, permanecem ainda desafios para gestão de dívidas, IVA e comparticipação interna. O problema dos atrasos no pagamento e reembolsos pendentes de IVA (no contexto deste relatório de projectos com financiamento externo), está a ser resolvido gradualmente, mas precedido de uma verificação que assegure que os montantes reclamados foram adequadamente tratados e são efectivamente devidos. Este processo deverá continuar de forma mais abrangente. Um grupo técnico por parte do GdM envolvendo DGI, DNO e o Fundo de Estradas está em funcionamento, analisando diferentes opções para revolver estes problemas. Com vista a evitar quebrar a cadeia do IVA ou alterar a natureza do imposto, a opção técnica ideal e preferida pelo Governo para solucionar este problema no futuro, seria o financiamento total dos projectos

pelos doadores, incluindo pagamento dos impostos. Com o crescimento de execução dos projectos no sector de infra-estruturas, a solução deste problema é cada vez mais premente e exige uma maior atenção dos diferentes *stakeholders* e uma melhor comunicação e coordenação entre as direcções do Orçamento e dos Impostos, assim como o envolvimento dos financiadores externos.

- Os MTn 7 milhões contribuíram muito para a dinâmica nos distritos, de acordo com as conclusões das visitas províncias. Porém, ainda não existem dados finais sobre despesas liquidadas, já é claro que o nível de execução foi excelente. Contudo, merece uma monitoria particular por causa de fraqueza dos recursos humanos nesse nível. A gestão dos fundos nos distritos no futuro vai ser regulamentado na base das normas específicas em curso de preparação.
- O fluxo do Fundo da Compensação Autárquica para as autarquias tem uma tendência decrescente. Esta tendência precisa duma análise mais profunda, também considerando as receitas próprias e os investimentos nas autarquias. Vai ser agendada na reunião de GFP no início de Maio. Este ponto vai incluir uma discussão sobre os critérios (e aplicação) de distribuição dos fundos pelas províncias e como responder melhor aos níveis de população e de pobreza.
- A informação na componente externa em 2006 melhorou bastante mas ainda há muita margem para melhorias. Um passo importante foi a transferência em 2006 da base de dados ODAMoz para o GdM. A partir de 2007 a ODAMoz pode servir como primeira fonte de informação sobre compromisso e desembolso na componente externa de orçamento e também contém a informação relevante para os fundos comuns (compromisso e desembolso). Um desafio é de integrar na ODAMoz todos doadores para obter informação transparente, acessível e completa. A actualização da informação na ODAMoz vai ter quatro datas fixas para alimentar o ciclo orçamental do governo (CFMP e OE). Nesse sentido, a ligação entre MPD, MF e outras organizações relacionadas deve ser melhorada por forma ao assegurar que informação na ODAMoz seja reflectida na CFMP e OE.
- Na gestão dos fundos externos há uns assuntos que precisam clarificação. O primeiro e como tratar fundos afectados aos projectos que não são directamente controlado pelo governo (também Ref. aos comentários do TA). O segundo e o tratamento dos fundos comuns como recursos de orçamento no lado interno e não como projectos na componente externa. Esta mudança abre um conjunto de oportunidades para integrá-los na gestão orçamental. Estes assuntos vão ser discutido no On-budget Task Force.
- Os desembolsos e compromissos de parceiros melhoraram no 2006, incluindo pela primeira vez compromissos pelos fundos comuns, mas ainda tiveram problemas em desembolsar no mes combinado, como mostra o relatório dos PAPs.

Anexo ao relatório do Grupo de Trabalho de Orçamento

Os termos de referência da Revisão Conjunta incluem três tarefas adicionais para se discutirem no grupo de trabalho de orçamento: (i) o progresso feito na elaboração do CFMP, (ii) avaliar a CGE e relatório TA 2005 e (iii) uma breve apreciação do OE 2007

Progresso feito no CFMP [2008-2010]

- O processo de preparação do CFMP iniciou em finais do ano passado, com o lançamento da Metodologia para a Preparação do CFMP. Na mesma altura foi constituído o Grupo de Trabalho, que inclui técnicos do Ministério da Planificação e Desenvolvimento e das Finanças. Durante o mês de Dezembro a Equipe Técnica esteve disponível aos sectores para esclarecimento de eventuais dúvidas na Metodologia do CFMP. Porque se trata de um processo que inclui algumas mudanças importantes na organização da informação, nomeadamente a abordagem por “serviços” justificava-se um grau de dificuldade maior na formulação das propostas.
- O prazo inicial de recepção das propostas dos sectores foi prorrogado de 28 de Fevereiro para 05 de Março. Foi igualmente realçado que as duas semanas seguintes estão reservadas a análise das propostas dos sectores, sendo que neste processo serão convidados alguns sectores para fundamentarem as respectivas propostas perante um painel (membros da Equipe Técnica e outros convidados, incluindo economistas).
- Foi realçado que o processo de preparação do CFMP em curso apresenta mudanças qualitativas de assinalar, incluindo o forte envolvimento dos sectores. Aos parceiros de cooperação uma nota de apreço pelo envio atempado de uma tabela com valores indicativos de apoio ao Governo de Moçambique para os anos 2008-2009, peça fundamental para o exercício. Em Abril será publicado o primeiro esboço para comentários das partes relevantes. O CFMP deverá ser aprovado nas datas previstas (antes de 31 de Maio), para o lançamento dos limites para o OE 2008.
- Em geral, a equipe do CFMP deu notas positivas sobre a qualidade das propostas de alguns sectores, embora outros sejam mais fracas. Realizar um equilíbrio melhor na distribuição dos fundos pelas diferentes províncias e distritos também faz parte do CFMP.

Espera-se que em finais de Abril se discuta a versão do CFMP a ser enviada para o Conselho de Ministro.

Avaliação da CGE e TA 2005

- Dentro do quadro jurídico nacional, o Governo enviou em 31 de Maio de 2006 a CGE de 2005 ao TA que, por sua vez, enviou à Assembleia da República o respectivo relatório e parecer até 30 de Novembro de 2006.
- Foi possível verificar que entre os relatórios de 2004 e 2005 o número de instituições públicas anualmente visitadas sofreu um ligeiro aumento, continuando a contribuir para que o exercício de revisão da CGE seja cada vez mais completo e documentado.
- Fazemos notar que o Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado de 2005 têm como base um ano “anormal” em termos de funcionamento do ciclo orçamental em Moçambique: as eleições gerais em Dezembro de 2004 que criaram a necessidade de se reconduzir o Orçamento de 2004 para os primeiros meses de 2005 e a introdução do SISTAFE (e da respectivo sistema de apoio, o e-SISTAFE).

- A CGE 2005 é um documento diferente quando comparado com as contas de anos anteriores, devido à introdução e cumprimento de certos requisitos previstos no SISTAFE: os mapas de suporte de informação, classificadores orçamentais, obrigações de reporte e outros requisitos de forma e conteúdo são apresentados de forma diferente. A área de maior melhoramento é de longe, a introdução do distrito como unidade orçamental (ainda que apenas ao nível agregado).
- Em alguns casos, o nível de informação e detalhe foi reduzido ou (i) pela forma como alguma da informação é tratada e reportada ou (ii) pela introdução de novas práticas, nomeadamente dos novos classificadores (que, por exemplo, no nível funcional não detalham os serviços ou componentes, isto é, na educação apenas se tem duas categorias – Ensino Geral e Ensino Superior e não os diferentes níveis de ensino).

Três diferentes tipos de comentários são levantados pelo Tribunal Administrativo que merecem diferente tratamento

1. Parte dos actuais comentários do TA surgem com base nas diferentes interpretações sobre a existência de uma legislação ou a falta de regulamento específico. O diálogo entre o MF e o TA é necessário e o GdM deve urgentemente preencher as lacunas da legislação/regulamento/procedimentos especialmente nesta primeira fase da implementação do e-SISTAFE. Mesmo sem diálogo há avanços nesta área. Um exemplo é que já existe o primeiro manual da administração financeira e procedimentos contabilísticos.
2. Comentários do segundo tipo são sobre as reformas em curso. Estes comentários do TA devem ser analisados tendo em conta as reformas e procedimentos efectuados nos últimos tempos antes da Revisão Conjunta
3. Comentários do terceiro tipo são os relacionados com erros, mau comportamento, acções criminais no seio da Administração Pública e de um modo geral no processo e procedimentos da GFP. Estes vão ser objecto duma discussão técnica para esclarecer e analisar os passos dados para solucionar os erros e sancionar os visados pelas autoridades competentes.

Conclusões sobre execução final do OE 2005 à base do CGE

Os números apresentados no REO são preliminares, pois os números finais irão ser apresentados com a publicação da CGE. Durante a RC 2006, a conclusão foi que o indicador dos 65% das despesas nos sectores prioritários havia sido alcançado. Esta conclusão foi revista com os números finais, a saber:

De acordo com o REO IV 2005, o total da despesa nos sectores prioritários foi de 21.309,30 Milhões de MTn, do total de despesa de 31.710,30 Milhões MTn (excluindo Encargos da Dívida), o que significa que 67,20% da despesa total foi gasta nos sectores prioritários. Se compararmos o total incorrido com o total orçamentado, nos sectores prioritários, 79,47% do valor orçamentado foi atingido.

De acordo com a CGE 2005, o total da despesa nos sectores prioritários foi de 24.081,56 Milhões de MTn, do total de despesa de 35.646,01 Milhões MTn (excluindo Encargos da Dívida), o que significa que 67,56% da despesa total foi gasta nos sectores prioritários. O alcance em relação ao orçamento foi de 87,79%.

Conclusão: entre os totais da despesa total reportados na REO IV 2005 e a CGE 2005 não existe uma diferença significativa e a % da despesa total gasta nos sectores prioritários permaneceu na casa dos 67%.

Avaliação do OE 2007

Conforme os TdR, a Revisão Semestral não discutiu o Orçamento do Estado para 2007, visto que a missão do FMI confirmou, na apresentação das constatações feita aos parceiros a 11 de Setembro, que não houvesse problemas sérios de coerência entre o quadro macro e o orçamento proposto para 2007. A análise de OE 2007 dos PAPs já foi discutida na reunião de grupo de trabalho de orçamento de Dezembro 2006. Pode consultar os documentos sobre as conclusões e observações e a acta final desta reunião (disponível no www.pap.org.mz). Em resumo, a avaliação foi positiva. A introdução do próprio documento OE 2007 já apresenta uma lista adequada de **prioridades** para melhorar o Orçamento e a sua execução, incluindo o recente papel do e-SISTAFE para os distritos, o desenvolvimento de um sistema de pagamentos compatível com o e-SISTAFE, a consolidação e implementação da reforma do procurement a todos os níveis, o reforço do CFMP e o início da introdução gradual da orçamentação por programas começando no OE 08.

Um ponto adicional é o seguinte: a nível de receitas aparece só o total de donativos e créditos. Sugere-se uma tabela que indique os compromissos estabelecidos com os respectivos doadores e os montantes a serem disponibilizados para o apoio geral ao orçamento e para os fundos comuns. Isto para que haja uma clareza por parte da A.R e outros interessados e uma melhor apreciação por a nível superior

Reforma Tributária

1. Sumario Executivo

Em termos gerais, o desempenho do Governo em 2006 referente à consolidação da reforma tributária, com o fortalecimento da sua administração e aumento das receitas totais cobradas foi positivo, com progressos registados em todas as áreas mas também alguns constrangimentos. No entanto, com base nas **2 metas acordadas para o QAD**, o desempenho planificado para 2006 **não foi atingido mas houve progressos: i)** A meta de 14.8% de receita total em percentagem do PIB não foi atingida em 0.6 pontos percentuais, tendo sido no valor de 14.2% **ii)** A meta de elaboração e aprovação do PDTI (Plano de Desenvolvimento Tecnológico e Informático) no quadro do estabelecimento da Autoridade Tributária de Moçambique (ATM), não foi atingida mas verificaram-se progressos. Este desempenho em 2006, principalmente na área de reforma integra-se num contexto de mudanças importantes na administração, com a preparação e gestão da integração na ATM das administrações gerais de impostos e de alfândegas, processo que foi mais longo do que inicialmente previsto.

A receita total cobrada em 2006, no valor de 27,536¹ milhões de Mtn, representou um aumento em termos reais de 13.6% em relação a 2005 e um sobre-cumprimento do valor orçamentado em quase 2%. Apesar deste crescimento, o rácio de colecta em relação à base tributária não foi atingido apesar de ter aumentado relativamente a 2005 em 0.5 pontos percentuais. Dada a estrutura do crescimento do PIB, estes resultados do rácio de receita podem indicar que os sectores que lideraram o crescimento do PIB não são os mais importantes para a geração de receitas do Estado, sendo recomendado que seja realizada a análise sobre esta matéria. Por outro lado, coloca-se a necessidade de reforço da eficiência e melhoria da administração e auditoria, assim como a análise e revisão do código de benefícios fiscais (iniciada em 2006 com ênfase nos sectores mineiro e petrolífero), com vista ao aumento da colecta e gestão transparente de receitas de exploração de recursos naturais.

A inclusão de receitas próprias no orçamento aumentou a abrangência, correspondendo a um aumento em termos reais de 102.5%. No entanto a qualidade da informação providenciada para orçamentação e contabilização ainda precisa de melhorar. A DGI continuou com a recuperação de impostos em atraso e criou uma divisão de controlo da dívida.

Os agentes económicos continuam a apresentar reclamações sobre a demora nos reembolsos do IVA, mas continuam também a verificar-se muitas dificuldades na constituição dos processos justificativos de que resultam suspensões ou indeferimentos por irregularidades nos pedidos. Apesar do trabalho feito pela administração para providenciar mais informação para a solução das dificuldades, o desafio mantém-se para uma gestão mais célere e divulgação de informação.

A Autoridade Tributária foi estabelecida e iniciou o seu funcionamento, com uma transição bem sucedida. Um draft do PDTI foi elaborado em fins de 2006 e deverá ser aprovado durante o segundo trimestre de 2007. Verificaram-se melhorias no controle e desembaraço aduaneiro. A

¹ Note-se que a definição de receita total usada é a mesma dos documentos do governo do OE e CGE. A diferença entre esta e a do quadro macro acordado com o FMI resulta da inclusão como recita na CGE e OE dos recebimentos líquidos do processo de privatização e lucros não realizados transferidos pelo Banco Central para o Tesouro. Segundo a nota técnica para este indicador para 2007-09, a definição de receita total passará a ser a mesma na matriz do QAD e nos dados do programa do FMI.

instalação de *scanners* para mercadorias no Porto de Maputo contribuiu para o seu melhor controlo, mas também levantou preocupações sobre o seu alto custo para os agentes económicos e possíveis implicações para a competitividade na região. Com o objectivo de racionalizar a gestão e atribuição de benefícios fiscais, foram submetidas à Assembleia da República três leis, sobre impostos específicos da actividade mineira, da actividade petrolífera e uma lei sobre os benefícios fiscais para estes sectores. O desafio permanece em colocar em prática um controlo mais eficaz sobre as isenções fiscais conferidas, de forma a alargar a base tributária e reduzir a evasão fiscal.

Indicadores e metas do QAD 2006

			Metas 2006	Cumprimento	Avaliação na RC 2007
Objectivos	Acções	Indicadores			
Tributação mais simples e abrangente, justa e equilibrada	Fortalecimento de administração tributária	Estabelecimento da Autoridade Tributária de Moçambique (ATM)	Elaboração e aprovação do PDTI (Plano de Desenvolvimento Tecnológico e Informático)	Draft apresentado, trabalho em curso. Conclusão e aprovação prevista para segundo trimestre 2007.	Não atingida, mas com progresso.
	Aumento de receitas totais cobradas	Receita total em percentagem de PIB	14.8%	14.2% (de acordo com dados actualizados do PIB 2006).	Não atingida, mas com progresso.

2. Avaliação do Desempenho em 2006

Apesar de o relatório de balanço do PES 2006, focar os objectivos principais de política orçamental apenas na gestão da despesa, a materialização dos objectivos de consolidação da reforma tributária através do aumento da receita total cobrada e de fortalecimento da administração tributária mostraram resultados encorajadores.

Desempenho na cobrança de receita

Receitas cobradas

A receita total cobrada em 2006, no valor de 27'536.6 milhões de Mtn, representou um aumento em termos reais de 13.6% em relação a 2005 e um sobre-cumprimento do valor orçamentado para o ano em quase 2%. O maior crescimento real verificou-se nos impostos sobre o rendimento (correspondente a 23% da receita total) e o menor crescimento nas receitas de capital (cerca de 4% da receita). As receitas sobre bens e serviços continuam a representar a parte mais importante da receita, com um peso de 52.6% (menos um ponto percentual do que em 2005) e, entre estas, os impostos sobre comércio externo (IVA nas importações, impostos e tarifas sobre produtos importados) são os de maior peso.

Apesar de os impostos sobre o rendimento mostrarem a taxa de crescimento real mais elevada nos últimos dois anos, ainda representam uma relativamente baixa percentagem no total da receita. O IVA sobre as operações internas registou em 2005 e 2006 valores cobrados abaixo dos orçamentados. Dado o desafio da integração regional na SADC e o desarmamento tarifário inerente, torna-se indispensável o aumento de esforços para aumento de todas as componentes da receita para compensar a perda a advir nas receitas sobre o comércio externo. Para o efeito, será

necessário reforço da eficiência de medidas de melhoria da administração e auditoria, assim como a análise e revisão do código de benefícios fiscais e da sua implementação (iniciada em 2006 com ênfase nos sectores mineiro e petrolífero), e a maximização da mobilização e gestão transparente de receitas de exploração de recursos naturais.

Apesar de em termos nominais (e reais), a cobrança de receita ter ultrapassado as metas do PES e OE 2006, o rácio reflectindo o esforço de colecta em relação à base tributária não foi satisfatório, o que significa que a **meta do QAD de 14.8% de receita total em percentagem do PIB não foi atingida** em 0.6 pontos percentuais, tendo sido no valor de 14.2% do PIB². Note-se no entanto que, relativamente a 2005 o rácio de receita de 2006 aumentou em 0.5 pontos percentuais (segundo dados da CGE 2005, a receita do Estado foi de 13.7% do PIB).

Sendo que o crescimento do PIB foi superior à base de referência na programação do rácio de receita, estes resultados que mostram que o ritmo de crescimento da receita não acompanhou o ritmo do produto nacional, provavelmente indicam que os sectores que lideraram o crescimento do PIB não são os mais importantes para a geração de receitas para os cofres do Estado. Neste contexto, recomenda-se que um estudo/análise seja realizado sobre a estrutura de receitas para aferir em que medida a estrutura de crescimento teria influenciado o nível de crescimento das receitas. Estes aspectos devem também ser reflectidos na melhoria da base para previsão de receitas fiscais a médio prazo.

Receitas próprias

A inclusão de receitas próprias no orçamento aumentou a abrangência (em termos de número de ministérios), correspondendo a um aumento destas receitas em termos reais de 102.5%. No entanto registam-se ainda discrepâncias entre valores orçamentados e efectivamente cobrados, reflectindo ainda a limitada qualidade da informação providenciada para orçamentação e contabilização. Apesar do esforço observado de inclusão destas receitas próprias no orçamento, ainda permanecem desafios para uma maior abrangência das receitas off-budget, sendo necessária uma maior colaboração entre o Ministério das Finanças e os sectores para a sua previsão realista e contabilização efectiva e atempada.

Recuperação de valores em dívida

Esforços foram feitos pela DGI para recuperar os impostos em atraso, incluindo a incidência em acções de recuperação das dívidas de impostos mais recentes. No entanto o valor cobrado em 2006 (0.12% do PIB e 12.9% da receita fiscal cobrada) representa 58% do valor da programação interna e é inferior ao valor cobrado em 2005. Foi criada em 2006 na DGI, a divisão de controlo da dívida, que faz um trabalho de acompanhamento e controlo da dívida para cobrança coerciva, através da qual foram processados mais casos de dívida que em 2005, mas com valores mais baixos, que estavam na iminência de prescrição. A prioridade para 2007 é de concentração em dívidas de maior valor e aperfeiçoamento de instrumentos de controlo através de meios informáticos.

Reembolsos do IVA

² O rácio foi calculado com dados mais actualizados da taxa de crescimento do PIB, do que aqueles reportados no Balanço do PES. Segundo informação do Governo, anexada a este Aide Memoire, a taxa de crescimento em 2006 foi de 8.5%, correspondendo a um valor estimado do PIB de 193'322 milhões de MTn.

O relatório de execução orçamental não apresenta informação sobre os reembolsos do IVA efectuados pela administração tributária. No entanto, esta foi incluída a partir de 2006 como parte das despesas correntes, conforme recomendação do Tribunal Administrativo sobre a CGE de 2004.

No que diz respeito aos problemas de atrasos com os reembolsos do IVA apresentados pelos agentes económicos, continuam a verificar-se muitas dificuldades na constituição dos processos justificativos, sendo muitos processos de pedido de reembolso indeferidos ou suspensos. Com vista a solucionar os problemas de suspensão e indeferimento por irregularidades dos pedidos, o governo realizou entre outras as seguintes acções: i) encontros regulares com a CTA para esclarecimento das razões de suspensão e indeferimento; ii) divulgação no segundo semestre de 2006 de informação pública sobre os procedimentos de pedidos de reembolsos. O desafio para 2007 será o de fazer mais esforços para melhorar os serviços de atendimento e divulgação de informação.

Pagamentos do IVA pelo Governo e fundos de contraparte

O tratamento do IVA nos grandes projectos de infra-estruturas tem sido um problema desde o início do IVA, e gerou atrasos significativos no pagamento do imposto devido por parte do Estado, resultando em alegada acumulação de dívidas do Estado.

No entanto, a gestão do pagamento do IVA e da comparticipação interna em projectos com financiamento externo registou algumas melhorias em 2006. Observou-se uma melhoria no processo da sua orçamentação, tornando assim possível aumentar em 2006 o ritmo de pagamento das dívidas acumuladas, em particular no sector de águas. O orçamento de 2007, previu também uma melhor programação para a componente interna dos investimentos (IVA e contraparte parte do governo nos projectos), o que deverá contribuir para a não acumulação posterior de dívidas aos empreiteiros. Contudo, permanecem ainda desafios para gestão apropriada da comparticipação em IVA nos projectos. O problema dos atrasos no pagamento e reembolsos pendentes de IVA (em projectos com financiamento externo), estão a ser resolvidos gradualmente (caso a caso), mas sendo precedido de uma verificação que assegure que os montantes reclamados foram adequadamente tratados e são efectivamente devidos. Este processo deverá continuar de forma mais célere e abrangente. O Governo concordou em realizar uma auditoria externa com o apoio dos doadores, para avaliar e propor ao governo medidas para a solução dos atrasos em dívida, que eventualmente venham a ser apurados e aprovados pelo governo.

Um grupo técnico por parte do GdM, constituído por elementos da DGI, DNO e Fundo de Estradas, tem estado a analisar diferentes opções para revolver este problema. Com vista a evitar quebrar a cadeia do IVA ou alterar adicionalmente a natureza do imposto, a opção técnica ideal e preferida pela parte do Governo para solucionar este problema no futuro, seria a de financiamento total dos projectos pelos doadores, incluindo o pagamento de impostos (como já fizeram alguns financiadores). Com o crescimento de execução dos projectos no sector de infra-estruturas, a solução deste problema é cada vez mais premente e exige uma maior atenção das diferentes partes envolvidas e uma melhor comunicação e coordenação entre a DGI e a DNO, assim como o envolvimento dos financiadores externos.

Desempenho na implementação da reforma tributária

O desempenho do processo de reforma tributária em geral foi bom, caracterizado pela continuação do esforço para a melhoria da eficiência da administração tributária, consolidação dos impostos e de procedimentos aduaneiros para facilitação do comércio. Durante o ano em

análise, a Autoridade Tributária foi estabelecida e iniciou o seu funcionamento, com uma transição bem sucedida da gestão dos recursos humanos, planificação estratégica e operacional, elaboração de leis e regulamentos tributários, preparação para o funcionamento dos Tribunais Fiscais e melhorias no processo de desembaraço aduaneiro.

Estabelecimento da ATM

O ano de 2006 foi de desafios particulares para a administração tributária, com um processo importante de mudanças no contexto do estabelecimento da ATM no início do ano, visando o fortalecimento e modernização dos órgãos encarregues da execução das políticas tributária e aduaneira, que visam a consolidação de um sistema fiscal justo e equilibrado, privilegiando o crescimento económico sustentado. Os estatutos orgânico e do pessoal da ATM foram aprovados a meados do ano, mas o início formal do seu funcionamento foi somente efectivo aquando da tomada de posse do seu presidente, em Novembro de 2006. Este processo condicionou de certa forma a tomada de decisões estratégicas e operacionais, que foram atrasadas em relação aos planos.

A finalização e aprovação do Plano de Desenvolvimento Tecnológico e Informático (PDTI) é importante para a consolidação da reforma e é desenhado para assegurar o desenvolvimento de um sistema adequado de gestão e controle da informação que suporte todos os impostos, e em particular no contexto da integração dos serviços e gestão dos impostos internos e alfândegas. Um draft do plano foi elaborado em fins de 2006 e deverá ser aprovado somente durante o segundo trimestre de 2007. Portanto, a **meta do QAD de elaboração e aprovação do PDTI não foi atingida em 2006**, apesar de terem sido feitos progressos ainda nesse ano.

Durante o período 2006 - 2007, a ATM enfrenta um desafio importante de volume de trabalho de produção legislativa, integração de recursos humanos e de sistemas, para atingir uma integração harmoniosa das antigas Direcções Gerais de Alfândegas e de Impostos. A operacionalização da Direcção Geral dos Impostos (DGI), a par da realização de acções de formação dos funcionários foi prioridade nas actividades desenvolvidas em 2006, assim com o trabalho de reestruturação dos serviços comuns da ATM (em particular recursos humanos e gestão financeira). Todas estas actividades e prioridades estão reflectidas no Plano Estratégico e Planos de Actividades concluídos durante o ano.

Reforma legislativa

Durante o ano foi concluída a proposta de lei do novo Código do Imposto sobre as Sucessões e Doações, adoptando taxas moderadas e simplificando os procedimentos para a sua determinação e pagamento.

Depois de quatro anos de vigência do actual Código de Benefícios Fiscais, o governo realizou análises sobre o impacto dos benefícios fiscais na atracção de investimentos, com ênfase na área de recursos minerais e petrolíferos. Com o objectivo de racionalizar a gestão e atribuição de benefícios fiscais, foram elaboradas e submetidas à Assembleia da República três leis, sendo respectivamente sobre impostos específicos da actividade mineira, da actividade petrolífera e uma lei sobre os benefícios fiscais para estes sectores. O desafio permanece em colocar em prática um controlo mais eficaz sobre as isenções fiscais conferidas, de forma a alargar a base tributária e reduzir a evasão fiscal.

Foi também concluída a proposta de lei das Finanças e Património das Autarquias e submetido à Assembleia em fins de 2006.

Cobrança de receitas e e-SISTAFE

De acordo com o SISTAFE, as receitas internas cobradas devem passar pela conta única do tesouro (CUT) e ser devidamente classificadas de acordo com o classificador de recursos. Inicialmente (em 2005) estas receitas eram registadas no e-SISTAFE mas não devidamente classificadas e contabilizadas pelo sistema, tendo o processo melhorado durante 2006, após a introdução de melhorias no sistema de comunicação entre as Direcções de Áreas Fiscais, a Direcção Nacional do Tesouro e as Direcções Provinciais de Plano e Finanças, sobre a recolha e classificação da receita do estado. O principal desafio para 2007 no contexto da implementação do SISTAFE, será o estabelecimento de um sistema de redes de cobrança para as receitas do Estado.

Tribunais Fiscais

A lei que estabelece os Tribunais Fiscais foi aprovada em 2004. A sua efectiva instalação e funcionamento só é possível depois da aprovação dos decretos dos estatutos dos funcionários, carreiras e qualificadores dos magistrados dos Tribunais Fiscais, materializado em fins de 2005, tendo o ano de 2006 sido dedicado ao processo de contratação do pessoal e formação específica na área de tributação. Neste contexto, ficou acordado que o início efectivo do seu funcionamento seria para o segundo trimestre de 2007.

Procedimentos aduaneiros e facilitação de comércio:

No que diz respeito à facilitação do comércio, é de notar o progresso na redução das taxas de direitos aduaneiros de 25% para 20% no comércio com a SADC (a partir de Janeiro de 2006) e a sua extensão para outros países parceiros comerciais a partir de Janeiro de 2007. Foi dada continuidade ao processo de alinhamento da legislação nacional com as convenções internacionais para a simplificação de procedimentos aduaneiros, com a aprovação de vários regulamentos. Atenção particular foi também dada à fiscalização e ao reforço de capacidade de realização de auditorias pós-desembaração. Neste contexto, a instalação de *scanners* para mercadorias no Porto de Maputo, levantou questões relativas ao seu custo para os agentes económicos e preocupações sobre as possíveis implicações para a competitividade na região.

Durante o ano de 2006 foi implementado o memorando electrónico que permitiu a recepção de informação em tempo útil, das fronteiras para os terminais de desembarço, o que resultou na redução do tempo de espera para o início do processo de desembarço aduaneiro. Igualmente foi implementado o despacho antecipado que resultou na redução dos tempos de permanência de mercadorias nos terminais, uma vez que chegavam após o início do processo de desembarço. A revisão dos perfis de risco concorreu para uma rápida decisão sobre mercadorias ou importadores de risco, acelerando assim o processo de desembarço.

Reforma do Procurement

1. Sumário Executivo

A meta do QAD para 2006 na área da reforma do procurement foi atingida com atrasos. Em 2006 foi criada a UFSA, orçamentada e está em funcionamento, mas com alguns atrasos (veja ponto 2).

Áreas de melhor desempenho em 2006 foram:

- A criação, a estruturação e o funcionamento da Unidade Funcional de Supervisão das Aquisições (UFSA).
- A identificação das Unidades Gestoras Executoras de Aquisições (UGEAs) e a criação das primeiras UGEAs ao nível central e provincial.
- Em prossecução das acções de capacitação, a formação de cerca de 1600 técnicos (nível central, provincial, distrital e autarquias locais) em matéria do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro (regulamento do procurement).
- A demonstração dos resultados e apresentação do ponto da situação da reforma do procurement no Balanço do PES está bem elaborado e reflecte, pela primeira vez, os progressos alcançados.

Áreas de fraco desempenho em 2006 e ligação do regulamento do procurement com o e-SISTAFE.

- Quadros e Consultores da UFSA foram nomeados, porém nem todos foram designados para as funções correspondentes. A ligação com os ministérios chaves através dos Especialistas Sectoriais previstos no regulamento da UFSA, foi somente realizado para o MOPH.
- As diversas áreas de confluências com as demais normas e regulamentações do Estado estão ainda por serem feitas (exemplos: forma de fiscalização pela IGF e TA, integração com o Sistafe).
- Acerca do plano de acção da reforma do procurement, a parte de estruturação e apoio ao funcionamento das UGEAs, a elaboração do plano para o fortalecimento do controlo interno e elaboração dum modelo de circulação de informações de procurement entre as províncias/distritos ficaram por fazer.
- A avaliação da estratégia de implementação do regulamento está em curso, mas ainda é necessário o desenvolvimento dum sistema adequado de monitoria, que permite também medir o desempenho da reforma.

No que concerne às lições aprendidas na área de procurement refira-se que:

- Registaram-se dificuldades de assimilação dos procedimentos de Contratação de Empreitadas de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, aprovados pelo Decreto nº54/2005, de 13 de Dezembro, pelos técnicos afectos as UGEAs.
- A cooperação entre UFSA e UTRESP na contratação de pessoal e serviços financiados pelo Banco Mundial devia ser melhorado tendo em vista a aceleração dos processos.

- Há necessidade de uma supervisão directa e presencial pela UFSA nas UGEAs com elevados volumes de aquisições, numa primeira fase, para acompanhar a implementação do Regulamento.
- Há necessidade de dar continuidade as acções de formação a nível provincial e distrital para permitir uma melhor assimilação e aplicação do Regulamento.
- A OECD/DAC oferece um método de avaliação de sistemas nacionais de procurement. Chegou-se a um consenso sobre a necessidade de trabalhos subsequentes para atingir um melhor entendimento do método da avaliação.

2. Avaliação do Desempenho

A execução do orçamento de 2006 na área da reforma do procurement, em relação ao desempenho descrito no Balanço do PES (2006), apresenta-se satisfatório, na medida que foi possível realizar as acções planificadas para aquele exercício.

Criação da UFSA

A UFSA e as UGEAs, foram criadas nos termos do Regulamento aprovado pelo Decreto n° 54/2005, de 13 de Dezembro. Através do Diploma Ministerial n°141/2006, de 5 de Setembro, foi estabelecida a Direcção Nacional do Património do Estado (DNPE).

Foi nomeada uma Directora e afectos nove técnicos, dos quais cinco são técnicos superiores, três auxiliares administrativos e consultores contratados para a concepção e desenvolvimento das várias componentes, tais como a concepção do website, manual de procedimentos e capacitação.

Em termos de estrutura, a UFSA divide-se em três áreas de actuação, designadamente: a de i) Supervisão de Normas e Contencioso, ii) Treinamento, Ética e Cooperação com o Controlo Interno e Externo e iii) Cadastro, Estudos, Estáticas e Informática/Internet, que se encontram de acordo com as tarefas distribuídas no Regulamento aprovado pelo Decreto n°54/2005, de 13 de Dezembro. Em cada uma das áreas acima referidas estão afectos três técnicos para o exercício das respectivas competências.

A UFSA funciona nas instalações do Prédio 33 Andares, 2º e 7º andares, num regime de contrato de arrendamento. Os escritórios da UFSA estão devidamente apetrechados.

Quadros e Consultores da UFSA foram nomeados, porém nem todas as posições previstas foram preenchidas. A ligação com os ministérios chaves através das Especialistas Sectoriais previstas no regulamento da UFSA, foi somente realizado para o MOPH.

Orçamento da UFSA

Para 2006

Não foi programada nenhuma verba para a UFSA no OE 2006 pelo facto da unidade ter sido criada após o envio do OE à Assembleia da República. Porém, não se registou défices relativamente às necessidades financeiras da UFSA, o que significa que não houve problemas de financiamento em 2006. Os fundos para as despesas de funcionamento e de investimento da UFSA foram desembolsados pelo Banco Mundial e geridos pela UTRESP. Contudo, registaram-

se problemas relativos aos procedimentos no desembolso dos fundos tendo a situação mais crítica estado associada à contratação de pessoal e à realização de aquisições.

Para 2007

A UFSA foi orçamentada no OE 2007. O montante da dotação orçamental é de 10 000 mil MTn relativos às despesas de funcionamento (Nota: Não inclui os salários dos funcionários públicos na UFSA). Estas serão cobertas pelo Ministério das Finanças. Outras fontes de financiamento: Está garantido um financiamento do Banco Mundial de cerca de U\$ 840 000 relativo às despesas de investimento para 2007, com vista a permitir a implementação do Regulamento do procurement. O funcionamento e desenvolvimento da UFSA serão garantidos por este envelope financeiro total.

Funcionamento da UFSA

A criação da UFSA está prevista na alínea x) do artigo 3 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro, tendo sido estabelecida através do Diploma Ministerial nº141/2006, de 5 de Setembro na Direcção Nacional do Património do Estado, pelo Ministro das Finanças.

No que concerne às funções exercidas desde a sua existência até finais do ano 2006, a UFSA desencadeou acções de formação sobre as contratações públicas a nível central, provincial e distrital, emitiu instruções de estruturação das Unidades Gestoras Executoras das Aquisições (UGEAs) nas instituições do Estado, criou e instalou o Website, publicou o anúncio para inscrição do cadastro de empreiteiros de obras públicas, fornecedores de bens e prestadores de serviços ao Estado, participou na Conferência do Sector Privado com fim de divulgar o Regulamento, proferiu palestras em Conselhos Consultivos de alguns Ministérios, estabeleceu parceria com órgãos do Controlo Interno e Externo, analisou e apresentou o parecer sobre diversas correspondências das instituições do Estado relativas à contratações.

Todas estas acções orientaram-se no âmbito do indicador nº 33 do plano de acções de 2006, que estabelece a necessidade de adopção de um sistema transparente e eficiente para o procurement, através da implementação de um sistema moderno de acordo com as melhores práticas internacionais e em ligação com e-SISTAFE.

O respectivo plano de actividades, apesar de algumas dificuldades e atrasos, foi cumprido satisfatoriamente. Porém, existem ainda áreas de fraco desempenho (vide acima), que necessitam da iniciativa da UFSA, mas também dos outros ministérios.

Contribuição para avaliação da Gestão de Finanças Públicas (GFP) - área funcional do procurement

A análise do desempenho das reformas na área funcional do procurement em 2006 (acima), mostrou o ponto de situação da implementação do novo sistema do procurement. O regulamento aprovado pelo Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro de 2005, constitui a base regulamentar do novo sistema. O Diploma Ministerial nº141/2006, de 5 de Setembro de 2006 define formalmente a estrutura do quadro institucional da função do procurement público em Moçambique. Acerca do desempenho em 2006 consta o seguinte.

Concursos realizados no ano 2006

O plano de Actividades/Balanço Anual da DNPE mostraram em 2004 que menos de 50% dos contratos acima do limite nacional estabelecido para pequenas aquisições, são atribuídos numa base de concorrência aberta. Ao longo de 2006 foram realizados 316 concursos, dos quais 120 ao longo do primeiro semestre (67 concursos especiais, 36 gerais e 17 pedidos de cotação), e os restantes 196 no segundo semestre.

Os concursos do primeiro semestre seguiram as regras antigas do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 42/89 e revogados pelo regulamento aprovado pelo Decreto nº 54/2005, de 13 de Dezembro de 2005 (novo regulamento). Os 196 concursos do segundo semestre já basearam-se no novo regulamento que entrou em vigor a partir dia 13 de Junho 2006. Destes 196 concursos, 129 eram concursos públicos, 8 concursos limitados, 2 concursos com prévia qualificação e 55 contratações de serviços de consultoria. Em 100% dos concursos em regime excepcional, a autoridade competente apresentou uma justificação. O ajuste directo foi aplicado em 2 casos, outras solicitações de aplicação de ajuste directo não tinham o enquadramento legal e a UFSA recomendou a aplicação da modalidade adequada.

O número de concursos no segundo semestre de 2006 representa um crescimento na ordem de cerca de 60%, em relação a igual período de 2005, pois neste período foram realizados 123 concursos (70 especiais, 36 gerais e 17 pedidos de cotação. Esta subida de percentagem mostra que os novos procedimentos de contratação introduzidos pelo Regulamento, permitem maior participação dos concorrentes porque na maioria dos processos de procurement, o concurso público foi aplicado.

Porém, segundo informações obtidas pela IGF, existe ainda uma fraca aplicação das normas do novo regulamento do procurement por parte das Instituições.

Mecanismo de recurso

O mecanismo de queixa encontra-se estabelecido no Diploma Ministerial nº141/2006, de 5 de Setembro, na medida em que este Diploma atribui competência a UFSA para receber e analisar denúncias que lhes sejam apresentadas por qualquer pessoa, sobre irregularidades na aplicação do Regulamento das contratações públicas. Para além desta, compete a UFSA emitir parecer especializado sobre recursos quando solicitado por Ministro da Entidade Contratante.

Refira-se que este processo de queixa foi utilizado no ano de 2006, mas em número bastante diminuto, ou seja apenas uma empresa apresentou queixa que foi devidamente analisada pela UFSA.

Cooperação com o Controlo Interno e Externo

Iniciado em 2006, foi criado um pilar de controlo no âmbito da descentralização, integrando o TA (Tribunal Administrativo), IGF (Inspecção Geral de Finanças), IGAI, ANFP (Autoridade Nacional da Função Pública) com o propósito de estabelecer maior flexibilidade no processo de atribuição do visto pelo TA. Foi realizada uma consultoria sobre o papel do TA na tramitação do visto (fiscalização prévia), onde foi analisada a questão da descentralização do visto para as províncias/distritos.

Não existem dados na UFSA sobre as auditorias de procurement realizadas pela IGF. Contudo, existe um acordo com a IGF para o envio do relatório de auditoria para a UFSA. O acordo inclui a formação de inspectores da IGF pela UFSA em matérias associadas ao procurement.

Segundo informações obtidas pela IGF, no plano de auditoria que se realiza numa instituição o Procurement é parte integrante. Antes da implementação do novo dispositivo legal usava-se o Decreto 42/89 e agora o foco é na nova legislação do procurement. Em termos de resultados ainda existe uma fraca aplicação das normas por parte das Instituições.

e-SISTAFE

Está em curso a discussão para a inclusão do procurement no e-SISTAFE. Ainda não há resultados concretos destas discussões.

Formação de especialistas em procurement

Com a aprovação do Regulamento de Contratação de Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, pelo Decreto nº54/2005, de 13 de Dezembro, desencadeou-se um processo abrangente de capacitação em matéria regulada por este Regulamento, com vista a colmatar a insuficiência de técnicos especialistas em procurement. Deste processo resultaram melhorias, pois o índice da falta de especialistas em procurement, registou uma redução significativa. Em prossecução das acções de capacitação, foram formadas em 2006, cerca de 1600 técnicos (nível central, provincial, distrital e autarquias locais). Este resultado significa maior descentralização do processo de procurement até ao escalão mais baixo que tiver uma tabela orçamental por executar.

Foi realizado o curso de formação de formadores ministrado pela UFSA. Instituições beneficiárias: Ministério das Obras Públicas e Habitação, Direcções Provinciais de Plano e Finanças, Universidade Eduardo Mondlane, Institutos de Formação em Administração Pública. Número de participantes: 50

Foram identificadas 776 UGEAs e estão num processo de estruturação conforme os modelos aprovados para o efeito. Até ao presente momentos (Março 2007) foram constituídos 265 UGEAs a todos os níveis.

Futura avaliação do desempenho do novo sistema do procurement em Moçambique

A OECD/DAC oferece um método de avaliação de sistemas nacionais de procurement. O governo pediu mais informações sobre este método tendo em vista a possível aplicação em Moçambique. Ficou combinado que se efectuará um encontro de disseminação deste sistema de avaliação entre o Governo (UFSA) e os doadores.

Reforma do SISTAFE

1. Sumário Executivo

Na reforma de SISTAFE, um dos resultados com o maior impacto em termos de melhorias na área de Gestão das Finanças, é, a execução orçamental por via directa, aumentando a transparência, melhorando a informação sobre os gastos públicos e reduzindo o risco de desvios de fundos. Na primeira fase de SISTAFE a funcionalidade foi desenvolvido, nomeadamente na versão actual do e-SISTAFE. O principal resultado planificado para 2006, reflectido na meta do indicador do QAD, foi o de implementar, em todos os Ministérios ao nível central e provincial, o e-SISTAFE, assim iniciando uma transição do sistema antigo de adiantamentos de fundos a um sistema moderno de execução orçamental por via directa. A versão de e-SISTAFE, que permite execução por via directa, foi implementado na maior parte dos Ministérios conforme o que foi planificado para 2006, e consequentemente a meta foi atingida.

Portanto, o sistema antigo de adiantamentos de fundos ainda está em vigor, limitando o impacto da reforma de SISTAFE. Há várias vantagens e melhorias na Gestão das Finanças que ainda não foram realizados e que são fortemente ligadas ao nível baixo de exploração, ou uso, do e-SISTAFE. Alguns exemplos são: a redução das contas bancárias, informação mais abrangente nos Relatórios de Execução Orçamental, melhorias no controlo interno, entre outros. Constatam-se alguns desafios e áreas que merecem maior atenção ao curto prazo a fim de alcançar os objectivos imediatos da reforma, nomeadamente: o desenvolvimento dum cadastro de fornecedores que é necessário a fim de permitir execução orçamental por via directa, mais ênfase ao diálogo entre o Ministério das Finanças e os Ministérios Sectoriais sobre o uso de e-SISTAFE na execução orçamental, no controlo interno e na gestão tanto ao nível do sector como ao nível institucional. Esse diálogo é importante de modo a evitar resistência às mudanças e a facilitar a transição do sistema antigo ao sistema moderno e assim realizando os objectivos previstos. A terceira área que merece maior atenção ao curto prazo é as lacunas que existem no regulamento de Gestão das Finanças Públicas que efectivamente criam um vazio. O último ponto foi levantado pelo Tribunal Administrativo no Parecer sobre a Conta Geral do Estado 2005, recentemente apresentado pela Assembleia da República.

Seria favorável se o Ministério das Finanças continuasse a lidar com a reforma de SISTAFE com maior atenção aos objectivos principais e às vantagens que a reforma pode levar se o e-SISTAFE for utilizado conforme as intenções. Seria também oportuno se o Ministério das Finanças pusesse mais ênfase no cumprimento à legislação e aos regulamentos existentes da parte dos Ministérios Sectoriais. Propõe-se que a meta do QAD para 2007 seja alterada a modo de incluir o uso de e-SISTAFE.

2. Avaliação detalhada do desempenho em 2006

Roll out do Módulo de Execução Orçamental por via Directa

- Em 2006 concluiu-se o desenvolvimento da versão completa do Módulo de Execução Orçamental por via Directa e o roll-out deste módulo na maioria dos ministérios já foi realizado (22 Ministérios e 6 Órgãos até Janeiro de 2007), em grande parte de acordo com o plano.
- O roll-out foi acompanhado por um extensivo programa de formação. Foram formados 1249 usuários (mais ou menos 6 por UGE). Pensa-se que os usuários possuem boas competências

operacionais e estão em condições de formular pedidos de funcionalidades adicionais. Aprenderam-se algumas lições para posteriores roll-out (o foco da formação nas versões finais, formação menos centralizada).

- **O Módulo de Execução Orçamental por via Directa foi largamente implementado, mas presentemente as suas funcionalidades não estão ainda a ser usadas na totalidade pelas unidades orçamentais**, assim limitando o impacto do e-SISTAFE. Mais exactamente, as unidades orçamentais continuam a trabalhar sobretudo com adiantamentos e até agora fazem-se muito poucos pagamentos directamente por transferência bancária a partir da Conta Única do Tesouro. Isto significa que o e-SISTAFE não conduziu ainda a uma redução de contas bancárias e de moeda no sistema e não ainda não alcançou o seu pleno potencial, no que concerne ao controlo interno e à transparência. Este atraso no uso pode explicar-se em grande medida pelas significativas mudanças envolvidas, tanto na adopção de uma nova tecnologia, quanto no abandono de procedimentos tradicionais. Todavia, após este período inicial de adaptação, o Ministério das Finanças deveria começar a impor com maior rigorosidade o uso da execução orçamental directa por todas as unidades, por meio de uma combinação de medidas administrativas (por exemplo, a imposição de pagamentos directos e abolição de adiantamentos) e iniciativas contínuas de informação e “gestão de mudanças”.

Desempenho em relação ao indicador PAF

Indicador	Roll-out das funcionalidades básicas do e-SISTAFE (Tesouro, Orçamento e Contabilidade)
Meta para 2006	Até ao fim de Julho de 2006 implementar uma efectiva execução orçamental por via directa (de acordo com a sequência cabimentação, verificação e pagamento) nos Ministérios das Finanças, Plano, Educação, Agricultura, Saúde e Obras Públicas a nível central e provincial.
Avaliação	Cumprida
Comentários	Roll-out do módulo de execução orçamental por via directa do e-SISTAFE para os seis ministérios cumprido em Julho de 2006. Contudo, são necessários esforços adicionais para garantir uma aplicação de todas as funcionalidades do módulo de execução orçamental por via directa, particularmente através da redução do número de adiantamentos e aumento da cota de pagamentos feitos por transferência bancária a partir da Conta Única do Tesouro.

Avaliação detalhada:

- **Número de transacções por meio de execução orçamental por via directa.** Para 2006, 4.27% de todas as transacções da execução orçamental (correspondentes a 2.65% da despesa) fizeram-se através da execução orçamental por via directa, com uma transferência a partir da CUT para a conta do beneficiário final. As transferências directas situaram-se principalmente a nível central, tendo sido muito poucas as realizadas a nível provincial.
- **Registo de contas bancárias de fornecedores.** O pagamento a beneficiários através de transferências bancárias requer a inclusão dos dados da conta bancária do fornecedor num registo no e-SISTAFE. O número de contas bancárias de fornecedores registadas aumentou,

mas a nível provincial o processo de registo ainda é muito limitado. São necessários mais esforços para informar e incentivar as direcções provinciais e os fornecedores.

- **Número de contas bancárias governamentais.** O número de contas bancárias governamentais registadas no e-SISTAFE aumentou em 14% em 2006, para um total de 5686. A quantidade de contas bancárias governamentais começará a diminuir apenas quando as unidades começarem a fazer pleno uso da modalidade de execução orçamental por via directa.
- **Impacto na liquidez.** Em geral, a liquidez parece ter melhorado no ano passado, com base nos relatórios sobre a disponibilidade de fundos para os sectores. É difícil determinar em que medida o e-SISTAFE contribuiu para tal, mas em geral reconhece-se que a implementação facilitou a programação financeira e, portanto, contribuiu para a melhoria.
- **Impacto no controlo interno e monitoria.** Com a execução orçamental por via directa, impõe-se o conceito de separação de tarefas, pelo que, para a realização de uma transacção, se requer o envolvimento de três agentes (usuários com diferentes perfis, frequentemente a vários níveis de gestão). Não obstante, a maior parte das transacções ainda não está neste regime e ainda é efectuada através dos tradicionais sistemas de adiantamentos. O e-SISTAFE introduziu, contudo, uma mais rigorosa exigência de relatório e encerramento destes fundos, que melhorou as oportunidades e a compreensão do encerramento das contas.
- **Planificação de ulteriores roll-out.** A planificação do roll-out para os restantes Ministérios e Órgãos em 2007 foi aprovada e está reflectida na meta do QAD para 2007. Preparou-se também uma avaliação de possíveis roll-out para distritos, mas um “business case” e um plano de roll-out ainda deve ser aprovado pelo Governo e Parceiros.

Contabilidade Financeira e relatório

- **Relatório de Execução Orçamental (REO) com base na contabilidade em e-SISTAFE.** Todas as transacções são presentemente contabilizadas no e-SISTAFE quer directamente (através da execução orçamental directa), quer indirectamente (prestação de contas dos adiantamentos). Assim, em 2006 tornou-se possível produzir o REO com base no e-SISTAFE. Isto permitiu algumas mudanças no formato e conteúdo do REO. Por exemplo, o REO fornece actualmente mais informação sobre os distritos e um mais detalhado relatório de adiantamentos (por classificador económico).
- O processo de transição está a criar algumas incertezas com relação aos mecanismos legais e reguladores. Por exemplo, há relatórios de alguma confusão entre UGBs (unidades ainda a trabalhar com adiantamentos) sobre o impacto do e-Sistafe nas suas exigências de contabilidade. Será necessário comunicar-lhes claramente os regulamentos relevantes. O Tribunal Administrativo também relatou certas lacunas no quadro legal, que deverão ter uma resposta.

Orçamento

- A versão intermédia do **Módulo de Elaboração Orçamental** (“stand-alone” e centralizado no DNO) foi lançada em Junho de 2006 e foi usado para preparar o orçamento para 2007. O módulo permite a recolha de dados orçamentais de várias unidades e a exportação do output para o e-SISTAFE, para o processo de execução orçamental. Esta exportação correu bem, evitando-se os inúmeros problemas de conversão dos anos anteriores. O novo módulo também permitiu a elaboração de um orçamento mais de acordo com a classificação da “lei SISTAFE”. Isto incluiu a reintrodução do classificador funcional, apesar de ser claro que os sectores precisarão de ser apoiados na sua aplicação de forma a se obter um valor adicional.

- A versão final do Módulo de Elaboração Orçamental está agendada para Maio de 2007. Esta versão permitirá que os sectores insiram as suas tabelas orçamentais e estará pronta para orçamentação por programa, prevendo-se que um certo número de ‘pilotos’ inicie em OE2008 (Programa de Ensino Básico; Obras Públicas e Agricultura). Para o efeito, retomar-se-á o uso dos classificadores sectoriais e seccionais.

Uso do e-SISTAFE por sectores para gestão e relatório

- Os sectores levantaram algumas preocupações sobre até que ponto o e-SISTAFE pode ser usado para gestão interna e execução orçamental (por exemplo, a orçamentação e o seguimento das apropriações para as unidades de fornecimento de serviços) e para necessidades e exigências específicas de relatórios internos e externos (incluindo relatórios de projectos para doadores). Entende-se que certos sectores estejam a considerar manter ou obter sistemas de informação de gestão para além do e-SISTAFE, com o risco de criação de sistemas paralelos e/ou duplicados. A UTRAFE pensa que a maioria destas questões se irá resolver com a introdução dos classificadores sectoriais e seccionais, que já se encontram integrados no e-SISTAFE. Não obstante, é necessário que a UTRAFE estabeleça um diálogo com os sectores sobre as suas exigências funcionais, para conjuntamente se chegar a um entendimento sobre o que é possível dentro do e-SISTAFE. Se ainda houver necessidade de sistemas adicionais de informação de gestão em alguns sectores, a UTRAFE precisará de fornecer linhas-guia sobre como garantir compatibilidade de sistemas a fim de reduzir a duplicação.

Incluir os fundos externos e receitas próprias “on-CUT”

- Em 2006 os fundos comuns do PROAGRI e do FASE foram trazidos “on-CUT” e o Fundo Comum SISTAFE foi trazido “on-CUT” no começo de 2007.
- Está também a decorrer um trabalho adicional de inclusão de fundos dos doadores. Foi tomada a decisão de desenvolver uma modalidade de moeda estrangeira no CUT para possibilitar a inclusão de fundos e projectos cuja conversão em moeda local não se pretendeu ou não foi permitida. A especificação e análise foram finalizadas, mas o desenvolvimento irá demorar mais do que o inicialmente planificado (a actual proposta é de uma implementação piloto em Outubro de 2007 e uma implementação total em Janeiro de 2008, em vez de em Março de 2007). Entretanto, desenvolveram-se linhas-guia macro e o MdF está presentemente a detalhar linhas-guia para incluir fundos externos em moeda local no CUT. Neste ponto é importante manter um diálogo com os parceiros de desenvolvimento para entender as suas exigências (quanto aos relatórios, liquidez, auditoria...) e informá-los sobre o sistema.
- A inclusão de receitas próprias e consignadas “on-CUT” ainda está nas suas fases iniciais. Será necessário assegurar que o e-SISTAFE é flexível e suficientemente funcional para convencer os sectores a processarem cada vez mais as suas receitas próprias e consignadas através do CUT.

Outras funcionalidades

- Outras importantes funcionalidades ligadas ao módulo de execução orçamental directa foram desenvolvidas e implementadas (encerramento de contas, funcionalidade para pequenas despesas, programação financeira).
- O “business case” do CAF (“Cadastro de Agentes e Funcionários”) foi aprovado em Novembro de 2006 e desenvolveu-se uma versão inicial do programa para a inserção no cadastro (e-CAF) da informação do recenseamento dos funcionários públicos. O recenseamento começou (em Março de 2007) e está a correr bem. A segunda fase consistirá no

início do pagamento de salários no e-SISTAFE, usando a base de dados CAF como fonte de controlo de consistência. Numa fase posterior, o e-CAF incluirá o cálculo de salários e pensões.

- Outras funcionalidades (incluindo a rede de cobrança de receitas, módulo de controlo interno, gestão do património, começarão provavelmente mais tarde do que o planificado, em parte devido à intenção de envolver de forma clara os partes envolvidos no desenvolvimento do “business case”, e em parte devido ao facto de o trabalho no módulo de execução orçamental directa e a sua implementação terem levado mais tempo do que o previsto.

Infra-estruturas de TI e Segurança de TI

- Executou-se uma Auditoria de Segurança TI em 2006, da qual emergiu que os riscos de segurança do programa e-SISTAFE se situavam entre baixo e médio e que o ambiente das infra-estruturas e da rede é de ponta e de classe mundial. Deverá abordar-se a questão da segurança física da infra-estrutura nas diferentes unidades orçamentais.
- O “Baseline Survey” efectuado em 2006 levantou problemas sobre a sustentabilidade do custo a longo prazo da infra-estrutura, ao mesmo tempo confirmando que o mesmo é de classe mundial. Adicionalmente, o estudo indicou que a infra-estrutura do actual centro de dados tem uma capacidade excessiva. O aspecto do custo das escolhas da infra-estrutura TI deverão ser melhor documentadas através do uso adicional de uma abordagem “business case”. Também se deverá prestar atenção às possibilidades de uso partilhado/coordenado das infra-estruturas de TIC com outras unidades e sistemas governamentais.

Gestão do Projecto

- Em 2006, um novo MdE foi assinado com os parceiros de desenvolvimento para apoio ao novo Plano de Acção e Orçamento (PAO) para 2006-2009. O diálogo sobre o Plano foi considerado construtivo e considera-se que o PAO tem uma clara priorização. Até ao momento, os objectivos ligados aos programas nucleares foram em grande medida alcançados, mas parece que haverá atrasos no desenvolvimento das funcionalidades adicionais previstas no PAO. A Gestão de Projecto tem melhorado mas ainda há aspectos a melhorar, especificamente em áreas como a gestão financeira, o procurement, a contratação e a gestão da qualidade.

Ligação entre a Reforma SISTAFE e outras reformas

- A Reforma SISTAFE cada vez mais toca diferentes subsistemas do sistema GFP e do Reforma geral do Sector Público. De forma crescente, a coordenação é um ponto crucial. Ao nível estratégico no GdM, o CIRESF coordena as iniciativas globais de reforma do sector público, e a UTRAFE apresenta relatórios regulares. Tem havido coordenação com a UTRESF e outras partes envolvidas, no que concerne ao Cadastro dos Funcionários Públicos. A UTRAFE também coordena os seus programas de “gestão de mudanças” com a UTRESF, mas há aspectos específicos da reforma SISTAFE nos quais a UTRESF não pode participar. Será importante que as ligações entre as duas Unidades Técnicas se institucionalizem, para que o sector público se posicione de forma a maximizar os benefícios do novo sistema GFP.
- O novo MdE, acordado em 2006, possibilita o financiamento das chamadas “Actividades gerais da GFP” por meio do Fundo Comum SISTAFE. Isto deveria conduzir a um mais harmonizado financiamento de diferentes reformas na área de Reforma da GFP, através de um fundo comum sob a liderança do GdM. Estão neste momento em discussão algumas propostas para o financiamento dos outros subsistemas PFM por meio do Fundo Comum.

3. Principais lições aprendidas

- A UTRAFE e o MdF deverão fazer com que as unidades orçamentais façam uso pleno da modalidade de execução orçamental por via directa. Tal deverá ser feito através de uma combinação de medidas administrativas (por exemplo, a eliminação de adiantamentos), comunicação e formação.
- O roll-out adicional demonstrou mais uma vez que dever-se-á dedicar suficiente energia às actividades de “gestão de mudanças”, dos estágios iniciais aos seguintes. Estes esforços devem incluir maior comunicação com diferentes partes externas envolvidos, como fornecedores e empregados públicos.
- A ligação entre o NUIT e os cadastros dos funcionários públicos e fornecedores no e-SISTAFE deveria ter sido estabelecida mais cedo para evitar a repetição do trabalho, que é hoje necessária.
- Tornou-se claro que os recursos necessários para apoiar a gradual implementação (gradual acréscimo de funcionalidades por meio da lançamento de versões) do e-SISTAFE foram extremamente sub-estimados. Os usuários tiveram de ser chamados novamente para formação, tiveram de se indicar e implementar estratégias de transição (por exemplo, o processo de regularização) e frequentemente refizeram-se os planos de actividades. Em futuras planificações, o custo da implementação de versões intermédias deverá ser melhor considerado.

4. Aponte os Indicadores PAF (2007-2009) do seu sector que poderão necessitar de revisão durante o MYR 2007

- A actual meta do QAD para 2007 liga-se a posteriores roll-out da execução orçamental por via directa para um total de 25 ministérios (pelo menos 291 UGE's). Este objectivo relaciona-se principalmente com a disponibilização do módulo. Como se discutiu acima, o principal problema e desafio reside cada vez mais em garantir que o módulo seja plenamente usado como se pretende. Portanto, propõe-se a inclusão duma meta relacionada com o uso efectivo do módulo de execução orçamental por via directa (aumento dos pagamentos de transacções directamente do CUT através do e-SISTAFE). Propõe-se, desta forma, que **a meta para 2007 seja actualizada como se segue:**
 - **Roll-out da execução orçamental por via directa para todos os 25 ministérios e pelo menos 291 UGE's, com 50% de todas as transacções para bens e serviços efectuados directamente (pagos do CUT por transferência bancária para o fornecedor).**
- Para 2008 e 2009 nenhum indicador ou objectivo QAD foi estabelecido. Será necessário defini-los durante a Revisão Semestral. Muito provavelmente, os objectivos irão relacionar-se com a real aplicação da plena funcionalidade da execução orçamental por via directa ou a implementação de uma das funcionalidades adicionais.

Auditoria Interna

1. Sumário Executivo

QAD indicador/meta de 2006: 20% dos distritos e autarquias auditadas pelo IGF

Com excepção de 3 municípios da zona norte foram realizadas todas as auditorias previstas para os distritos e municípios, encontrando-se os relatórios no final do ano em fase de conclusão. Foram visitados 21 distritos em todas as províncias menos Zambézia e 30 municípios, que corresponde a 16% dos distritos e 91% dos municípios. Do universo alvo total (distritos e municípios) foi auditado 32%, tendo assim sido atingida a meta de 20% estabelecida para 2006.

Áreas de melhor desempenho em 2006

- O número de auditorias concluídas pela IGF quase duplicou em relação ao ano anterior e foi possível implementar praticamente todas as acções de auditoria planificadas;
- Recrutamento de 54 novos técnicos com vista a melhorar a capacidade inspectiva dos OCIs já criados;
- Produção do manual básico de Auditoria Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações formuladas pela IGF, tendo para o efeito sido seleccionadas cerca de 200 recomendações mais relevantes constantes nos relatórios de anteriores auditorias.

Áreas de fraco desempenho em 2006

- Há fraquezas na implementação plena do SCI, tais como a institucionalização dos OCIs em alguns Órgãos do Estado, associado à falta de recursos humanos e materiais;
- A criação dos comités de auditoria estava previsto inicialmente para o ano 2005, mas ficou adiada. Em 2006 a IGF foi instruída para inserir no Estatuto Orgânico da IGF um capítulo sobre os comités de auditoria, tarefa que ficou para o ano 2007;
- Persiste a necessidade de melhorar a articulação com a UTRAFE, em particular no que respeita à formação e acesso ao e-SISTAFE aos auditores.

Principais lições aprendidas na área da auditoria interna:

- Recomenda-se que se dê uma prioridade maior para a elaboração e implementação dos planos do SCI;
- A criação dos comités de auditoria e a regulamentação do funcionamento dos mesmos é fundamental para a implementação efectiva das recomendações de auditoria;
- Elaboração de um dispositivo legal para clarificar e interiorizar os papéis e responsabilidades dos diferentes OCIs no desenvolvimento do SCI, inclusivamente o papel e responsabilidade da própria IGF;
- Reforço na capacitação dos técnicos afectos ao SCI;
- Assegurar que os documentos chave do Governo façam menção apropriada aos objectivos e actividades referentes ao SCI.

2. Avaliação do Desempenho

Execução do Orçamento e BdPES

O nível de execução tanto das despesas correntes, como de investimentos, é muito maior do que em 2005. Segundo o relatório de execução orçamental para o ano de 2006, a taxa de realização de despesas correntes ao nível central foi de 95,4% e de 81,9% a nível das delegações provinciais da Beira e Nampula. O orçamento de investimento para as delegações provinciais foi gasto na sua totalidade.

Os fundos externos para a IGF ou SCI não estão incluídos no Orçamento do Estado de 2006.

O Balanço do PES não menciona actividades realizadas no âmbito do SCI e não contém a informação que a meta do indicador foi atingido. Esta é uma situação que se verifica ano após ano. Há toda conveniência que a IGF e o Ministério das Finanças assegurem que os documentos chave do Governo façam menção apropriada aos objectivos e actividades referentes ao SCI.

Funcionamento e desempenho

Em relação ao Plano de Actividades da IGF, o plano foi implementado, quase na sua íntegra. Pelo contrário, no âmbito das actividades do Subsistema de Controlo Interno (SCI) não foi possível realizar a maior parte das actividades, particularmente as ligadas à formação por ainda não se dispor de recursos financeiros. Em geral, o desempenho do Subsistema do Controlo Interno durante 2006 pode ser considerado como fraco, mas com perspectiva de melhoramento para 2007, visto que se espera que o plano de actividades de SCI 2007-9 seja aprovado durante o primeiro trimestre. Recomenda-se que se dê uma prioridade maior para a elaboração e implementação dos planos do SCI.

Auditorias realizadas pela IGF

Em 2006 foram concluídos 102 relatórios de auditoria da IGF de 208 previstos. O nível de realização foi aproximadamente o dobro do ano anterior, em que apenas foram objecto de despacho superior 53 relatórios. À semelhança do exercício anterior, no final de 2006, estava em curso um elevado número de auditorias ainda não concluídas isto é, com despacho do Ministro das Finanças, a maioria das quais em fase de elaboração do relatório. De salientar que, das 126 novas auditorias planeadas para 2006, apenas não foram iniciadas 3 acções tendo em contrapartida sido iniciadas 4 auditorias decorrentes de solicitações superiores.

Das auditorias concluídas 76 eram relativos a acções que transitaram do exercício anterior e 26 referentes a auditorias iniciadas no próprio exercício. Entre as auditorias concluídas durante o ano figuram 64 auditorias a Órgãos do Estado, 33 aos municípios (24 pareceres e 9 auditorias), 3 a empresas públicas, uma na área fiscal e uma na área das alfândegas.

Foram ainda efectuadas acções de acompanhamento, com o objectivo de avaliar o grau de implementação, por parte das entidades auditadas, das recomendações emitidas pela IGF, tendo para o efeito sido seleccionadas cerca de 200 recomendações. Em resultado dessas acções apurou-se que aproximadamente 70% dessas recomendações haviam sido adoptadas.

Acções para o funcionamento do SCI

Apesar de não ter sido possível concretizar todas as acções do SCI planeadas para 2006, foi efectuado um esforço no sentido de reforçar a capacidade de intervenção e acção coordenada dos Órgãos de Controlo Interno (OCI). Um reforço do SCI permitiria que os OCIs assumissem progressivamente o papel actual da IGF permitindo assim que a IGF se concentre em auditorias mais complexas e assuntos de coordenação e aconselhamento. O sistema interno de monitoria e avaliação ainda é fraco e a partilha de informação entre os diferentes OCIs e a IGF ainda não está bem definida. É preciso desenvolver um modelo de coordenação, supervisão e reporting das actividades desenvolvidas pelos OCIs.

Sendo de salientar as seguintes actividades:

- Acções de sensibilização dos dirigentes para a criação de OCI nos sectores onde ainda não existem. Como resultado o Ministério dos Transportes já nomeou um Inspector Geral, e o Ministério das Obras Públicas e Habitação e o Ministério da Justiça estão receptíveis a nomeação de um Inspector Geral, enquanto que a EDM, ANE, INGC, já têm modelos de auditoria interna. Contudo, ainda existem vários desafios na institucionalização dos OCIs.
- Recrutamento de 54 novos técnicos (a maioria com formação superior) com vista a melhorar a capacidade inspectiva dos OCI já criados. Foi realizada formação em sala e de seguida, vai ser dada formação em serviço, no âmbito de auditorias da IGF. Posteriormente os técnicos serão distribuídos pelos vários sectores. Durante 2007 um dos desafios é a elaboração e execução dum programa de desenvolvimento de recursos humanos, incluindo a formação de qualidade dos recém recrutados;
- Elaboração de um plano de actividades e orçamento do SCI para os próximos três anos. A finalização do plano ficou para o ano 2007. Embora inicialmente suportado por recursos externos, o Orçamento Geral do Estado terá que integrar gradualmente os custos inerentes ao funcionamento do SCI. Devia-se contemplar a possibilidade de o plano do SCI ser incorporado no processo de planeamento e controle integrado e operacional da IGF, que possa contribuir positivamente para o processo de criação e fortalecimento do SCI bem como facilitar o cumprimento do plano estratégico do SCI.
- A produção de manuais e metodologias que apoiem a realização de auditorias, tendo sido concluído o draft do Manual Básico de Auditoria, o qual se espera venha a ser aprovado e implementado em 2007;
- Apetrechamento do secretariado do SCI;
- Realização de sessões do Conselho Coordenador do SCI, onde foram objecto de apreciação os planos e relatórios de actividades dos OCI.
- Acções de desenvolvimento profissional, tais como por exemplo: formação em normas de auditoria para inspectores de nível operacional, participação na conferência anual do ESAAG, participação na Conferência de auditores internos da Africa do Sul, e realizações de visitas inter-Inspeções Gerais de diferentes sectores para troca de experiência.

Acções previstas no âmbito do SCI mas não realizadas incluem formação e afectação pelos diversos OCIs do pessoal recentemente recrutados, realização de cursos sobre normas de auditoria para Inspectores Gerais e os Inspectores de nível sectorial, formação de formadores para o SCI, realização do curso sobre gestão financeira para as Administrações Distritais, e a elaboração de manuais de procedimentos específicos de inspecção/ auditoria sobre gestão patrimonial, salários, receitas consignadas e procurement.

A auditoria ao fundo de salários foi adiada por razões devidamente justificadas, aguardando-se pelo recenseamento geral dos funcionários do Estado.

A criação de Comitês de Auditoria foi inicialmente previsto para o ano 2005, mas ainda não foi realizada. A IGF foi instruída para inserir no Estatuto Orgânico da IGF um capítulo sobre os comitês de auditoria, tarefa que ficou para o ano 2007. A criação dos comitês de auditoria e a regulamentação do funcionamento dos mesmos é fundamental para a implementação efectiva das recomendações de auditoria.

Desenvolvimento da capacidade institucional da IGF

No que respeita as acções de desenvolvimento da capacidade institucional da IGF é de destacar o seguinte:

- Realização de trabalhos com vista à revisão da estrutura organizacional da IGF, e a elaboração de uma proposta de legislação específica para formalização da nova estrutura. O processo não foi possível concluir;
- Desenvolvimento de trabalhos para consolidação do projecto de carreiras especiais diferenciadas;
- Tendo em vista melhorar as competências dos técnicos da IGF, foi executado um programa de formação que envolveu cursos de formação nas áreas de gestão, contabilidade, auditoria, fiscalidade e informática;
- Formação em serviço, através do acompanhamento pelos assessores e consultores externos de várias auditorias;
- Prosseguimento do processo de instalação e administração de rede de computadores na sede.

Todavia, ao nível da gestão e optimização dos recursos humanos da IGF, os resultados não são ainda satisfatórios, o que poderá ser explicado fundamentalmente pela inexistência de adequados sistemas de informação para a gestão, algumas fraquezas ao nível do acompanhamento e supervisão, essencialmente na qualidade do órgão de supervisão do SCI o que poderá ser minimizado com a institucionalização e funcionamento dos Comitês de Auditoria.

A IGF é organismo integrante do Subsistema do Controlo Interno, visto que o SCI compreende os órgãos e entidades que intervêm na inspecção e auditoria dos recursos públicos. Os subsistemas do SISTAFE são orientados e tecnicamente supervisionados por Unidades de Supervisão, que são designados por Diploma do Ministro. No caso particular do SCI, ainda que não haja um Diploma para o efeito, é consensual que a IGF assume o papel da Unidade de Supervisão do SCI. Contudo, seria importante a elaboração da Diploma para clarificar e interiorizar os papéis e responsabilidades dos diferentes OCIs no desenvolvimento do SCI, inclusivamente o papel e responsabilidade da própria IGF.

Desempenho em relação às principais reformas centrais

É importante reforçar a interacção da IGF e do SCI com outros componentes da reforma das finanças públicas, para assegurar a adaptação da actividade de controlo ao novo ambiente, bem como para assegurar que as reformas tenham em conta as lições e experiências das auditorias realizadas. Deve-se também considerar se as relações e a circulação da informação entre IGF e os seus interlocutores podem ser optimizadas, em particular com o TA e com o Gabinete Anti-Corrupção.

Cooperação com o Procurement

Existe um entendimento por parte da IGF para o envio dos relatórios de auditoria para a UFSA e é recomendado que a IGF envie os relatórios das auditorias de *procurement* efectuados em 2005 e 2006 para a UFSA para conhecimento. O acordo inclui a formação de inspectores da IGF pela UFSA em matéria associadas ao *procurement*. Em 2006 quase todos técnicos da IGF tiveram uma acção de formação sobre o *procurement*, com excepção das Delegações provinciais. Estas beneficiarão da formação nas Províncias onde estão sedeadas.

Em 2007, está prevista a realização de 3 auditorias ao *procurement* nas Províncias de Maputo, Sofala e Nampula (nos sectores das finanças, saúde, educação e agricultura).

O acompanhamento das recomendações emanadas das auditorias realizadas em 2005 ao *procurement* não foi integralmente realizado pelo facto do plano do SCI não estar pronto e, portanto, não haver financiamento para tal.

e- SISTAFE

Em 2006, não foi possível ministrar formação para os auditores em matéria de e-SISTAFE. Está prevista formação nesta área para 2007.

Descentralização

As auditorias aos distritos e municípios foram efectuadas no âmbito do programa de descentralização financeira. Os trabalhos que também tiveram enfoque na formação dos gestores financeiros nos distritos abrangidos, foram coordenados por técnicos da IGF, e integrados inspectores dos diversos Ministérios e DPPFs.

Controle externo

A troca de informação entre o Tribunal Administrativo e a IGF melhorou. Contudo, há espaço para melhorias. Será importante a elaboração e implementação conjuntamente com o TA de um modelo de gestão, comunicação e coordenação das relações entre as duas instituições. Os relatórios das auditorias aos municípios são enviados para o TA. Conforme boas práticas internacionais, todos os relatórios de auditoria deviam ser fornecidos ao TA para que o controle externo possa avaliar o grau de cumprimento das recomendações.

Auditoria Externa

1. Sumário executivo

Indicador QAD 2006:

Número de relatórios de auditoria financeira realizados pelo Tribunal Administrativo/ meta de 2006: 70

Em 2006 o número de relatórios de auditoria conclusos aos juízes relatores foi de 155, tendo assim sido atingida e superada a meta de 70 relatórios de auditoria financeira realizados.

Áreas de melhor desempenho em 2006

- Finalização do Plano Corporativo 2007-2010;
- O número de auditorias financeiras cresceu em 148% em comparação com o ano 2005;
- Foram efectuadas 55 auditorias aos distritos, pela primeira vez;
- O Relatório e Parecer sobre a CGE de 2005 foi entregue à Assembleia da República dentro do prazo estipulado por lei. Também encontra-se na página web do Tribunal Administrativo;
- Foram julgados, no ano de 2006, 45 relatórios de auditoria, comparativamente ao de 2005, em que foram julgados 11 relatórios de auditoria.

Áreas de fraco desempenho em 2006

- O acesso público aos acórdãos e o Relatório e Parecer do CGE ainda é limitado (Só depois de transitado em julgado é que o acórdão é público);
- A não inclusão de receitas próprias do TA no Orçamento do Estado.

Principais lições aprendidas na área de auditoria externa

- Tomar medidas para reduzir a relativa demora na apreciação e julgamento dos processos de auditoria;
- Utilizar os mecanismos legais à disposição do TA para se impor sanções e quando necessário remeter ao Ministério Público os processos que tenham indícios criminais;
- Melhorar o acesso público aos acórdãos e ao Relatório e Parecer da CGE;
- Canalizar todos os fundos externos ao TA através de um memorando de entendimento comum entre o TA e os doadores;
- Elaboração e implementação conjuntamente com a IGF de um modelo de gestão, comunicação e coordenação;

Incluir informação relacionada com o cumprimento do indicador de auditoria externa no BdPES.

2. Avaliação do Desempenho

Execução do Orçamento e BdPES

O nível de execução das despesas de funcionamento do TA atingiu 96,8% em 2006, e das despesas de investimento 100%, segundo o Relatório de Execução Orçamental. Nota-se que as receitas próprias não estão incluídas no Relatório de Execução Orçamental. As receitas próprias do TA constam do orçamento do TA, embora não seja feita disponibilização destas para a realização das despesas. Nota-se também que os fundos externos para o TA não estão incluídos no Orçamento do Estado de 2006.

É objectivo do TA ter o seu orçamento aprovado directamente pela Assembleia da República para aumentar a independência financeira. Também é importante aumentar a dotação anual no OE para garantir a sustentabilidade das actividades crescentes.

O Balanço do PES relata as actividades relacionados com o funcionamento e desenvolvimento do TA, mas não contém informação sobre se a meta do indicador na área de auditoria externa foi atingida ou não. É importante assegurar que a informação relacionada com o cumprimento do indicador seja incluída no BdPES.

Funcionamento e desempenho

Auditorias realizadas pelo Tribunal Administrativo

O número de auditorias realizadas pelo TA tem crescido junto com a capacidade humana e o número de funcionários afectos ao TA. O número de auditorias financeiras cresceu da seguinte forma:

Ano	N.º de auditorias	N.º de inspecções
2003	5	
2004	29	
2005	69	72
2006	171	17
Total	274	89

Em 2006 realizaram-se 171 auditorias das 260 programadas, das quais algumas ainda encontram-se na fase de finalização do relatório. Foram também realizadas 17 inspecções. As auditorias realizadas em Tete eram auditorias para verificar a implementação de recomendações feitas em auditorias anteriores.

O número de relatórios de auditoria conclusos aos juízes relatores foi de 155. Ao longo de 2006 foram julgados 45 relatórios de auditoria comparativamente ao de 2005, em que foram julgados 11 relatórios de auditoria e 4 em 2004. Esta subida de relatórios de auditoria julgados corresponde ao aumento de 309%. O julgamento, o qual pode resultar em quitação ou efectivação da responsabilidade financeira, representa a etapa final da auditoria. É importante que acções sejam tomadas para reduzir a relativa demora na apreciação e julgamento dos processos de auditoria e atingir uma celeridade aceitável na conclusão dos processos de auditoria.

O baixo número de auditorias realizadas nas províncias e distritos de Nampula e Zambézia durante o período de 06 de Novembro a 01 de Dezembro de 2006, em comparação com o planificado, deveu-se ao facto da falta de autorização de pagamento das despesas de auditoria por parte da Direcção aonde está situado o projecto PPFID.

As auditorias decorreram nas províncias de Sofala, Niassa, Manica, Gaza, Tete e Maputo. As auditorias realizadas cobriram 56.4% (2.2 biliões de MTn) do orçamento total das entidades (3.9 biliões MTn). Foram realizadas 55 auditorias nos distritos de Sofala (12), Niassa (16), Manica (9), Tete (12) e Maputo (6), cobrindo 100% do orçamento destes distritos (166 milhões de MTn). As auditorias aos distritos em Sofala foram financiadas pelo Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas. Também realizou-se pela primeira vez auditorias à 2 Embaixadas, 1 consulado e 1 auditoria ao Secretariado da CPLP.

A responsabilização é um elemento fundamental para a criação de credibilidade nos sistemas. É importante que o TA use os mecanismos na sua disposição para impor sanções e quando necessário remeter ao Ministério Público processos que tenham indícios criminais.

Além da realização de auditorias financeiras, é importante salientar a emissão do Relatório e Parecer relativo sobre a CGE de 2005 dentro dos prazos fixados por lei e com uma qualidade crescente. Uma das preocupações expressas no Parecer é o vazio legal que existe depois da introdução da lei do SISTAFE, que revoga diplomas referente às modificações das dotações orçamentais e operações de tesouraria entre outros. A adopção de nova legislação reguladora de tais matérias ainda não foi feita.

A maior parte das entidades, que conforme a lei deviam submeter as suas contas ao TA, não cumprem com esta obrigação. Em 2006 foram submetidos ao TA 406 processos de contas de gerência das entidades para fiscalização sucessiva, que demonstra, já o segundo ano consecutivo, uma redução. É uma tendência preocupante. Está a decorrer até finais do ano 2007 no TA um levantamento estatístico para conhecer o número total das entidades que devem submeter o relatório de contas ao TA.

Acesso público das auditorias

O Tribunal Administrativo está a prestar maior atenção no acesso público aos seus relatórios. O Relatório e Parecer relativo à CGE de 2005 foi publicado na página web do TA. Lá encontram-se também os Relatórios e Pareceres dos anos 1998, 2003 e 2004.

Os acórdãos das auditorias financeiras são públicos só após o julgamento. Normalmente deviam ser publicados no BR, mas durante o ano 2007 estes vão também estar disponíveis na página web do TA. Em 2006 foram enviados vários acórdãos para publicação no BR, mas até à data não foram publicados.

Desenvolvimento da capacidade institucional do TA

Em 2006 foi concluído o Plano Corporativo (PLACOR) do TA (3ª secção) para os anos 2007-2010, o qual incorpora a estratégia, plano operacional e orçamento. Os maiores desafios incluem i) aumento da cobertura do controlo dos fundos públicos; ii) interacção com a sociedade e promoção da transparência; iii) adequação da estrutura organizacional e da infra-estrutura; e iv) garantia da autonomia financeira do TA. Está em curso a arrecadação de fundos adicionais para apoio institucional e a implementação do PLACOR, ainda se estas actividades gradualmente devem ser integradas no OE. Seria desejável que todos os fundos externos, incluindo os fundos para o apoio à desconcentração, pudessem ser canalizados através de um memorando de entendimento comum entre o TA e os doadores.

Foram recrutados 77 contadores verificadores para as áreas da Conta Geral do Estado (CGE) e Conta e Auditoria Financeira (CAF) e Visto bem como 5 técnicos informáticos para o Tribunal Administrativo. Agora a Terceira Secção tem 149 funcionários, dos quais 78 de nível superior (incluindo 3 Juízes Conselheiros), 66 de nível médio, 2 de nível básico e 3 de nível elementar.

O novo pessoal recebe treinamento em serviço e o TA tem facilidades de treinamento operacionais nas suas instalações. É imperioso continuar com as actividades de capacitação técnicoprofissional para garantir o aumento da qualidade do trabalho da TA.

O TA está a preparar-se para efectuar em 2007 a primeira auditoria informática, e em 2008 as primeiras auditorias de desempenho.

Está em curso a reformulação dos diplomas reguladores das actividades do TA bem como a respectiva orgânica, e espera-se que os novos diplomas possam ser aprovados em 2007 ou 2008.

Desafios em relação às principais reformas centrais

É importante reforçar a interacção do TA com outras componentes da reforma das finanças públicas, para assegurar a adaptação da actividade de auditoria ao novo ambiente, bem como para assegurar que as reformas tenham em conta as lições e experiências das auditorias realizadas. Deve-se também considerar se as relações e a circulação da informação entre TA e os seus interlocutores podem ser optimizadas, em particular com o Gabinete Anti-Corrupção.

Cooperação com o Procurement

Até finais do ano 2006 não foi feita capacitação dos funcionários do TA na matéria da nova legislação na área do procurement. Contudo, a capacitação está em curso neste momento, com recurso aos formadores do Tribunal Administrativo.

e- SISTAFE

O TA ainda não dispõe um computador com ligação ao e-SISTAFE para acções de auditoria. Também não foram treinados os auditores do TA na matéria do e-SISTAFE, de modo a poderem auditar as instituições que já estão a utilizar o e-SISTAFE e verificar a utilização de procedimentos correctos. Prevê-se uma auditoria informática ao e-SISTAFE (assegurar a qualidade do sistema de informação) no ano 2007.

Descentralização

Está em processo o aperfeiçoamento institucional para a desconcentração do Tribunal Administrativo, que visa ao estabelecimento de duas delegações provinciais (Nampula e Beira). O objectivo é aumentar a cobertura das auditorias em todos os níveis, com enfoque nos distritos, considerando o programa de descentralização das finanças públicas.

No âmbito do programa de descentralização foi criado um pilar de controlo integrando o TA (Tribunal Administrativo), IGF (Inspeção Geral de Finanças), IGAE (Inspeção Geral da Administração Estatal), ANFP (Autoridade Nacional da Função Pública) visando estabelecer maior coordenação entre estas instituições.

Controle interno

A comunicação entre controlo externo (TA) e controle interno (IGF) melhorou durante o ano 2006. A IGF envia os relatórios de auditoria dos municípios ao TA e o TA tem solicitado também outros relatórios conforme a necessidade. Contudo, há espaço para melhorias, e será importante a elaboração e implementação conjuntamente com a IGF de um modelo de gestão, comunicação e coordenação das relações entre as duas instituições.

3. Indicador QAD (2007-9) e as suas metas precisam de revisão

O indicador para o QAD 2007-9 foi definido como "Número de relatórios de auditoria financeira aprovados pelo Tribunal Administrativo". As metas propostas foram 90 para 2007, 118 para 2008 e 144 para o ano 2009. Está em discussão a possibilidade de começar a medir os relatórios julgados ou o tempo entre a realização da auditoria e o julgamento. Esta decisão deve ser tomada durante a Revisão Semestral de 2007.

Mesmo que o indicador se mantivesse, seria preciso actualizar as metas, tomando em conta a capacidade aumentada no TA.

Reforma do Sector Público

1. Sumário Executivo

Os três indicadores do PAF estabelecidos para 2006 não foram atingidos embora tenha havido progresso para que sejam atingidos em 2007.

A aprovação da Política Salarial e harmonização das três bases de dados (SIP, TA e folha de salários) depende da conclusão do censo dos funcionários e agentes do Estado em curso, decisão tomada em 2006, com a criação da ANFP.

Quanto ao indicador 40, conclusão da elaboração e início da implementação dos planos de reestruturação de 7 Ministérios (MISAU, MEC, MINAG, MAE, MIC, MF e MPD), o desempenho mostrou-se variável. Dois concluíram o desenho de novas estruturas, (MISAU e MAE). O governo e os parceiros observaram a necessidade de reorientar o processo de reestruturação para uma abordagem que conduza a impactos significativos na prestação de serviços.

No que respeita ao indicador 41, aumento da proporção de novos funcionários no sector público recrutado na base de concursos públicos transparentes, não existem dados que permitam aferir o cumprimento deste indicador, devido a ausência de uma base de dados inicial.

O ano de 2006 foi ainda marcado por importantes actividades, designadamente a criação e entrada em funcionamento da Autoridade Nacional da Função Pública (que passou a ser o órgão supervisor da Reforma do Sector Público), a elaboração e aprovação da Fase II da Reforma do sector Público, a reestruturação da UTRESP, elaboração e aprovação da estratégia Anti-Corrupção (cujo Plano de Acção Nacional de 5 sectores seleccionados foi aprovado no início de 2007).

2. Contexto

A presente Revisão Conjunta (RC) do Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA), entre o Governo de Moçambique (GdM) e os Parceiros para o Apoio Programático (PAPs) realiza-se num momento ímpar para a administração e função públicas Moçambicanas, marcado pela criação da Autoridade Nacional da Função Pública. (ANFP),

A ANFP é um órgão do Estado, especializado e independente no âmbito da gestão estratégica, fiscalização e inspecção da administração e função públicas. Este órgão, criado por Decreto Presidencial N° 2/2006, de 7 de Julho, subordina-se directamente a Sua Excelência o Presidente da República, a quem presta contas.

A criação da ANFP é resultado da constatação pelo Governo da necessidade de existência de um órgão com a missão de emanar orientações metodológicas, monitoria, fiscalização e avaliação de políticas ligadas a gestão de recursos humanos do Estado, fiscalização e inspecção da função

pública, organização da administração pública e arquivos e documentação do Estado, dando um ímpeto à implementação da Reforma do Sector Público,

Desde a criação da ANFP destacam-se a realização de acções estratégicas no âmbito da RSP, tais como a aprovação do Programa da Reforma do Sector Público Fase II, assegurando a contínua implementação da Estratégia Global da Reforma do Sector Público; a realização do recenseamento dos funcionários do Estado e a actualização do Cadastro do Funcionário (CUF), acções indispensáveis à uma gestão estratégica de recursos humanos; a campanha de levantamento de Bilhetes de Identidade, em coordenação com o Ministério do Interior, visando melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão; a implementação do Decreto nº 5/2006, de 12 de Abril sobre a desconcentração de competências de gestão de recursos humanos para o Governador Provincial e Administrador Distrital, visando assegurar a materialização da política do Governo de ter o Distrito como pólo de desenvolvimento do País; a criação do Fórum Nacional Anti-Corrupção e do Comité Técnico, no âmbito Estratégia Anti-Corrupção, de entre outras.

3. Desempenho em 2006

Quanto aos indicadores do PAF

Indicador 39: Aprovação da Política Salarial e harmonização da 3 base de dados (Sistema de Informação de Pessoal, Tribunal Administrativo e Pagamento de Salários)

A proposta da nova política salarial foi apresentada à ANFP, no quadro da preparação para apresentação ao Conselho de Ministros. Dada a ligação intrínseca entre a política salarial e as bases de dados do pessoal, sentiu-se que a aprovação e a implementação da política salarial deveria assentar numa base sólida de informação sobre os recursos humanos do Estado. Nesta conformidade, priorizou-se a actualização das bases de dados do pessoal, com recurso à criação do Cadastro Único do Funcionário e Agentes do Estado, o CUF, uma base de dados integrada, que vai permitir desenvolver e implementar funcionalidades de suporte à gestão estratégica dos recursos humanos, incluindo a folha de salários. Para concretizar o CUF, recorreu-se ao recenseamento de raiz de todos os funcionários e agentes do Estado, actividade não planificada para 2006. O recenseamento vai fornecer dados vitais à fundamentação da política salarial e o CUF constituirá o suporte principal para a sua de implementação.

Indicador 40: Conclusão da elaboração e início da implementação dos planos de reestruturação de 7 Ministérios: MISAU, MEC, MINAG, MAE, MIC, MF e MPD

A análise funcional enquadra-se na componente 1, que visa a racionalização de estruturas e processos de prestação de serviços a nível central e local. No geral os sete sectores acima assinalados, prosseguiram no processo de implementação - de aspectos seleccionados, dos planos de reestruturação saídos das respectivas análises funcionais. Porém, o Governo e os parceiros, em particular o Banco Mundial, sentiram a necessidade de aprofundar a abordagem da reestruturação de forma a assegurar que deste exercício resultem impactos significativos na prestação de serviços. Por essa razão, não se aprofundou o exercício de reestruturação no sentido da metodologia até aí em vigor. Está planeado um Workshop Internacional, a ter lugar em Abril de 2007, visando reorientar a abordagem da reestruturação de forma a assegurar a melhoria na prestação de serviços. Está em vista uma abordagem que seja flexível e que permita o ajustamento dos enfoques à situação específica de cada sector, aspecto não evidente na abordagem actual.

Destaca-se ainda neste processo, a criação da ANFP, resultante, por um lado da Análise Funcional do MAE, e por outro, do exercício complementar de análise da macro-estrutura do Governo. A ANFP, resulta da necessidade de reforçar a capacidade do Estado de gerir estrategicamente a administração e funções públicas.

A análise funcional e reestruturação produziu ainda resultados no nível da racionalização da macro-estrutura do Governo nomeadamente a racionalização das comissões interministeriais, reduzindo-as de 49 a 19; a aprovação do Decreto n.º 6/2006, de 12 de Abril sobre a estrutura integrada dos Governos Distritais e do Decreto n.º 5/2006, de 12 de Abril sobre a desconcentração de competências de gestão de recursos humanos do Estado para o Governador Provincial e para o Administrador Distrital no âmbito do processo de desconcentração e descentralização.

Indicador 41: Aumento da proporção de novos funcionários no Sector Público recrutados na base de concursos públicos transparentes

Todo o funcionário do Estado é recrutado na base de um concurso público transparente, segundo rege o Estatuto Geral dos Funcionários do Estado (EGFE), sendo que o provimento é precedido de fiscalização prévia, através do visto do Tribunal Administrativo (TA), e de publicação no Boletim da República. O mesmo acontece com agentes do Estado em regime de contrato: o seu ingresso é, também, precedido de visto do TA.

Excepção a esta regra é o ingresso de funcionários do Estado para as carreiras de classe única (nível elementar de educação), onde o ingresso pode ser feito por requerimento dirigido ao dirigente máximo da instituição e não por via de concurso público (n.º 2 do artigo 41 do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado). Porém, mesmo esta excepção foi eliminada no projecto de Lei do Estatuto Geral dos Funcionários do Estado, documento já apreciado e aprovado pelo Conselho de Ministros a ser submetido a aprovação pela Assembleia da República. A eliminação desta excepção está directamente relacionada com a Constituição da República, que no n.º 1 do artigo 251 estabelece que “acesso a função pública obedece estritamente aos requisitos de mérito e capacidade dos interessados.”

Quanto as Principais Reformas

O Programa da Reforma do Sector Público teve um desempenho satisfatório no ano em análise, nas áreas de melhoramento da gestão financeira e patrimonial do Estado, através do SISTAFE, racionalização de processos e sistemas de prestação de serviços, descentralização, boa governação e combate a corrupção.

No que tange a gestão financeira e patrimonial, para além das acções de expansão do SIATAFE, destaca-se a implementação de capacitação, no quadro do SISTAFE em gestão da mudança e a capacitação de cerca de 3000 funcionários do Estado no âmbito do novo regulamento de procurement.

Quanto à racionalização, e como resultado da RSP, destaca-se a criação da Autoridade Nacional da Função Pública, que resulta em grande medida do processo de análise do então Ministério da Administração Estatal, que nas suas atribuições zelava pela administração e funções públicas.

Os sete ministérios priorizados, bem como o Conselho Municipal de Maputo, implementaram acções seleccionadas no âmbito dos planos de reestruturação resultantes das análises funcionais. A lição que se tira deste processo é que a actual metodologia de análise funcional e reestruturação

enquanto assegura o re-alinhamento, no nível macro organizacional dos sectores, carece de abordagens complementares para assegurar o derradeiro impacto na oferta e qualidade de serviços prestados ao público. Neste sentido teve início, ainda em 2006, a revisão da abordagem da reestruturação que culminará com um workshop internacional a ter lugar em Abril 2007. Ainda neste domínio destaca-se a racionalização das comissões interministeriais, reduzindo-as de 49 a 19; de entre estas a racionalização da CIRES, que passou a incluir as comissões da política de informática e da reforma legal.

Ainda em 2006 foi elaborado o esboço da Política Nacional de Descentralização, documento essencial para o aprofundamento da implementação da lei 8/2003. Devido ao seu grau de sensibilidade o documento ora produzido será sujeito a consultas alargadas entre os meses de Abril e Maio de 2007, esperando-se que venha a ser submetido ao Conselho de Ministros ainda em Junho de 2007. Vai seguir-se a elaboração da Estratégia de Implementação que se espera seja aprovada pelo Conselho de Ministros em 2008.

Assuntos transversais

Foram concluídos o estudo sobre o impacto do HIV/SIDA e sobre a Integração dos assuntos de género na Função Pública. Estes estudos serão divulgados e tomados como base de referência para a elaboração das Estratégias sobre o HIV/SIDA e género na função Pública.

Desafios e na Perspectiva Provincial, Distrital e Nível Local

A viragem do programa da Fase II para resultados, estruturando-se em prioridades, actividades estratégicas, serviços críticos e serviços essenciais (ao nível do distrito e coincidentes com a estrutura integrada do Governo distrital) coloca um grande desafio ao programa da Reforma do Sector Público, dada a necessidade da produção do impacto na vida do cidadão, evitando deste modo a fadiga sobre este processo;

A implementação do Decreto n.º 5/2006, sobre a desconcentração de competências de gestão de recursos humanos do Estado, constitui igualmente um enorme desafio a reforma do Sector Público. Com este instrumento, as instituições públicas a todos os níveis passam a dispor de autonomia para o recrutamento de funcionários sem depender do nível central. Importa assegurar que este recrutamento seja feito com base em concursos públicos transparentes.

Integração do Processo de planificação das actividades da Reforma no ciclo de planificação do PES, constitui um desafio acrescido.

Execução Orçamental

A planificação e orçamentação das actividades da Reforma do Sector Público não foram integradas no Plano Económico e Social (PES) 2006. Prevê-se que a partir de 2008 a planificação das actividades da Reforma siga o ciclo de planificação do Governo. O Plano Anual de Actividades e Orçamento da UTRESP de 2006 previa cerca de 11,357,500.00 USD, dos quais foram desembolsados 9, 549,733.24 USD. Deste modo a execução financeira global ao longo do ano, estimada como sendo a relação entre os fundos executados e os desembolsos, situa-se na ordem dos 86%.

4. Factores Chave que melhoraram o desempenho em 2006

Em resultado da Reforma do Sector Público em curso no País, e por forma a criar um maior dinamismo político e operacional do desenvolvimento da administração e funções públicas, o Governo criou em 2006 a Autoridade Nacional da Função Pública, directamente subordinada ao Presidente da República a quem presta contas. A ANFP tem como missão o fortalecimento e o aprimoramento da administração pública para que seja efectiva, eficaz e eficiente no quadro da boa governação e dos objectivos estratégicos do governo moçambicano.

A UTRESP, é a unidade de assessoria técnica e metodológica ao Governo no que diz respeito a reforma do Sector Público, mais especificamente a ANFP e a CIRESP. Por forma a adequá-la ao cumprimento da sua missão, foi iniciado, em 2006, um processo de reestruturação, que incluiu entre outras medidas, a renovação da direcção, a criação de uma Direcção de Administração e Finanças, e o reforço das áreas de procurement.

A reestruturação acima ocorreu simultaneamente com o processo de elaboração do programa da Fase II, aprovado em Outubro de 2006, após um longo processo de consulta a nível nacional com a sociedade civil, sector privado, sector público e parceiros de cooperação.

Foram desenvolvidas importantes actividades com vista a harmonização das bases de dados (SIP, TA e Folha de Salários), que incluíram as acções preparatórias para a criação do Cadastro Único do Funcionário e Agentes do Estado, o CUF, e o censo dos funcionários e agentes do Estado, ambas em curso.

5. Constrangimentos

Ao longo de 2006 e tendo em conta as lições aprendidas na fase I, por um lado e as prioridades e foco para a fase II, por outro, nomeadamente o imperativo de produzir resultados tangíveis foi necessário tomar medidas organizativas, que sendo necessárias, tiveram algum impacto na celeridade de implementação das acções programadas. De entre elas apontam-se

- O processo envolvente de desenho da Fase II da reforma do sector público,
- O processo de mudança e integração da nova Direcção da UTRESP;
- O refinamento do papel da UTRESP como unidade de assessoria e não de implementação;
- Processo de reforço da capacidade de procurement, em particular *na UTRESP, que culminou com o recrutamento de um gestor e dois oficiais,*

6. Lições Aprendidas

- No processo de desenho da Fase II, aprendeu-se que a priorização das acções da Reforma era crucial na negociação das expectativas de todos os intervenientes,
- A natureza, o papel e o desempenho da ANFP demonstrou a importância da liderança política, ao mais alto nível da reforma como condição para a mobilização e responsabilização para a implementação das reformas;
- O sequenciamento das reformas constitui um pré-requisito para a sua implementação: no processo de elaboração da política salarial, sentiu-se a necessidade de dados sobre os funcionários, levando à decisão de realização do recenseamento dos funcionários e agentes do Estado.
- É importante que as prioridades sejam reflectidas no orçamento, sob pena de haver uma contradição entre os meios necessários para a execução das reformas e as capacidades

disponíveis, a título de exemplo o SIFAP apesar de ser considerado fundamental não tem recebido a devida atenção orçamental;

Descentralização

1. Sumário Executivo

O progresso referente aos indicadores do QAD 2006 é positivo na área de descentralização com avanços importantes atingidos. O aumento significativo de auditorias e inspeções ao nível dos distritos e municípios é reconhecido como um passo positivo embora a sua publicação e divulgação serão feitas a posterior de acordo com o calendário. A execução e consolidação do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local em 2006 representa um passo significativo no processo de descentralização fiscal e nos esforços que visam a transformação dos Governos Distritais em unidades orçamentais nos termos da Lei 08/2003 (LOLE). No mesmo âmbito, o ímpeto atingido na expansão rápida do estabelecimento de conselhos locais cobrindo todos os distritos e a abordagem participativa introduzida na programação do OIIL são realizações igualmente encorajadoras.

Apesar destes sinais positivos, algumas preocupações foram registradas pelo grupo. Com efeito, o 1º esboço de Política Nacional de Descentralização (PND) não correspondeu com as expectativas criadas na revisão conjunta de 2006 em termos da celeridade do processo bem como o nível do seu conteúdo. Espera-se que o processo de consulta (PND) previsto em 2007 resultará num melhoramento na qualidade e profundidade do documento. Foi registado que, apesar dos avanços em descentralização fiscal para os distritos, as tendências das transferências fiscais para os municípios, em termos percentuais, não correspondem com a visão do PARPA II e outros documentos estratégicos no âmbito de descentralização. Na área de participação comunitária, apesar de progresso notável no estabelecimento das IPCCs em todos os distritos, o grande desafio continua na sua capacitação para garantir participação representativa e qualitativa e envolvimento activo de sociedade civil na preparação e monitoria dos planos. Finalmente, há preocupações na parte dos parceiros sobre uma perda de ímpeto no desenho do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas e as consequências em termos de continuidade do programa em algumas províncias.

Recomenda-se que o grupo reúna-se no 2º trimestre do ano em curso para continuar o diálogo profícuo atingido entre os parceiros e trocar informação sobre a avaliação do OIIL 2006 e as transferências fiscais aos Órgãos Locais do Estado e das autarquias e as mudanças previstas no pacote autárquico.

2. Avaliação dos Indicadores

O progresso referente aos indicadores do QAD 2006 é positivo (ver Anexo 1). A meta referente ao indicador nº 34 (auditoria dos distritos e autarquias) foi atingido e, de facto, superada. O indicador nº 37 foi atingido considerando que os mecanismos de transferências fiscais aos OLEs e municípios estão definidos embora sejam de considerar alguns esclarecimentos adicionais sobre a sua aplicação. Referente à adopção da Política Nacional de Descentralização, o indicador (nº 38) não foi atingido mas foi registado algum progresso na sua elaboração.

3. Avaliação Geral de Desempenho

Auditorias e Inspeções:

As auditorias distritais foram realizadas pelo Tribunal Administrativo (TA) em 61 distritos em 5 províncias do país. Além disso, foram realizadas inspecções em 21 distritos pelo IGF. No primeiro ano, o acto de auditoria aos distritos pelo TA é um processo pedagógico que serve para despertar aos Administradores e aos Governos Distritais a necessidade de melhorar a gestão de recursos públicos. O ciclo de auditoria permite que os auditados tenham a oportunidade de reagir as constatações do TA. Neste sentido, comentários foram recebidos de 18 distritos que agora estão na fase final de julgamento. Uma vez julgados, as auditorias serão publicadas e o respectivo relatório incluirá recomendações específicas referentes a gestão de recursos públicos pelos distritos.

Os municípios prestam contas ao Tribunal Administrativo. Assim, os seus relatórios de execução orçamental são enviados anualmente para este tribunal para auditoria com cópia para o Ministério das Finanças. Além disso, inspecções foram realizadas em 30 dos 33 municípios pela IGF (Inspeção Geral de Finanças) e o Ministério de Administração Estatal realizou inspecções e sessões de capacitação para todos 33 municípios.

Transferências fiscais inter-governamentais:

O 1º ano da execução do OIIL foi considerado um sucesso. Entretanto, as orientações referentes a programação e execução do OIIL em 2006 foram emitidas tarde e faltou clareza que resultou em interpretações diferentes no seu uso e algumas demoras na sua execução. Para o OIIL 2007, 3 critérios foram propostos pelo Ministério das Finanças e aprovados pelo Conselho de Ministros (população e superfície do distrito e índice de pobreza). Estes critérios foram aplicados na afectação do OIIL 2007 cujo valor global cresceu em cerca de 25% e de facto, a meta de 3.36% do OE transferido aos distritos em 2007 já foi superada em 2006 com transferências aos distritos representando 3.8% do OE. O MPD realizará uma avaliação participativa do OIIL 2006 para enriquecer as orientações e a programação e execução no ciclo orçamental 2008.

Critérios estabelecidos por lei (11/97) e referentes a população e superfície dos municípios determinam os valores transferidos pelo Tesouro no âmbito de FCA (Fundo de Compensação Autárquica) e FIIL (Fundo de Investimento de Iniciativa Local). Os critérios são diferenciados uma vez que está atribuído a população um peso de 75% e a superfície um peso de 25%. Contudo, além das transferências do Tesouro, os municípios podem utilizar as suas receitas próprias para despesas correntes e de investimento. Receitas próprias representam a volta de 43% do orçamento global dos municípios.

Enquanto os critérios para a afectação do OE aos distritos e municípios estão claros, para o caso das Províncias não se verifica, sendo de assinar, por isso, um certo desequilíbrio.

Participação comunitária:

Houve progresso notável no estabelecimento dos Conselhos Locais. Um levantamento feito pela Direcção Nacional de Planificação (DNP) do MPD em 2006 mostrou que Conselhos Consultivos já estão estabelecidos em todos os Distritos e em 95% dos Postos Administrativos. Na maioria das províncias os CCDs foram envolvidos na programação do OIIL e na elaboração de outros instrumentos de planificação estratégica e operacional. O estabelecimento e funcionalidade dos Conselhos Locais são um processo evolutivo. Um estudo de funcionamento e representatividade dos Conselhos Locais em Nampula e Cabo Delgado em 2006 mostrou resultados positivos e encorajadores. Contudo, em algumas Províncias, estes órgãos de consulta comunitária foram estabelecidos com pressa. O grande desafio continua no âmbito da sua capacitação, e em particular dos membros representantes da comunidade, para garantir uma participação

representativa e qualitativa e um envolvimento activo na preparação, implementação e monitoria dos planos.

Planificação Descentralizada:

Uma avaliação conjunta dos 3 projectos principais³ originou a decisão de criar um Programa Nacional dirigido pelo Governo e financiado por um fundo comum a partir de 2008. Em 2006 foi elaborada uma proposta de *logframe* que identifica os principais pilares do Programa Nacional, os seus objectivos, actividades chaves e indicadores. Entretanto, foi registado um défice de diálogo entre o Governo e os parceiros sobre o desenho do novo programa e há preocupações da parte destes sobre uma perda de ímpeto na sua preparação e as consequências em termos de continuidade do programa em algumas províncias.

Foram elaborados 7 manuais nacionais de formação sobre vários aspectos de planificação descentralizada e a ANFP está activamente envolvida em discussões sobre a capacitação dos distritos. Bom progresso foi notado na elaboração dos PEDDs, já aprovados em mais de 50% dos distritos. Naturalmente, a qualidade dos PEDDs é variável, o mesmo acontecendo com algumas equipas técnicas provinciais que precisam capacitação.

Política Nacional de Descentralização (PND):

O indicador do QAD não foi atingido, mas foi registado algum progresso. Em 2006 foram elaborados opções para a formulação da Política e Estratégia Nacional de Descentralização e um 1º esboço de Política Nacional que será sujeito a um processo de consulta em 2007. No entanto, o calendário para a finalização de PND precisa de ser actualizado. Comentários dos parceiros ao 1º esboço indicam que há grandes desafios quanto a visão e a abrangência do documento que implica que durante o processo de consulta será necessário debater questões relacionadas com a convivência de democracia participativa e consultiva com a democracia representativa, a descentralização fiscal, e o desenvolvimento da relação entre a planificação/execução por parte dos sectores e os OLEs. Além disso, no esboço da PND, as autarquias são subsumidas ao modelo de desconcentração, assim esvaziando-se a característica principal deles, a sua autonomia.

Assuntos Transversais

Género: O estudo de funcionamento e representatividade dos Conselhos Locais encontrou que entre 25 a 30% dos membros das CCDs são mulheres com a tendência duma percentagem mais elevada (c. 40%) nos Conselhos Locais de níveis do Posto Administrativo para baixo. A estratégia para a integração de aspectos ligados ao género no processo de planificação descentralizada foi elaborada em 2006 e será operacionalizada em 2007. Uma experimentação com orçamentação orientada ao género será realizada nos PESODs de dois distritos pilotos em 2007. **HIV/SIDA:** O impacto do HIV/SIDA no processo de descentralização não deve ser subestimado. Linhas estratégicas para integração de HIV/SIDA no processo de planificação descentralizada foram elaboradas na zona central e em Nampula e será mais desenvolvido em 2007. **Meio ambiente:** A Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DNPOT) do MICOA registou avanços notáveis na integração da planificação espacial (uso de terra) e dos recursos naturais no processo de planificação distrital em 4 distritos pilotos em Cabo Delgado e Nampula. A experiência será aprofundada em 2007. No âmbito de decreto 66/1998 e o diploma 93/2005, foram feitas varias consultas comunitárias no processo de pedido de DUAT e

³ PPF-D-Norte (PNUD/UNCDF), PPF-D-Centro (Banco Mundial) e PRODER (GTZ)

algumas delimitações. Todavia, a complexidade do processo tem resultado em número baixo de DUAT comunitários actualmente aprovados. Contudo, em relação aos 20% das receitas definidos por Lei, algumas comunidades receberam os primeiros pagamentos em 2006 e espere-se um incremento notável em 2007.

4. Análise do Relatório de Execução Orçamental (REO)

A introdução do Orçamento de Investimento de Iniciativa Local em 2006 é considerado como um passo muito positivo e segundo o Relatório de Execução Orçamental para 2006, atingiu um grau elevado de execução. Entretanto, o OE na sua totalidade parece ainda relativamente centralizado especialmente referente ao orçamento de investimento. Apesar disto, a percentagem do OE no seu total transferido aos distritos e municípios cresceu de 5% a 9% entre 2005 e 2006 e já excede a meta concordada para o QAD 2007 para os distritos. Todavia, uma análise do REO mostra uma tendência decrescente no FCA como percentagem da receita fiscal total que não corresponde com a visão do PARPA II no âmbito de descentralização. Devido ao estado autónomo dos municípios, as suas receitas não estão requeridas por lei para efeitos de registo no REO. Todavia, uma análise da situação financeira das autarquias é anexada ao OE e os seus REO são sujeitos a auditoria pelo TA.

5. Actualização dos Indicadores do QAD 2008-10

Indicador 10: recomenda-se que as metas para a percentagem do OE transferida para aos distritos e as autarquias sejam actualizadas para reflectirem a realidade bem como conforme com o quadro macroeconómico nacional.

Indicador 13: recomenda-se uma reformulação para reflectir uma evolução no processo de municipalização

Legalidade e Justiça

I. Sumário executivo

A análise sobre o grau de cumprimento dos indicadores do QAD para o Sector da Justiça, indica que dos sete indicadores dois foram atingidos, designadamente o (45) sobre o movimento processual e o (46) da gestão prisional, sendo que os restantes, 42 e 43 relativos à corrupção, o 47 sobre a Visão, consequentemente, o 48 referente à reformulação dos planos e o sistema de monitoria, e ainda, o 49 referente à reforma legal, não foram alcançados mostrando, contudo, sinais de progressos.

Constata-se desta forma a grande concentração de esforços em 2006 na melhoria da provisão de serviços judiciais, com o aumento do movimento processual, designadamente, maior número de sentenças e redução do número de reclusos aguardando julgamento, mercê do desenvolvimento dos recursos humanos nos últimos anos.

O lançamento do debate público da Visão, deu novo impulso à revisão do Plano Estratégico Integrado da Justiça e estimulou a concepção do Sistema Integrado de Planificação, Monitoria e Avaliação do Sector.

Na reforma legal, há que assinalar um progresso parcial com aprovação do Código do Processo Civil, a criação de Secções Comerciais e a reforma do Código do Notariado, configurando parte dos indicadores 49 a), b) e c) respectivamente. Contudo, nota-se o atraso da reforma legislativa prevista, envolvendo a Lei Orgânica dos Tribunais Judiciais, depositada na Assembleia da República, Lei dos Tribunais Comunitários, Lei do IPAJ, Código Penal e Código de Processo Penal. No entanto, foram desenvolvidas acções fora dos indicadores das quais se destacam a aprovação e entrada em vigor do Código Comercial, Código do Registo Comercial; adicionalmente regista-se a inovação no sistema de gestão do judiciário com a introdução no aparelho judiciário, das figuras de administrador judicial, chefes de serviços das procuradorias e técnico superior de administração de justiça.

Em 2006, não foram realizadas mais inspecções judiciais para além das 4 reportadas no Revisão Semestral, tendo-se em seu lugar, procedido a análise e classificação dos magistrados judiciais com base nas inspecções precedentes. Por seu turno, o Ministério Público realizou 5 inspecções das quais 2 são sindicâncias.

A melhoria da actividade jurisdicional, resultante do crescimento do capital humano na área da Justiça, a intensificação das medidas de controlo interno, gestão da disciplina nas instituições do Sector e a modernização gradual dos serviços, são entre outras, as lições a reter no desempenho da área da justiça em 2006, devendo constituir referências para o desenvolvimento ulterior do Sistema no seu conjunto. Assinale-se, que o reduzido quadro de pessoal das magistraturas judicial e do Ministério Público e das respectivas inspecções, o escasso fluxo de informação das acções em curso no âmbito do combate à corrupção, a demora na aprovação dos instrumentos de planificação estratégica do Sector, da legislação prevista e do Plano de Acção de Combate à Corrupção, constituem aspectos cruciais a merecer maior atenção nas realizações do sistema da justiça.

2. Avaliação do desempenho

No âmbito dos esforços para a promoção do desenvolvimento harmonioso do Sector, o ano 2006 passou a ser uma referência importante no que se refere á concepção e partilha da agenda nacional sobre a justiça. Apesar de não ter sido ainda aprovada, foi concluída e lançada para o debate público a plataforma da Visão da Justiça, tendo a organização e orientação do processo sido encarregue a um Comité de Conselheiros. Os Conselheiros concluíram a fase preparatória do debate e segue a fase de trabalho de campo com a deslocação de brigadas durante 60 dias entre Abril e Maio. Esta opção deve-se à necessidade de assegurar uma auscultação mais exaustiva e massificada, tendo em conta a sensibilidade desta matéria. Com base nos princípios e valores da justiça protagonizados pela Visão, está em curso a reformulação das estratégias de desenvolvimento da área da Justiça, enformando o novo PEI e o respectivo sistema de monitoria e avaliação.

No âmbito do prevenção e combate á corrupção, o Sector promoveu a divulgação em seminário do inquérito sobre a integridade do Judiciário, servindo de base para a definição de um Plano de Acção de combate à corrupção, cuja elaboração se encontra em progresso. A nível do Ministério da Justiça foi elaborado e está em vigor o Código de Conduta dos funcionários, estabelecendo normas e regras de comportamento a serem observadas pelos visados.

Em relação ao aparelho judicial, é de salientar o crescimento do movimento processual como resultado, por um lado, do reforço de magistrados a nível dos tribunais judiciais de Distrito em número de 16, bem como do processo de avaliação do desempenho dos juízes e de monitoria feita com base nas estatísticas mensais e ainda das inspecções e respectiva análise e classificação dos Juízes com base nos resultados obtidos, por outro. Neste período, deram entrada nos tribunais judiciais de todo o país 101.241 processos judiciais, tendo findado 129.193 processos, dos quais 101.383 foram por julgamento e 27.810 por outros motivos.

Ao nível do Tribunal Supremo e do Tribunais Judicial de Província foram julgados 28.108 processos. Registou-se uma redução para 42 % a média de reclusos aguardando julgamento, de um total de 12.396 reclusos, dos quais 7.215 são condenados e 5.181 são presos em prisão preventiva, contra 53 % registados no ano passado, assinalando-se, porém a necessidade de aperfeiçoamento das estatísticas por forma a facilitar o apuramento da média anual. A acompanhar as realizações notáveis na actividade jurisdicional, registaram-se inovações no âmbito da gestão prisional marcadas pela implementação do Decreto n.º 7, 2006, de 17 de Maio que cria o Serviço Nacional das Prisões (SNAPRI), numa perspectiva de unificação do sistema prisional, visando a racionalização dos meios, melhor estruturação e profissionalização do Sector (O anexo 1 apresenta o conteúdo do pacote das reformas e mudanças efectuadas e previstas para esta área).

No entanto na reforma legal, notou-se em 2006 pouco progresso tendo em conta que a legislação principal prevista nos indicadores do QAD ainda não foi aprovada, nomeadamente, Lei orgânica dos Tribunais Judiciais (depositada na Assembleia da República), Lei dos Tribunais Comunitários e Lei do IPA (ambas previstas para 2008 em conformidade com a matriz de indicadores estratégicos do PARPA II), Código do Processo Penal, que consta do programa da reforma legal, a ser submetido ao Conselho de Ministros em 2007 e o Código Penal cuja reforma está em curso e requererá mais tempo dada a sua natureza.

Fora dos indicadores do QAD, verificou-se a seguinte progressão da legislação: Código Comercial, Código do Registo Comercial, Lei do Conselho do Estado, Lei do Provedor da Justiça, Regulamento do Registo das Entidades Legais, Decreto sobre a regulamentação da Lei de

Combate à Corrupção e Lei das Associações Agro-pecuárias, foram aprovadas e estão em vigor; a proposta de Lei que cria a Comissão Nacional dos Direitos Humanos, Lei sobre Liberdade religiosa foram aprovadas pelo Conselho de Ministros e serão submetidas a Assembleia da República este ano e a Lei sobre o Tráfico de Pessoas está em elaboração (o anexo 2 apresenta o programa da reforma legal previsto para 2007). Refira-se também a inovação no sistema de gestão no Judiciário com a introdução no aparelho judiciário, das figuras de administrador judicial, chefes de serviços das procuradorias e técnico superior de administração de justiça.

No que se refere ao indicador 42, apesar de o Gabinete Central de Combate à Corrupção ter anunciado a acusação de cerca de meia centena de casos denunciados, torna-se ainda difícil proceder a avaliação do progresso realizado, por um lado, por falta de dados de referência, por outro, por não se conhecer ainda o desfecho dos casos acusados. Esta constatação alerta a pertinência e a urgência da implementação do sistema integrado de monitoria no Sector da justiça.

No entanto, o balanço do PES 2006 prima pela inovação de reflectir os casos de crime de corrupção e afins tramitados nos tribunais comuns, de harmonia com os compromissos do Estado na prevenção e combate à corrupção. Note-se igualmente, o desenvolvimento satisfatório das auditorias planificadas pelo Tribunal Administrativo no âmbito da gestão da coisa pública ao alcançar mais de 170 auditorias.

O ano 2006 foi marcado pelo aumento de casos de linchamentos públicos nos bairros periféricos das Cidades de Maputo e Matola. Face á tendência de seu alastramento para outras zonas o Sector, desencadeou acções no âmbito do mandato específico das instituições e do Sector para conter a criminalidade e garantir a ordem e segurança dos cidadãos e bens, com particular destaque no reforço da presença física dos agentes da Lei e Ordem nos bairros e locais públicos, reforço do policiamento comunitário, intensificação de acções de educação cívica no seio das populações e tramitação dos casos criminais registados no âmbito da administração da justiça.

O diálogo entre o Sector e os parceiros cooperação internacional tem vindo a registar notável progresso, tendo em particular, no decurso da Revisão Conjunta havido encontros periódicos com a participação de representantes das instituições, parceiros de cooperação internacional e da sociedade civil. Desenvolveu-se uma nova dinâmica que se espera venha a constituir um modelo para o futuro diálogo no desenvolvimento dos programas do Sector. Assim, foi manifestada a vontade de consolidar o diálogo em torno de questões cruciais, como seja, a planificação do OE, CFMP e o PES do Sector."

Execução Orçamental 2006 e Plano Económico e Social 2007

No que se refere ao plano e balanço dos orçamentos na maioria das instituições do Sector, tanto os Orçamentos de 2007 como os relatórios de Execução Orçamental de 2006 não mencionam as receitas próprias e consignadas, revelando falta de alinhamento com o princípio de universalidade contido na Lei do SISTAFE, sendo por isso recomendável a inclusão destes elementos nos futuros exercícios de previsão orçamental e de balanço. Esta recomendação é também válida para os recursos dos projectos financiados pelos Parceiros na área de justiça, legalidade e ordem pública, tendo em conta que na prática actual os mesmos não constam dos relatórios de execução orçamental, muito embora, note-se com satisfação os esforços conjuntos do GdM e dos Parceiros no sentido de incorporar estes recursos no OE 2007.

Em relação ao OE 2007 nota-se que a dotação para a área de investimentos aumentou relativamente a 2006 e, analisando os níveis de execução de 2005, considera-se importante assegurar uma elevada execução das dotações em 2007

Para permitir uma avaliação mais precisa sobre a Execução Orçamental e o OE relativamente à PRM no que tange aos objectivos do PARPA II, o Sector irá partilhar com os Parceiros as dotações e despesas da PRM (funcionamento e investimentos), até a Revisão Semestral 2007.

Nota-se com satisfação que o PES 2007, reflecte parte significativa das actividades financiadas pela cooperação internacional, muito embora, se afigure modesto em termos de acções comparativamente aos anos anteriores, não inclui acções no âmbito da prevenção e combate à corrupção e carece, igualmente, de alinhamento com matriz dos indicadores estratégicos do PARPA II e com OE, referentes ao mesmo período.

No âmbito dos assuntos transversais está em curso a reformulação do Plano Estratégico integrado do Sector incluindo a perspectiva do género e HIV/SIDA.

Lições aprendidas

O ano 2006 notabilizou-se pela melhoria da actividade jurisdicional, resultante do crescimento do capital humano na área da Justiça, e de organização interna do Sector, sendo de recomendar a continuidade deste esforço com vista a consolidação dos progressos ora registados.

Em função das constatações que indicam pouco alinhamento entre os instrumentos de planificação e monitoria da área da justiça, de particular importância para o domínio de gestão, recomenda-se o aperfeiçoamento dos mecanismos e procedimentos de planificação, monitoria de execução e de balanço das actividades planificadas, principalmente o PES e Plano Orçamental global. Para este efeito, afigura-se urgente a conclusão da reformulação das estratégias do Sector, numa perspectiva de conciliação com o ciclo de planificação do CFMP, em curso.

Os quadros de pessoal das instituições continuam a reclamar mais esforços no que se refere ao reforço dos corpos dos serviços de inspecção. O não estabelecimento ainda de um sistema de monitoria global das actividades do Sector continua a prejudicar o fluxo de informação sobre o desempenho da área.

Note-se ainda que o reduzido quadro de pessoal das magistraturas judiciais e do Ministério Público e das respectivas inspecções, o escasso fluxo de informação das acções em curso, no âmbito do combate à corrupção e a demora na aprovação dos instrumentos de planificação estratégica do Sector, da legislação prevista e do Plano de Acção de Combate à Corrupção, são aspectos cruciais a merecer maior atenção nas realizações ulteriores do sistema da administração da justiça.

Revisão dos Indicadores QAD (2007-2009)

O Sector e os Parceiros encontram-se em diálogo sobre as Notas Técnicas dos cinco indicadores do QAD 2007-2009, que foram entregues pelo Sector entre Dezembro 2006 e Fevereiro 2007. Uma vez concluído o diálogo será possível indicar possíveis revisões/modificações dos indicadores, nomeadamente os indicadores número 14 e 15 do QAD 2008-2009. A previsão para a conclusão do diálogo em curso é de 30 dias.

Anexo 1

Reforma da Legislação Prisional

No âmbito da reforma da legislação prisional, constam do pacote legislativo respectivo os seguintes diplomas legais:

- Estatuto do Corpo da Guarda Prisional
- Regulamento Interno do Serviço Nacional das Prisões
- Regulamento Interno das Inspeção dos Serviços Prisionais
- Regulamento do Fundo Geral dos Serviços Prisionais

Anexo 2

Calendário da Reforma Legal do Ministério da Justiça para 2007

Mês	N.º	Assunto
Março	1	Alteração da Lei Orgânica do Tribunal Administrativo
	2	Alteração ao estatuto de Assistência Jurisdicional ao Menor
	3	Lei sobre a Protecção da Criança
	4	Lei sobre o Tráfico de Pessoas, em particular Mulheres e Crianças
Maio	5	Código de Processo Penal
	6	Código das Custas Judiciais
Junho	7	Código de Estrada
Agosto	8	Lei das Sucessões
Setembro	9	Código de Falência e Recuperação de Empresas
Outubro	10	Legislação sobre Direitos do Consumidor
Novembro	11	Lei sobre a Extradicação
	12	Lei sobre o Referendo

Sector Financeiro

1. Sumário Executivo

O desempenho do sector financeiro no ano 2006 caracterizou-se por progresso significativos em relação aos objectivos do QAD, tendo sido alcançadas duas metas e as restantes não foram atingidas mas com progresso.

A auditoria forense ao Banco Austral foi concluída, tendo o relatório sido submetido ao Ministério das Finanças e actualmente na posse do Ministério Público para os devidos efeitos.

A lei da falência dos bancos foi submetida à Assembleia da República, com a designação de “Lei que Regula O Processo de Liquidação Administrativa das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras”, estando a respectiva promulgação do regulamento dependente da aprovação da Lei pelo Parlamento.

O Estudo Actuarial do Sistema de Segurança Social está em curso. O processo visando a implementação das IFRS no sistema bancário foi parcialmente concluído, estando em falta a parte referente ao impacto fiscal.

O sector bancário mostra sinais de bom desempenho que se caracterizam por uma variação positiva de 29.2% do crédito nominal em 2006 contra os 48% registados em 2005 e uma redução bastante tímida na média das taxas de juros que variaram de 10,82% para apenas 10.62%.

O número de balcões do sistema bancário passou de 219 para 231 em 2006. O baixo nível de bancarização da nossa economia, sobretudo nos distritos, continua a ser a grande preocupação, pois dos 128 distritos do país, apenas 28 possuem balcões.

O sector de micro finanças caracterizou-se por um bom desempenho. O número de clientes aumentou em 41,4%, a carteira de crédito em 67%. A carteira em risco continuou a decrescer, tendo atingido 1,5% em 2006.

No concernente a segurança social em 2006, registou-se a inscrição de 1788 contribuintes e 33 995 beneficiários, contra os 1 500 e 20 000 previstos. Em termos acumulados, regista-se a inscrição de 20.322 contribuintes e 643.238 beneficiários, dos quais estão no activo 9 337 contribuintes e 222 545. Referir que o sistema de segurança social cobre todo o país, num total de 11 Delegações Provinciais e 21 Direcções Distritais, para além de um significativo número de representações locais.

2. Desempenho – QAD 2006

- A LFL foi submetida à Assembleia da República, com a designação de “Lei Que Regula O Processo de Liquidação Administrativa das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras”

sendo que a promulgação dos regulamentos está condicionada pela aprovação da respectiva Lei – meta atingida.

- A implementação das IFRS no sector bancário ocorrerá no decurso do corrente ano, dado que o processo visando a sua concretização ainda não foi integralmente realizado – meta não atingida mas com progresso.
- Os regulamentos prudências para as micro finanças serão concluídos em 2007 – meta não atingida mas com progresso.
- Auditoria Forense – meta atingida. Em curso acções de seguimento.
- O estudo actuarial de Sistema de Segurança Social – não atingido mas com progresso.
- Lei de Protecção Social foi aprovada e promulgada em 2006 (QAD 2005).

3. Desempenho do Sector em 2006

Sector Bancário:

Em 2006, registou-se um crescimento do crédito ao sector privado na ordem de 29.22%, relativamente a 2005. O impacto da introdução do Aviso 5/GGBM, emitido em Maio de 2005, fez-se sentir ao longo de 2006, através da redução do crédito em moeda estrangeira e o aumento do crédito em moeda nacional. O rácio de solvabilidade decresceu de 16% em 2005 para 12,6% em 2006, devido ao elevado risco assumido pelas instituições de crédito. O rácio crédito vencido/crédito total melhorou timidamente de 3.8% em 2005 para 3.26% em 2006, decorrente da reclassificação do crédito.

Em 2006, em termos de agências bancárias, atingiu-se a cifra de 231, dos quais 53,3% se localizam na Cidade e Província de Maputo, contra as 219 existentes em 2005. Foram licenciados em 2006 mais 5 operadores de micro crédito, 2 micro bancos, fusão de um banco com uma sociedade de locação financeira e 1 empresa não financeira para além da abertura de 11 agências de bancos e de 1 casa de câmbio. O Banco de Moçambique procedeu a abertura de 2 agências na Maxixe e Quelimane e as restantes 3 (Pemba, Tete e Lichinga) serão abertas até ao final do 1º semestre de 2007.

Sector de micro finanças:

Continua a crescer. As nove maiores instituições detêm uma quota de mercado de cerca de 90%. O número de clientes atingiu a cifra de 153 243, dos quais 64 575 (42.1%) são beneficiários de crédito e 88 668 (57,9%) são depositantes, o que representa um crescimento de 17,5% e 66% respectivamente, em relação a 2005. A carteira de crédito aumentou em cerca de 67%, influenciado pela entrada de novos operadores no mercado. Destaca-se também a redução significativa da carteira de crédito em risco que passou de 2.46% em 2004, para 1,65% em 2005 tendo atingido 1,5% em 2006.

O número de operadores de micro crédito licenciados até Dezembro de 2006 era de 63. O número de bancos a operarem no sector de micro finanças manteve-se em 3 unidades e as cooperativas 5.

Algumas instituições de micro finanças introduziram o crédito agrícola. A perspectiva provincial, mostra que o desenvolvimento de micro finanças fora da capital tem estado a aumentar a medida

que o número de operadores e agências no centro e norte do país cresce. Contudo, existe um grande défice devido aos altos custos operacionais envolvidos (transporte, segurança e comunicações). Existem actualmente 46 operadores em Maputo, 6 em Gaza, 10 em Cabo Delgado enquanto que nas restantes províncias o número não vai para além de 4.

O Banco de Moçambique elaborou uma estratégia para a expansão dos serviços financeiros para as zonas rurais com o lançamento em Janeiro de 2007 do tema sobre a Bancarização da Economia. Em 2005 o BM estabeleceu os capitais mínimos, que incentivam a abertura de bancos e instituições de micro finanças fora das grandes capitais provinciais.

INSS:

O estudo actuarial do Sistema de Segurança Social e a estratégia e política de investimentos estão a ser desenvolvidas, visando o fortalecimento do sistema de segurança social de Moçambique, através do reforço da administração do sistema, da reengenharia e reorganização funcional do INSS, reforma do quadro legal, realização do estudo actuarial, tendo em conta a aprovação da Lei de Protecção Social que estabelece as bases para a protecção social e o desenho de uma nova estratégia e política de investimentos que vise a implementação de melhores práticas de aplicação dos fundos do sistema.

IGS:

Relativamente aos Fundos de pensões, já foi contratada uma empresa de consultoria para a elaboração do projecto de Decreto Regulador dos Fundos de Pensões Complementares ao Sistema de Segurança Social prevendo-se a sua conclusão até Setembro de 2007.

4. Perspectivas

Para o QAD 2007, o grupo de trabalho para o sector financeiro, prevê que os reportes do sistema bancário sejam na base das IAS/IFRS, seja regulamentados os Fundos de Pensões Complementares ao Sistema de Segurança Social, e conclusão do Estudo Actuarial e Estratégia de Investimento. Espera-se também, que na sequência da estratégia de bancarização da economia definida pelo BM, o sector bancário continue a expandir-se para os distritos, não obstante os constrangimentos de ordem infraestrutural existentes, que fazem com que as instituições se sintam incapazes de justificar o respectivo investimento do ponto de vista económico e financeiro, ou seja, demonstrar uma análise custo/benefício favorável num ambiente em que tanto o valor de investimento como os custos operacionais são dificilmente justificáveis por um volume de proveitos que se perspectiva como insuficientes, deixando de limitar a sua actividade às grandes cidades, bem como o licenciamento de operadores e instituições de micro finanças para as zonas rurais, no sentido de melhoramento da intermediação financeira incluindo aquela dirigida às micro, pequenas e médias empresas e agregados familiares sem acesso à banca comercial, melhorar o sector de seguros e protecção social e fortalecer a responsabilidade no sector bancário.

Prevê-se, também, seja elaborado o projecto de regulamento de fundos de pensões privados até Setembro de 2007, na sequência da aprovação da Lei da Protecção Social.

INDICADORES DE RESULTADOS DO SECTOR FINANCEIRO	2005	2006
<u>SECTOR BANCÁRIO (milhões de MT)</u>		
Rácio de solvabilidade	16.00%	12.56%
Depósitos de clientes (milhões de MT)	37,873	46,290
Moeda Nacional	20,729	26,148
Moeda Estrangeira	21,215	27,414
Crédito total (milhões de MT)	19,555	25,812
Taxa de transformação dos depósitos em crédito	52.62%	55.76%
Crédito vencido (milhões de MTn)	757	842
Rácio Crédito vencido/Crédito Total	3.80%	3.26%
Taxa de juros média anual das operações activas	19.05%	22.90%
Taxa de juros anual das operações passivas	8.23%	12.28%
Spread das taxas de juro	10.82%	10.62%
Cobertura do registo publico de credito (% adultos)	0,8%	0.70%
Cobertura do registo privado de credito (% adultos)	0%	0.0%
Easy of getting credit (World Bank 'Doing Business' ranking)	70/?	83/175
Número de contas a poupança	35,551	39,961
Nível de poupança	8,756	11,708
Dépósitos com Pré-aviso	220	220
Dépósitos á Prazo	8,536	11,488
<u>MICROFINANCAS</u>		
Depósitos dos clientes (micro finanças)	152	475
Crédito (MTn)	399	908
Número de Clientes	108,379	153,243
Nº de clientes de crédito activo	54,958	64,575
Nº de depositantes	53,421	88,668
<u>SEGUROS E PROTECCÃO SOCIAL</u>		
Prémio de seguro como % do PIB	0.88	0.88
Cobertura INSS da população activa		
Taxa de cobertura	10.30%	10.29%
Número de participantes registados (%trabalhadores privados)		
Contribuintes	37.30%	53,98%
% de contribuintes activos para o INSS		
Beneficiários activos	23.30%	26,00%
Contribuintes activos	46.30%	45,27%
Tempo de processamento e pagamento aos beneficiários (INSS)		
Pensão de velhice (dias por caso)	51	45
Pensão de sobrevivência (dias por caso)	29	45

a) No crédito total está incluído o crédito (Socrema, TCUMA, Novo Banco, CPC e BdM)

b) Idem na informação sobre depósitos

c) O peso das micro finanças no sector bancário é de 1.03% e 3.52% respectivamente para os depósitos e crédito

d) Para o Prémio de Seguro como % do PIB, ainda não existem dados referentes a 2006.

Comentários da Associação Bancária

Tema: Principais problemas para a expansão territorial da rede bancária

A principal questão que obsta a uma mais rápida expansão da banca comercial nas zonas rurais prende-se com a (in) capacidade de justificar o respectivo investimento do ponto de vista económico e financeiro ou seja demonstrar uma análise custo/benefício favorável.

As Instituições de Crédito avaliam uma série de variáveis para aferir da viabilidade ou não da extensão da sua rede e a avaliação que se faz das zonas rurais em Moçambique, leva a concluir que tanto o valor de investimento como os custos operacionais são dificilmente justificáveis por um volume de proveitos que se perspectiva como insuficiente.

Qualquer investimento só é viável se proporcionar aos accionistas uma taxa de retorno (rentabilidade) positiva, o que, num cenário de proveitos estimados diminutos, implica assegurar custos de funcionamento ainda inferiores aos proveitos e um reduzido montante de investimento.

Dos estudos efectuados resulta claro que a maior parte dos distritos e localidades rurais, enfrentam vários problemas de ordem estrutural, que dificultam a implantação da rede bancária, nomeadamente:

- Falta de edifícios adequadas ao desenvolvimento da actividade bancária;
- Falta de meios de comunicação (telefone, circuitos de dados) com rede estável para a implementação das tecnologias informáticas em uso no sistema (Ligação On Line com os balcões, Rede ATM's e POS's etc);
- Falta de vias de acesso (Estradas de terra batida obsoletas e intransitáveis principalmente na época chuvosa);
- Ausência de Negócio Formal e predominância de negócio informal mais adequado à actividade de microfinanças;
- Falta de meios e cultura de poupança (a população da zona rural é camponesa, que vive da agricultura de subsistência, cujos excedentes entram no circuito de comercialização agrícola de pouco rendimento para cada família individualmente, o que lhes obriga a optar pelos bens físicos e duradouros em detrimento da poupança).
- Falta de recursos humanos locais com formação académica mínima que permita o seu recrutamento para funcionários dos bancos, obrigando à deslocalização de quadros actuais para as referidas zonas rurais.

Sector Privado

1. Sumario Ejecutivo

Em 2006, registaram-se alguns avanços na melhoria do ambiente de negócio tendo o Governo adoptado o relatório o *Doing Business Report* como instrumento de referência objectiva para avaliação do progresso. Porém, em comparação com outros países em desenvolvimento em África e no mundo, o país piorou o seu posicionamento no ranking do *Doing Business*.

Os indicadores do PAF estabelecidos para 2006 foram: (18) redução do custo de despedimento e (19) tempo para iniciar um negócio, (44) abolição da patilha de multas através da eliminação de todos os decretos especiais para uso directo de multas pelos recipientes (Ministérios, inspectores).

A meta (18) **redução do custo de despedimento, não foi atingida, mas há algum progresso**” Em virtude de o governo ter já submetido uma proposta de Lei do Trabalho à Assembleia da República, que poderá reduzir o custo das indemnizações em pouco mais de 50%. Não obstante, estudos indicam que a actual proposta poderá não ter um impacto tão significativo quanto se desejaria na competitividade e flexibilização do mercado de trabalho em Moçambique em comparação com os países da região.

Com relação ao indicador (19) tempo para iniciar um negócio houve melhorias significativas no concernente a constituição e registo de empresas, como resultado da informatização do registo comercial, a eliminação da escritura pública e a publicação electrónica do BR. Com estas inovações, o período para iniciar um negócio ultrapasse a meta estabelecida no PAF para este indicador (90 dias). A meta para **“foi atingida”**. Relativamente a meta (44), com excepção da ATM e do MIC nenhum outro organismo do governo desencadeou qualquer acção nesse sentido. Por isso a meta **“não foi atingida mas com progresso”**.

O reembolso do IVA, o elevado custos com o *scanning* de contentores e cargas; o elevado custo e fraco acesso ao financiamento da produção; restrições na concessão de créditos em moeda estrangeira e a ineficiência do o sistema judiciário continuam a constranger o desenvolvimento do sector produtivo. A experiência mostra ser necessário o fortalecimento dos mecanismos consultivos inter-governamental, e, entre o Governo, sector privado e a sociedade civil no processo de formulação de políticas e legislação.

Desenvolvimentos em 2006

Em 2006, registaram-se alguns avanços na melhoria do ambiente de negócio tendo neste ano o Governo dando um novo dinamismo a esta problemática ao adoptar, inclusivamente, o *Doing Business Report* como instrumento de referência objectiva para avaliação do progresso. Porém, em comparação com outros países em desenvolvimento em África e no mundo, o país piorou o seu posicionamento no ranking do *Doing Business*. Há a salientar que os dados do Doing Business apenas incorporam reforma efectuada até Março de 2006

Os indicadores do PAF estabelecidos para 2006 foram: (18) redução do custo de despedimento e (19) tempo para iniciar um negócio, (44) abolição da patilha de multas através da eliminação de todos os decretos especiais para uso directo de multas pelos recipientes (Ministérios, inspectores).

No concernente a **redução do custo de despedimento**, a meta para 2006 **“não foi atingida, mas há algum progresso”**. Uma proposta de Lei do Trabalho foi submetida pelo Governo à Assembleia da República, na qual se registam algumas melhorias no tocante as indemnizações, cujo custo poderá reduzir-se em pouco mais de 50%. Embora esta seja uma melhoria significativa, globalmente, existem estudos que indicam que a actual proposta poderá não ter um impacto tão significativo quanto se desejaria na competitividade e flexibilização do mercado de trabalho em Moçambique em comparação com os países da região.

Em 2006, o país registou uma melhoria significativa no concernente a constituição e registo de empresas, como resultado da informatização do registo comercial, a eliminação da escritura pública e a publicação electrónica do BR. Estima-se que, com estas inovações, o período para iniciar um negócio ultrapasse a meta estabelecida no PAF para este indicador (90 dias). A meta para 2006, em relação a este indicador, **“foi atingida”**.

Relativamente ao sistema de inspecções e multas as empresas previa-se como meta para 2006 a definição das medidas para abolir a comparticipação nas multas e iniciar a sua implementação. Somente a ATM e o MIC realizaram acções nesse sentido. Por isso a meta **“não foi atingida mas com progresso”**. A experiência mostra ser necessário o fortalecimento de mecanismos consultivos inter-governamental, e, entre o Governo, sector privado e a sociedade civil no processo de formulação de políticas e legislação.

Abstraindo-nos dos dois indicadores do PAF, em 2006, destacam-se as reformas efectuadas nas seguintes áreas: Balcões de Atendimento Único, Código Comercial, Lei do Procurement, simplificação de procedimentos de licenciamento e vistos. Porém, persistem constrangimentos: reembolso do IVA, o elevado custos com o *scanning* de contentores e cargas; o elevado custo e fraco acesso ao financiamento da produção; restrições na concessão de créditos em moeda estrangeira; ineficiência do o sistema judiciário.

Tendo em conta que o Governo está a levar a cabo uma série de reformas para melhoria do ambiente de negócios, recomenda-se (i) o estabelecimento de mecanismo consultivos inter-governamental, e entre o Governo, sector privado e a sociedade civil no processo de formulação de políticas (ii) a avaliação prévia do impacto das medidas e regulamentação antes da sua adopção, e (iii) estabelecimento de um sistema de monitoria do progresso das reformas. O sector privado destacou-se na consolidação da sua intervenção no combate ao HIV-SIDA através do Projecto ECO-SIDA, que mobilizou a participação do empresariado para implementação de políticas e programas de combate ao HIV-SIDA no local de trabalho.

A centralização da decisão da aprovação dos pedidos de reembolso do IVA tem constituído um grande constrangimento para os operadores ao nível do distrito, pois não existe um contacto directo entre as autoridades tributárias e os operadores que permitiria corrigir as falhas detectadas nos processos. Os mecanismos consultivos Governo e sector privado estão bastante consolidados a nível central. Porém, urge estendê-lo para os níveis provincial-distrital de forma a acompanhar o processo de descentralização em curso. Como resultado da importância acrescida do comércio internacional em Moçambique, afigura-se importante incluir mais um indicador no PAF relativo ao comércio, nomeadamente “tempo necessário para efectuar operações de exportação e importação”.

Sector da Agricultura

1. Sumário Executivo

No sector da Agricultura, os quatro (4) indicadores planificados para 2006 não atingiram as metas previstas. Contudo o indicador “% de explorações que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia com 71% de cumprimento registou algum progresso. Os restantes três indicadores tiveram as respectivas taxas de cumprimento: as áreas (ha) beneficiadas por sistemas de irrigação construídos e/ou reabilitados com fundos públicos (80%), percentagem dos processos tramitados no prazo de 90 dias (74%), e a percentagem de explorações agropecuárias que vacinaram gado foi de 85%.

Foram áreas de maior desempenho em 2006 a definição das prioridades do MINAG de finalizar a preparação do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP). Foi também finalizada a primeira versão do relatório de avaliação do PROAGRI I, que servirá de orientação para a implementação da fase II. A conclusão do quadro de pessoal e a actualização do Banco de dados do pessoal permitiu o enquadramento de 632 trabalhadores e será uma base sólida para a preparação do plano de formação. O Sistema de Gestão da Informação já se tornou uma realidade no Ministério. 2006 foi o ano de arranque do PROAGRI II, e foi também realizado um trabalho significativo com vista à conclusão do processo de elaboração do Memorando de Entendimento.

A gestão financeira é um dos grandes ganhos do ProAgri I. Contudo, ressurgiram algumas dificuldades que já tinham sido ultrapassadas no âmbito das auditorias e prestação de contas, como consequência do abandono do pessoal. O MINAG enfrenta ainda grandes desafios para a integração dos aspectos do género e das questões ambientais na programação e planificação do MINAG. Sendo o MINAG um dos actores principais na redução da pobreza, deve-se procurar integrar os esforços para a elaboração da Estratégia do MINAG que assegure o impacto no campo, sendo o CFMP o instrumento que vai permitir reflectir o aumento da atribuição de recursos ao investimento de apoio à produção. No âmbito da monitoria de impacto, é fundamental a melhoria do grau de confiança na qualidade das estatísticas do sector. Para a implementação do programa de intensificação, esta em curso a definição dos mecanismos de implementação com vista a garantir-se maior impacto no aumento da produção e produtividade, bem como a segurança alimentar e sustentabilidade das acções a desenvolver. Este programa embora aceite pelos parceiros I foi concebido sem harmonização com estes, mas que após consultas foi estabelecido um consenso entre as duas partes para que nas futuras orientações programáticas do MINAG, houvesse uma harmonização prévia, conforme estabelecido no MdE.

A descentralização impõe novos desafios ao MINAG, agora com as novas responsabilidades e fundos atribuídos ao governo distrital. O MINAG tem de estabelecer competências que garantam a harmonização dos processos verticais e horizontais até ao nível local.

2. Avaliação do desempenho em 2006

Avaliação da execução do orçamento (2006) e como se relaciona com o desempenho descrito no Balanço do PES

O grau de execução orçamental relativo ao exercício de 2006 foi acima de 83%, o Orçamento de Funcionamento foi executado em 82%, o orçamento de Investimento Interno 98% e o de Investimento Externo acima de 82%. Efectuando a distribuição da execução por níveis situou-se em 80% para o nível Central, 86% para o nível Provincial e Distrital e 79% para os Institutos.

Esta percentagem pode ser considerada de razoável, tendo em conta que ao longo de exercício ocorreram constrangimentos tais como aprovação tardia dos projectos financiados pelo Banco Mundial e consequente atraso do início de implementação dos mesmos. Indefinição quanto ao arranque e financiamento dos projectos de desenvolvimento, embora aprovados em tempo útil.

O atraso de fecho de contas por parte de algumas Províncias no início do primeiro trimestre e os preparativos para a implantação do SISTAFE no MINAG durante o segundo trimestre, originaram um ligeiro atraso no processo de desembolso de fundos às províncias e distritos durante o primeiro semestre. Contudo estas dificuldades foram prontamente superadas. O segundo semestre conheceu os melhores momentos de agilidade na alocação de recursos e na prestação da informação financeira a todos os níveis.

Os Principais factores que realçaram o desempenho/impediram o desempenho

Desempenho geral

Em termos gerais, o crescimento do Sector Agro-pecuário foi de 10.4%, sendo o de Agricultura⁴ 11.1%, Pecuária 8.1% e Florestas 4.7%. Este crescimento deveu-se as boas condições climáticas na campanha 2005/2006.

Em 2006 o MINAG desenhou o documento das prioridades e iniciou a elaboração do CDMP (2008-2010). Este exercício vai permitir a orientação dos investimentos de forma a se reflectirem melhor o impacto no campo. Prevê-se, desta forma, que o peso da despesa com o desenvolvimento institucional decresça consideravelmente, sendo que a maior parte desta despesa deve ser coberta com os recursos internos do Estado, libertando mais fundos de investimento ao apoio à produção. 2006 foi o ano de arranque do PROAGRI II, e caracterizou-se pelo desenvolvimento e aplicação de novos instrumentos de planificação, gestão e controle das actividades do Ministério da Agricultura (MINAG). Foi também realizado um trabalho significativo com vista à conclusão do processo de elaboração do Memorando de Entendimento.

Para a implementação do programa de intensificação, esta em curso a definição dos mecanismos de implementação com vista a garantir-se maior impacto no aumento da produção e produtividade, bem como a segurança alimentar e sustentabilidade das acções a desenvolver. Este programa embora aceite pelos parceiros I foi concebido sem harmonização com estes, mas que após consultas foi estabelecido um consenso entre as duas partes para que nas futuras orientações programáticas do MINAG, houvesse uma harmonização prévia, conforme estabelecido no MdE.

Para a implementação do programa de intensificação, o qual foi concebido sem consulta aos parceiros, foi estabelecido um consenso entre as duas partes para se estabelecer um novo dialogo nas futuras orientações programáticas do MINAG.

Em relação ao Sistema de Gestão de Informação, o Departamento já se encontra em funcionamento, embora ainda com algum défice em termos de técnicos.

⁴ Aviso previo

Desempenho do Ministério/ indicadores de QAD

Aumentar a abrangência dos serviços de extensão agrária

Para o primeiro indicador, percentagem de explorações agrárias que adoptaram pelo menos uma nova tecnologia, verificou-se um crescimento de 13% em relação ao ano anterior. Este crescimento, grande parte, foi devido ao aumento do número de camponeses assistidos pela extensão pública incluindo o *outsourcing*, (191,629 camponeses dos quais 77,009 são mulheres). Esta assistência pela extensão foi resultado de algum investimento na melhoria das condições de trabalho do extensionista, em 2005-06 (meios de transporte e o aumento do número de escolas na machamba do camponês de 84 para 157).

Para o segundo indicador “% de explorações agrárias que vacinaram gado” a taxa de cumprimento foi de 85%, (TIA06) e uma cobertura de 61.4%. Todas as províncias não cumpriram com as suas metas de vacinação, e este incumprimento deveu-se ao processo de descentralização dos recursos atribuídos a campanha de vacinação.

Promover o uso de técnicas de rega

Os sistemas de irrigação construídos e/ou reabilitados com fundos públicos abrangeram uma área de cerca de 2.546 ha. A reabilitação e construção de regadios enfrenta os seguintes constrangimentos: (i) a tramitação dos processos e a sua complexidade; (ii) a falta de oferta de serviços de qualidade para a construção de obras de irrigação; (iii) os custos unitários para a construção e reabilitação de regadios serem muito elevados.

Simplificar os mecanismos de tramitação do direito de uso e aproveitamento da terra

Em 2006 a percentagem de pedidos de DUAT tramitados no prazo de 90 dias (previsto na lei de terras) foi de 70%. As principais causas que levaram o não cumprimento da meta foram: a demora na emissão de pareceres por parte das entidades envolvidas no processo, e devolução de processos com projectos mal formulados para a sua rectificação;

Avaliação do desempenho em relação principais reformas centrais

Desempenho da gestão de recursos humanos

Foi aprovado o quadro de pessoal a nível do MINAG e já foi submetido a Autoridade Nacional da Função Pública (ANFP). Realizou-se o registo dos funcionários do MINAG a todos os níveis, para a actualização do Banco de dados, assim como o estabelecimento de subsistema de informação de recursos humanos (SIRH) como complemento do SIP. Foi feito o enquadramento de 632 trabalhadores que estavam na situação irregular nos termos do decreto 36/04, de 8 de Setembro. Foi preparada e implementado o processo de aposentação e desvinculação voluntária de 126 funcionários, muito aquém das perspectivas iniciais para 2006.

Desempenho da Gestão Financeira Pública

Na perspectiva de elevar a qualidade e o nível de utilização eficiente dos fundos do Estado, ocorreram duas auditorias externas; uma financeira e outra ao procurement. As auditorias demonstraram que o desempenho financeiro baixou comparado com os anos anteriores nas áreas de contabilidade e procurement. Como uma das causas principais foi considerada a diminuição

drástica do pessoal qualificado nas instituições com maior destaque nas Províncias e Distritos para o controlo contabilístico, e devido ao elevado nível de rotatividade dos técnicos na ocupação de outras tarefas. Foi finalizado o plano de acção da auditoria de aprovisionamento e operacionalizado a nível central e provincial e as recomendações foram divulgadas e os respectivos resultados estão sujeitos a seguimento como auxiliar de gestão a todos os níveis. Foi melhorado o sistema de informação das receitas colectadas no sector e estão em curso melhorias no sistema de programação, registo e execução referente a parte dos valores consignados.

Desempenho em relação aos Assuntos Transversais

Em relação ao género, foi iniciada a formulação de indicadores junto com departamento de planificação da DE a ser inseridos no sistema de monitoria e avaliação do MINAG.

Na tentativa de reduzir o nível de infecção do HIV/SIDA, foi desenhado o Plano estratégico Sectorial (2006-2010) para orientar a realização de acções de combate ao HIV/SIDA. Igualmente ao nível das províncias foram desenhados 14 projectos os quais foram submetidos aos CNCS/NPCS aguardando a sua aprovação e financiamento. Foram realizadas sensibilizações para os testes de sero prevalência e desenhados vários micro-projectos de geração de renda a nível central para funcionários do MINAG e seus familiares.

Em relação ao Ambiente foi feito um perfil ambiental do sector de algodão e foram realizadas campanhas sobre queimadas descontroladas (acções de campo).

Avaliação dos principais desafios e questões de preocupação

O MINAG e os parceiros partilham a preocupação de se obterem mais resultados a nível local. Foi assegurado através da alocação de recursos adequados as províncias e distritos, um orçamento de investimento do MINAG para a implementação de Projectos de Desenvolvimento Local (PDL). Estabeleceram-se os procedimentos e guiões para a implementação em 2007 nos distritos piloto destas novas iniciativas de desenvolvimento agrário local.

O MINAG e os parceiros devem procurar uma melhor integração dos esforços internos e externos na elaboração de uma estratégia de médio e longo prazo do MINAG, como previsto no quadro do PARPA e MdE (MdE). Cabe ao MINAG, encontrar um equilíbrio na despesa e recursos dentro do Cenário de Despesas de Médio Prazo, de forma a reflectir uma orientação para os futuros investimentos de apoio á produção, de maior impacto.

O Governo tornou os distritos em unidade Orçamental, dentro do novo regime de competências e responsabilidades que foram estabelecidos para o Governo Distrital (LOLE), e atribuiu em 2006, fundos de desenvolvimento de iniciativa local (OIL) que foram, em muitos casos, utilizados em projectos de geração de rendimento, principalmente na área de agricultura. O MINAG deve estabelecer competências que garantam a harmonização dos processos verticais e horizontais a nível local.

3. Principais lições aprendidas

- Foi estabelecido em 2006 a melhoria dos mecanismos de diálogo entre parceiros e o MINAG para as futuras orientações programáticas do Ministério. É importante de complementar este processo com visitas de monitoria no campo.

- Já se iniciou o dialogo entre o MINAG (DNSA e DE), MPD e INE com o objectivo de discutir os TdR do estudo para avaliação das metodologias usadas no Aviso e Prévio e TIA e para recomendar os procedimentos metodológicos a tomar assim como para a elaboração do plano de acção para o fortalecimento das estatísticas agrárias. Os termos de referencia já foram acordados e esta previsto para Abril o inicio do estudo.
- É preciso continuar os esforços para reflectir no plano e orçamento, como na execução, a informação desagregada até o nível do distrito, incluindo as receitas. A partir de 2007 isso vai ser possível tanto no pacote de planificação como no de gestão financeira.
- E preciso verificar as causas da diminuição drástica de pessoal técnico qualificado e tomar acções para manter o funcionamento de serviços no MINAG.
- São necessários mais elementos para o CMDP que fundamentem as propostas de alocação de fundos de forma a permitirem a utilização mais flexível dos recursos sob base de maior clareza orçamental.
- Os assuntos transversais devem estar mas integrados no sistema de planificação do MINAG.
- O Governo, assim como o executivo Distrital e Provincial, necessita de reconhecer a necessidade de assegurar a orientação vertical, na implementação das actividades e serviços, de âmbito mandatário, a nível local pelos serviços do MINAG, de forma a não as comprometer.

4. Opinião do sector sobre o desempenho dos doadores

- Em termos de previsibilidade dos desembolsos situou-se em 79.5%.
- No que diz respeito as missões, ainda continua a verificar-se lacunas, uma vez que a formulação do TdR e o momento da realização das mesmas não são devidamente harmonizados com o MINAG.
- Ainda se verifica alguma falta de harmonização entre os parceiros.

5. Revisão dos Indicadores QAD (2007-9)

- Em relação ao número de camponeses assistidos pelos serviços públicos de extensão (incluindo outsourcing) deve estar desagregado por género.
- Em relação as áreas de esquemas de rega construídos e/ou reabilitados, o numero anuais das áreas deve ser cumulativo.
- Há necessidade de se rever durante 2007, o 4º indicador (percentagem dos processos tramitados no prazo de 90 dias) de desempenho, de forma a melhor reflectir como os serviços do MINAG podem assegurar o objectivo (QAD) de promover a exploração sustentável de Recursos Naturais.

Sector de Estradas

1. Sumário Executivo

O sector de estradas em 2006 apresentou um desempenho misto em várias áreas, tais como: (a) os indicadores de estradas – reabilitação de estradas primárias e terciárias conheceu um nível de implementação satisfatório, enquanto que na reabilitação de estradas secundárias e as manutenções periódicas e de rotina não foram alcançados os planos; (b) as despesas realizadas em relação ao orçamento de estradas correspondeu a 94% (os maiores gastos verificaram-se nas obras de reabilitação de estradas primárias) (c) as condições gerais de estradas e os níveis de transitabilidade melhoraram comparativamente aos anos anteriores; (d) durante o ano de 2006 os níveis de arrecadação das receitas do FE, situaram-se em 102,5% (Previsão: 1.477,10 milhões; Realizado: 1.514,10 milhões meticais). Por outro lado, houve aumento dos fundos de investimento do MF canalizados para o FE (2005: 631,0 milhões de Mts; 2006: 770,90 milhões Mts).

As reformas institucionais do sector de estradas estão sendo implementadas com certo atraso em relação ao inicialmente programado. Durante o ano de 2006, as discussões havidas entre o governo e os doadores levaram a um entendimento sobre a necessidade de recrutar pessoal qualificado para ocupar os postos criados à luz da nova estrutura orgânica da ANE.

Facto de relevo durante 2006 foi a finalização do PRISE (Programa Integrado do Sector de Estradas) que preconiza uma abordagem comum dos assuntos relativos à planificação de todas as actividades do sector de estradas. Isto significa que os doadores deste sector deverão a partir da aprovação deste instrumento, concentrar os seus financiamentos em projectos que constem do PRISE. Paralelamente foram também finalizados o QAD (Performance Assessment Framework), MdE (Memorando de Entendimento) e o CdC (Código de Conduta).

O QAD constitui um instrumento fundamental para análise do desempenho do sector e vai auxiliar na monitoria do programa tendo sido já aprovado. Quanto ao MdE e o COC, estes serão aprovados ainda no decurso deste ano. Consultas internas ao nível dos parceiros de cooperação estão em curso para no decurso do quarto trimestre proceder-se à assinatura.

O IVA continua a ser uma preocupação que merece uma atenção especial para evitar que este constrangimento mine os objectivos traçados pelo PES neste sector. Com efeito, o recém aprovado Programa Integrado do Sector de Estradas (PRISE), orçado em cerca de 1 Bilião de dólares americanos vai exigir do governo um esforço considerável para o cumprimento das suas responsabilidades financeiras quer para provisão de fundos para o IVA quer para os fundos de contrapartida. A clarificação da questão do IVA ajudaria a estabilizar o mercado de construção e consequentemente os preços praticados pelos empreiteiros.

Quanto às lições apreendidas é de destacar que existem dois níveis de responsabilidades que recaem nomeadamente sobre o sector de Estradas/MOPH e o Governo ao mais alto nível, a saber:

1) O sector de estradas deve finalizar rapidamente o processo de recrutamento de quadros previstos de acordo com a nova estrutura orgânica através dum processo transparente e credível, deve ainda fortalecer a actividade de planificação pois isso permite uma previsão atempada de recursos necessários quer sejam financeiros ou humanos, a partilha de informação entre os diversos órgãos que compõem o sistema de administração de estradas bem como com outras

entidades tais como parceiros de cooperação, é uma necessidade premente, o Fundo de Estradas deve manter e consolidar o seu papel de coordenação na relação Doadores/Governo.

2) O governo por sua vez deve finalizar a política de estradas não classificadas e dar um tratamento claro a este tipo de estradas que, pela sua extensão e localização se revestem de grande importância em linha de conta com a já definida política governamental de priorizar o distrito como pólo de desenvolvimento, a internalização dos procedimentos de aprovação dos documentos de concurso, significando isto redução de tempo de aprovação por parte do governo, o controle efectivo dos fundos resultantes das taxas sobre os combustíveis não só torna o programa sustentável como permite uma planificação adequada dos fundos do governo, finalmente as boas práticas de gestão de fundos bem como da implementação do programa cria confiança nas partes envolvidas na implementação do PRISE e abre caminho para uma maior aderência dos parceiros de cooperação ao SBS (Sector Budget Support).

2. Avaliação Detalhada do Desempenho em 2006

Avaliação das Condições de Estradas

Comparativamente a 2005 as condições das estradas boas e razoáveis passaram de 69% para 73% em 2006, sendo que a percentagem das más recuou de 28% para 24% durante igual período. A rede de estradas intransitáveis manteve-se na ordem dos 3%

Assuntos Transversais.

Género: A participação de mulheres em trabalhos de estradas é uma prática muito encorajada tendo maior expressão em obras com uso intensivo de mão-de-obra.

Meio ambiente e HIV/SIDA

Os contratos de empreitada para obras de estradas incluem obrigatoriamente uma componente HIV/SIDA que visa essencialmente o lançamento de campanhas de prevenção e educação das comunidades que vivem em zonas de influência do projecto. Tais campanhas incluem também e distribuição de preservativos e exibição de peças teatrais relacionadas com o assunto.

Acção específica a ser tomada: Sendo uma actividade marginal ao objecto do contrato de obra, poderá haver uma tendência de ser negligenciada pelo empreiteiro pelo que um acompanhamento permanente por parte do fiscal e a própria UASMA/ANE é recomendável.

Perspectiva da Província

Com a nova classificação rodoviária, a extensão da rede aumentou consideravelmente aumentando a pressão sobre a ANE que de acordo com a decisão do Conselho Coordenador da Beira chama a si a responsabilidade de gestão de toda a rede incluindo a rede terciária e vicinal que antes estava sob alçada das Províncias. Isto vai exigir da ANE maior capacidade de planificação e de gestão de obras fora os recursos financeiros e humanos que necessariamente irão aumentar.

Acção específica a ser tomada: A ANE deverá preparar-se para responder à demanda que vai aumentar em função da rede sob sua alçada.

Papel das várias organizações.

Existem várias entidades que participam na gestão da rede rodoviária nomeadamente; o MOPH, FE, ANE e INAV. O relacionamento bem como a separação clara das competências de cada uma é fundamental para evitar sobreposições. Espera-se que os estudos em curso venham a clarificar estas questões todas.

Acção específica a ser tomada: O contrato-programa entre o FE e a ANE é um instrumento que vai regular o relacionamento dos diversos órgãos na implementação do PRISE:

Estradas Não Classificadas

As estradas não classificadas carecem do estabelecimento duma política dedicada exclusivamente a este grupo de estradas. O enquadramento deste tipo de rede dentro das competências dos governos provinciais é importante. Contudo dever-se-á manter uma relação estreita com a ANE que deverá assumir o papel de Autoridade de Estradas em todo País. Acção específica a ser tomada: Finalizar o diálogo entre o governo e os doadores sobre estradas não classificadas e aprovar a política do governo em relação a estas estradas.

Desempenho dos Doadores

2006 foi um ano de viragem total na forma como os doadores deste sector se relacionam com o governo e fundamentalmente na abordagem dos assuntos ligados ao financiamento de projectos. Foi acordado um procedimento comum a todos os doadores (PRISE) e a avaliação e supervisão do programa obedece a procedimentos comuns previamente estabelecidos. Contudo, muito trabalho resta ainda por fazer para chegar ao SBS (Sector Budget Support) embora alguns doadores tenham começado já a implementação desta modalidade de financiamento.

Acção específica a ser tomada: O GdM e doadores devem garantir que pelo menos no que diz respeito à planificação de actividades dentro do sector a abordagem seja comum no âmbito e espírito do PRISE. As missões conjuntas de avaliação por parte dos doadores devem ser estimuladas com benefícios claros daí resultantes, em poupança no tempo e recursos humanos e financeiros.

Os doadores deverão finalizar o processo de consultas internas para, ainda este ano, aprovarem o MdE e CdC do sector de estradas.

Sector da Energia

1. Sumário Executivo

No ano de 2006 foram registados resultados positivos em relação a maioria dos indicadores definidos para a política e estratégia sectorial. A expansão da rede nacional de energia eléctrica registou progressos com a execução de trabalhos de electrificação de novas áreas, destacando-se a conclusão de 170 km de linha de 110 kV Nampula – Moma e a respectiva subestação para o fornecimento de energia eléctrica ao projecto de Areias Pesadas de Moma. Neste contexto, se destacam os seguintes indicadores referentes aos locais electrificados através da Rede Nacional de Transporte em 2006:

Qtd		Zona/Região	Localização
1	Sede do Distrito	Norte	Pemba-Metuge-Cabo Delgado
2	Localidades		Namitatari e Geba, -Nampula
1	Posto Administrativo		Ngonhane-Zambézia
4	Localidades		Matulume, Mijalane, Recamba e Marunda –Zambézia
2	Povoados		Mugogoda e Inhangule-Zambézia
1	Posto Administrativo	Centro	Rotanda-Manica
2	Bairros	Sul	Bairros 2 e Bairro 3 da Aldeia Julius Nyerere,

O desenvolvimento de projectos de electrificação rural (2006) nomeadamente a construção de redes isoladas através de grupos geradores a diesel comporta os seguintes indicadores:

Qtd		Zona/Região	Localização
1	Posto Administrativo	Norte	Larde-Moma
1	Posto Administrativo	Sul	Mawayela-Inhambane

A meta definida no QAD do sector de energia para 2006 foi atingida

O desempenho do sector eléctrico superou largamente os níveis do ano de 2006, embora não tenha sido assinado ainda o novo contrato programa com a EDM e prosseguiram as acções visando a operacionalização do CNELEC. A EDM continua a enfrentar dificuldades em relação a dívida presente e futura para com o GdM resultante das condições de financiamento de projectos sociais de electrificação do País e que contam com o financiamento de doadores. Deverá prosseguir o diálogo sobre o assunto entre os Ministérios da Energia, Finanças, Planificação e Desenvolvimento, Negócios estrangeiros e Cooperação, EDM e Doadores com vista a alcançarem um entendimento satisfatório sobre os termos e condições de repassagem dos fundos de donativos do Governo a EDM.

Indicadores de Desempenho da EdM

Indicadores	Unidade	2006	2006	2006	2005	2006/2005
		Plano	Real	Grau de Execução	Real	Variacão
		Ano	Ano	Ano	Ano	2006/2005
Novas Ligações Efectuadas	#	77 307	85 155	1,10	44 541	91,2%
Numero Total de Clientes	#	416 260	415 908	1,00	329 103	26,4%
Indice de Facturada (incl. exportações) *	%	79,6%	79,6%	1,00	77,4%	2,8%
Perdas de Transporte	%	3,6%	5,0%	1,39	5,2%	-3,8%
Perdas de Distribuição	%	11,4%	14,0%	1,23	16,3%	-14,1%
Perdas Totais	%	20,0%	19,0%	0,95	21,5%	-11,6%
% população com acesso ao rede	%	10,1%	9,4%	0,93	7,8%	20,4%

* Dados de 2006 foram estimados

O número de novos consumidores foi 85.155 em 2006 contra 44.541 em 2005 o que corresponde a um crescimento de cerca de 91,2% e 290% acima dos indicadores definidos no QAD. O número actual de consumidores é estimado em 415.908 clientes contra 329.103 clientes do ano anterior e a população com acesso à energia é de 9,4% contra 10.1% dos planificados. Um dos factores que contribuiu para o crescimento de números dos consumidores foi a introdução de novas tecnologias pela EDM-EP, tais como Credelec e Quadrelec.

Adicionalmente, destaca-se a assinatura por Moçambique e Portugal, dos acordos relativos à reversão e transferência do controlo sobre a Hidroeléctrica de Cahora Bassa para o Estado Moçambicano.

A produção de gás cresceu em cerca de 19% e 19% para exportação, esta igualdade deve-se ao facto de quase toda a produção do Gás natural ser para o consumo externo. Moçambique beneficiou para consumo interno em particular na região sul de Moçambique em cerca de 1.2% do total produzido (103.348.000Gj).

2. Avaliação detalhada do desempenho em 2006

Avaliação da Execução Orçamental:

O Ministério da Energia teve para o ano de 2006 um orçamento de funcionamento global em 30.015,72 contos:

Tabela A. Orçamento de funcionamento/2006 (Mt)

Classe	Despesa	Disponível	Total Gasto	Grau de Execução%
11.11.01	Venc. B. do Pessoal do Quadro	11,963,150.00	11.963.150,00	100,0%
1.1.2	Outras Despesas c/ Pessoal	3,031,000.00	2.993.874,10	98,8%
1.2	Bens e Serviços	14,801,570.00	14.797.772,02	100,0%
1.4	Transferência Corrente	220,000.00	159.250,00	72,4%
	Total	30,015,720.00	29.914.046,12	99,7%

Tabela B. Orçamento de Investimento /Componente Interna – 2006 (Mt)

Código	Despesas	2006	Total Gasto	Grau de Execução%
--------	----------	------	-------------	-------------------

11.10.02	Vencitº. Base Fora do Quadro	1.915.800,00	1.811.336,00	94,5%
1.1.2	Outras Despesas C/ Pessoal	662.120,00	650.100,00	98,2%
1.2	Bens e Serviçºs	15.544.120,00	14.087.500,00	95,2%
22.10.04	Outros Impostos Indirectos	1.275.000,00	1.148.400,00	90,0%
	Outras	602.900,00	02.000,00	99,9%
	Total	19.999.940,00	18.299.336,00	91,5%

Tabela C. Orçamento de Investimento/Componente Externa – 2006 (Mt) Classe: NORAD

Disponível	Total Gasto	Grau de Execução%
17.732.366	14.409.358,00	81.0%

Rubricas	Total gasto em 2006
Cooperação Institucional	8.843.430,44
Treinamento e Educação	731.640,52
Consultoria Externa e Local	1.049.724,00
Auditoria e Eficiência Energética	2.917.850,00
Procurement	145.991,56
Rural Electrification Environmental Manangement	0,00
Conferencia para o Sector Privado	0,00
Contingência	683.446,66
Despesas Bancárias	37.275,16
Total	14.409.358,34

6.736.937,74- Valor transferido de 2005

10.995.427,87- Valor desembolsado em 2006

Classe: DANIDA

Disponível	Total Gasto	Grau de Execução%
49.765.328	24.921.963,00	50.1%

Factores chaves que influenciam o desempenho no sector de energia

- Capacidade institucional limitada no novo Ministério da Energia
- Preços de petróleo elevado e a grande dependência de importação dos combustíveis líquidos;

- Custos de infra-estruturas altos;

Dificuldade de criar áreas de concessão independentes devido a fraca densidade populacional e à falta de receptividade dos consumidores em pagar preço correspondente (Que sejam diferentes dos praticados pela EDM) pelos serviços de electricidade.

Avaliação do desempenho face às reformas centrais

Em relação a implementação do SISTAFE, o processo da instalação do sistema informático foi concluído com sucesso a nível de todos os Ministérios. Presentemente, o sistema está em funcionamento no Ministério da Energia a partir de Janeiro de 2007.

Em relação à descentralização, o governo descentralizou para os órgãos locais do Estado e Municípios a competência para atribuição de concessões para energia eléctrica e distribuição do gás natural.

Avaliação do desempenho face às questões transversais

Género

O Ministério da Energia levou a cabo durante o ano de 2006, actividades no domínio da promoção e integração de questões ligadas ao género no sector de energia. O plano de actividades do Ministério para 2006 inclui o desenvolvimento de uma estratégia do género, cuja sua conclusão está prevista para o primeiro semestre de 2007.

HIV/SIDA

Ao longo do ano de 2006, foram levados a cabo diversas actividades no âmbito da implementação da “Estratégia de combate ao HIV/SIDA”, destacando a deslocação de activistas para vários pontos do País.

Ambiente

O Ministério tem dado recentemente maior atenção as questões ambientais. Está estabelecida uma Unidade Ambiental (UA) dentro do quadro institucional do Ministério da Energia e em curso a elaboração da Estratégia de Gestão Ambiental para o Sector Energético e Directivas para o Sector Energético.

Perspectiva provincial

Em fase de implementação do resultado do estudo feito pelo Ministério da Administração Estatal sobre o modelo a ser adoptado na organização dos Órgãos Locais. Contudo, o Ministério não considera a criação de direcções distritais, priorizando a capacitação as estruturas locais existentes em todos os distritos.

3. Elaboração das lições-chave aprendidas

Entre as lições-chave aprendidas contam-se a necessidade de prosseguir com o melhoramento da capacidade institucional do Ministério da Energia e a necessidade de incentivar o prosseguimento das acções em curso visando a realização de novos projectos de geração de energia eléctrica.

Por outro lado, há a necessidade de criar uma relação interinstitucional que assegure a consulta de dados referentes as receitas provenientes da actividade petrolífera.

A separação do Ministério dos Recursos Minerais e Energia resultou da necessidade de dar maior relevância a cada uma das áreas. Uma outra lição aprendida é a de que há necessidade de maior planificação que cubra o sector como um todo de forma a maximizar os recursos disponíveis. Para cumprir este desiderato, o Ministério decidiu elaborar planos directores por áreas como insumos para o desenho de um plano estratégico.

Sector das Pescas

1. Sumário Executivo

Esta é a primeira vez que o sector das Pescas contribui para a Revisão Conjunta, não havendo portanto, nenhum indicador do sector no QAD. Foi recentemente estabelecido um grupo de trabalho para o sector para desenvolver indicadores a serem usados em futuras Revisões.

Os dados e informações no PES divergem dos dados e informações que constam no relatório disponibilizado pelo sector e há informação em falta. Esta questão foi abordada com o MPD durante a preparação do PES, contudo, o problema persiste.

Os dados do sector indicam cumprimento das metas do sector para 2006 na ordem dos 92%. Este é um resultado claramente positivo, especialmente se comparados com a diminuição progressiva das capturas mundiais, o mesmo se aplicando em relação ao total das capturas. (o valor monetário pode estar a aumentar para certo tipo de pesca, contudo, globalmente os valores das capturas mostrem um declínio).

O camarão continua a ser a indústria das pescas mais importante, representando na totalidade 59 milhões de USD, apesar de uma redução de 13% nas capturas; As pescas continuam sendo um sector de importância vital para a Economia de Moçambique, representando um valor total de 247,855 milhões de USD na receita. Adicionalmente, o Sector das Pesca é uma fonte de nutrição chave e o consumo doméstico aumentou 2,4 % em 2006.

Constitui reocupação o fraco aumento na produção de aquacultura dado que este subsector poderia prestar uma contribuição valiosa para o PNB se as medidas necessárias fossem implementadas. Neste âmbito, o Ministério das Pescas aprovou recentemente o “Plano de Desenvolvimento da Aquacultura em Moçambique”, baseado no Código de Conduta para Pescarias Responsáveis”.

O grupo de trabalho do sector vê a implementação planeada dos sistemas da INCM (Inspeção e Controle Marítimo/Marine Control & Surveillance) como um instrumento importante para aumentar a receita nacional das pescas, bem como combater a PINR (Pesca Ilegal e/ou Não-Relatada). Outro aspecto importante é o controle da qualidade nas pescarias e/ou produção. As empresas de processamento necessitam de melhorias de forma a cumprirem com as exigências internacionais (UE) para a obtenção das licenças de exportação.

Desenvolvimentos em 2006

Esta é a primeira vez que o sector das Pescas contribui para a Revisão Conjunta, não havendo portanto, nenhum indicador do sector no QAD. Foi recentemente estabelecido um grupo de trabalho dos doadores para o sector para desenvolver indicadores a serem usados em futuras Revisões.

Os dados e informações no PES divergem dos dados e informações que constam no relatório disponibilizados pelo sector visto haver divergências e informação em falta. Esta questão foi abordada com o MPD durante a preparação do PES, contudo, o problema persiste.

Os principais dados do sector das Pescas para 2006 são:

Pesca Semi-industrial:

Proveito Total:	Contra o Objectivo de:	Objectivo Alcançado com:
27,280 t	31,130	88%
Valor total do Proveito:	Contra o Objectivo de:	Objectivo Alcançado com
90,696 USD	110,097 USD	82%

Pesca Artesanal:

Proveito total	Contra o Objectivo de	Objectivo Alcançado com
62,470 t	66,250 t	94 %
Valor total do Proveito	Contra o Objectivo de:	Objectivo Alcançado
152,193 USD	158,551 USD	96 %

Aquacultura:

Proveito Total:	Contra o Objectivo:	Objectivo Alcançado com:
931 t	1,204 t	77%
Valor total do Proveito:	Contra o Objectivo de	Objectivo Alcançado com
5,4866 USD	6,008 USD	91%

Proveito total no sector pesqueiro em 2006:

Proveito Total:	Contra o Objectivo:	Objectivo Alcançado com:
90,459 t	98,584 t	92%
Valor total do Proveito:	Contra o objective de	Objectivo Alcançado com
247,855 USD	274,656 USD	90%

Comentários: os dados acima mencionados indicam um resultado positivo na ordem dos 92% das metas do sector para 2006, especialmente se comparados com a diminuição progressiva das capturas mundiais, o mesmo se aplicando em relação ao total das capturas. (o valor monetário pode estar a aumentar para certo tipo de pesca, contudo, globalmente os valores das capturas mostrem um declínio).

O camarão continua a ser a indústria das pescas mais importante, representando na totalidade 59 milhões de USD, apesar de uma redução de 13% nas capturas.

As pescas continuam sendo um sector de importância vital para a Economia de Moçambique, representando um valor total de 247,855 milhões de USD na receita, que é aproximadamente 10

% de PNB. Adicionalmente, o Sector das Pesca é uma fonte de nutrição chave e o consumo doméstico aumentou 2,4 % em 2006.

Constitui reocupação o fraco aumento na produção de aquacultura pois este subsector poderia prestar uma contribuição valiosa para o PNB se as medidas necessárias fossem implementadas. O Ministério das Pescas aprovou recentemente o “Plano de Desenvolvimento da Aquacultura em Moçambique”, baseado no Código de Conduta para Pescarias Responsáveis”.

O grupo de trabalho do sector vê a implementação planeada dos sistemas da INCM (Inspeção e Controle Marítimo/Marine Control & Surveillance) como um instrumento importante para aumentar a receita nacional das pescas, bem como combater a PINR (Pesca Ilegal e/ou Não-Relatada). Outro aspecto importante é o controle da qualidade nas pescarias e/ou produção. As empresas de processamento necessitam de melhorias de forma a cumprirem com as exigências internacionais (UE) para a obtenção das licenças de exportação.

Saúde

1. Sumário Executivo

O sector da saúde em 2006 registou aumento no volume de actividades realizadas em todas as suas componentes. O padrão global da doença foi similar ao de 2005 com excepção do sarampo que decresceu e da malária que incrementou o número de casos e óbitos.

Situação dos Indicadores do QAD 2006

Indicador	2004	2005	2006	Meta 2006	Observação
Cobertura DPT/HB-3ª dose	92.6%	94%	100%	95%	Meta atingida
Cobertura de partos institucionais	44.%	50.1%	48.4%	52%	Meta não atingida
Consultas por habitante	0.9	1.01	1.0	0.94	Meta atingida
Doentes em TARV	7.414	19.726	44.100	40.000	Meta atingida*
<i>Grávidas HIV+ que receberam profilaxia</i>	3.182	7.690	12.150	16.000	Meta não atingida com progresso

Áreas de Melhor Desempenho do Sector em 2006

- Melhoria na organização, funcionamento e qualidade de atendimento nas USs;
- Aquisição, distribuição de equipamento para melhoria de condições básicas das Unidades Sanitárias;
- Melhorias das condições de habitações para o pessoal;
- Incremento do acesso ao TARV;
- Expansão da estratégia de Atenção Integrada às Doenças da Infância 500 unidades sanitárias abrangidas;
- Melhoria na execução orçamental e financeira na ordem dos 5%.

Áreas de Fraco Desempenho do Sector em 2006

- Insuficiência na abordagem do envolvimento comunitário;
- Fraca orientação sobre a incorporação do género nos programas de saúde;
- Fraca harmonização de planos entre os níveis central e provincial;

* Inicialmente tinha sido definida uma meta de 57.000 no âmbito do PEN Saúde que foi posteriormente revista. Do atingido, 58% são mulheres e perto de 8% são crianças.

- Fraco desenvolvimento de sistemas e capacidade na gestão orçamental e financeira a todos níveis;
- Insuficiência de meios para a retenção de Recursos Humanos no sector.

Análise da Execução Orçamental e seu Impacto no Desempenho do Sector

A execução média global dos fundos do sector foi satisfatória (fixou-se em 75%, mais 5% em relação a 2005), embora tenha havido algumas províncias que registaram baixa execução. A execução global do orçamento de investimento em 2006 manteve-se no nível de 2005; todavia a componente interna de investimento ao nível central teve desempenho maior situando-se a 94%. A componente do PROSAÚDE atingiu uma execução orçamental e financeira de 97.5% e 99.8%, respectivamente. A execução orçamental e financeira do FCP foi positiva situando-se na ordem dos 81% e 95%, respectivamente.

Os dados do balanço de PES/POA de 2006 não ilustram evidências que permitam associar os níveis de execução descritos acima com o desempenho do sector em 2006. Esta correlação apenas será globalmente visualizada no balanço do PES de 2007, devido sobretudo à componente de infra-estruturas cuja construção decorre num período relativamente prolongado. Contudo, pode-se considerar que a melhoria substancial no grau da execução orçamental ocorreu devido a reorientação da maioria dos recursos para acções com impacto directo (alguns a médio prazo) na re-funcionalização da rede sanitária, aquisição de equipamento médico e mobiliário hospitalar. Estes investimentos concorreram para a criação de condições básicas para o funcionamento das Unidades Sanitárias e para o pessoal de saúde.

Factores que favoreceram o desempenho

- Investimentos feitos no sistema de referência;
- Elaboração e operacionalização de instrumentos, protocolos, normas e ferramentas para melhoria da qualidade de serviços nas unidades sanitárias;
- Expansão da estratégia de AIDI;
- Iniciativas globais direccionadas para projectos específicos (HIV/SIDA, Malária e Tuberculose) contribuíram para o aumento do volume de serviços;
- Criação da Unidade de Gestão de contractos com ONG's que beneficiam de fundos do MISAU.

Factores que limitaram o desempenho

- Insuficiência na abordagem do envolvimento comunitário;
- Fraca funcionalidade da componente de comunicações no sistema de referência;
- Falta de sincronia, comunicação e articulação entre os níveis central e provincial/distrital no ciclo de planificação;
- Persistentes rupturas de stocks de medicamentos;
- Saída considerável de recursos humanos associados a falta de uma politica de incentivos.

3. Desempenho em relação às principais reformas

A introdução do e-SISTAFE a partir do mês de Julho de 2006 no sector da saúde trouxe melhorias substanciais na obtenção de recursos financeiros na segunda metade do ano, especialmente ao nível das DPS's, cuja falta de liquidez era considerada crónica. Com a implementação do novo instrumento, alterou-se o processo de execução orçamental, passando o sector a dispor de recursos para depois prestar contas através do encerramento dos processos. No procedimento de encerramento de contas houve alguns constrangimentos para finalizar a execução de 2006. Outra preocupação que ressaltou quanto a disponibilidade de recursos prende-se a necessidade de se dar uma maior atenção no controlo das dotações ao longo da execução orçamental. Para além das reformas em processos de gestão, o sector realizou reestruturações na organização e funcionamento do próprio MISAU.

4. Desempenho em relação aos assuntos transversais

No que concerne ao género não houve progressos assinaláveis na integração da componente Género no sector da saúde. Há que salientar que no período em análise foi dada continuidade às actividades de capacitação de recursos humanos em género e saúde e, se iniciou elaboração da política de género no sector.

Na área do HIV/SIDA, o modelo de ATS introduzido contribuiu para reduzir o estigma existente em relação ao HIV/SIDA ao mesmo tempo que vai permitir o acesso aos serviços de saúde em geral e aos cuidados em relação ao HIV/SIDA em particular. O ano de 2006 foi marcado pelo aumento considerável do acesso ao tratamento com ARV e doenças oportunistas. A integração dos programas verticais nos serviços de saúde sexual reprodutiva existente está ainda longe do desejado. A quase totalidade de estratégias de SSR não está harmonizada e a integração tem tido impacto que se traduz na baixa qualidade dos serviços prestados, devido a sobrecarga dos recursos humanos e ao facto de se alargar o tempo de espera para atendimento.

Em relação a nutrição os indicadores tendem a agravar-se o que sugere a necessidade de reforço institucional nesta área e sobretudo da colaboração intersectorial.

Principais Lições Aprendidas em 2006

- É pertinente uma análise global sobre a problemática do acesso e uso dos serviços de saúde no país que permita uma visão abrangente e realística do problema;
- As disparidades na alocação de recursos criam desequilíbrios no desempenho de programas. Há necessidade de se criar uma abordagem integrada e equilibrada entre programas com recursos diferenciados;
- Os maiores investimentos realizados na área da expansão da rede sanitária priorizaram a zona rural sem contudo incluir as unidades de referência a nível distrital;
- Persistem ainda fragilidades no desenvolvimento de sistemas de gestão financeira;
- O SNS confrontou-se com uma migração considerável de pessoal, para o sector público, privado e de ONG's;
- Melhorou a utilidade e comunicação dos grupos de trabalho entre parceiros e MISAU.

Desafios e Preocupações na perspectiva Provincial e distrital

- Institucionalizar mecanismos de coordenação entre o sector e os parceiros a nível provincial;
- Rever os critérios de definição de metas em PTV/TARV;
- Melhoria e clareza da abordagem de intervenção comunitária;
- Melhoria do funcionamento e qualidade de serviços nas unidades sanitárias;
- Treinamento de recursos humanos de nível provincial e local em matéria de planificação;
- Fortalecimento dos sistemas e melhoria da gestão orçamental e financeira;
- Melhoramento da rede sanitária de referência da nível distrital e rural;
- Retenção de recursos humanos no sector a todos os níveis;
- Fortificar a Integração dos programas verticais nos programas/serviços existentes;
- Melhoria dos indicadores de vigilância nutricional;
- Reduzir as actuais taxas de mortalidade materna intra-hospitalar.

Desempenho de doadores

Mais de 2/3 de parceiros comprometeram-se a financiar o sector da saúde por mais de 2 anos e há garantia de disponibilidade de financiamento até finais de 2010. O sector da saúde tem de iniciar com antecedência uma estratégia de mobilização de recursos para depois desse período. Os desembolsos no Fundo Comum em 2006 registaram um decréscimo acentuado em relação ao ano precedente que chegaram a atingir o nível de 90%. Este decréscimo no desembolso de fundos esteve associado à baixa execução orçamental registada em 2005. A quase totalidade dos parceiros do FC seguiu os preceitos estabelecidos no MdE acordado com o MISAU a respeito. Em relação à coordenação, quase todos os parceiros (90%) participaram nas reuniões do preSWAP em 2006 e frequentaram em mais de dois grupos de trabalho. Este nível de participação reduziu o potencial de fragmentação das intervenções assim como aliviou o peso administrativo respectivo para a entidade governamental. Contudo, há necessidade de maior funcionalização desses grupos.

Educação

1. Sumário Executivo

Indicadores e metas do QAD

Em 2006, o sector continuou a registar crescimentos nos seus principais indicadores. A taxa líquida de escolarização no ensino primário atingiu os 87,1% contra os 85% programados. No que respeita às raparigas, atingiu-se a 84% contra os 82% programados. Em 2005⁵, a taxa bruta de conclusão no EP2 foi de 34% para ambos os sexos, idêntica à meta programada. Para as raparigas, a taxa foi de 27,3%, contra os 28% programados.

Progresso

- O Plano Estratégico da Educação e Cultura (PEEC) foi finalizado e aprovado pelo Governo. No PEEC estão contidas as principais políticas do sector com vista a alcançar as metas programadas de forma compreensiva e uma matriz de indicadores de desempenho detalhada, alinhada com os do PARPA/QAD.
- O MEC e os parceiros do FASE adoptaram um novo memorando de entendimento que simplifica os procedimentos e os alinha com os da administração financeira do Estado
- Ao longo dos próximos anos, o MEC deverá implementar uma estratégia adequada para o ensino secundário de forma a lidar com a elevada procura e com os aspectos de qualidade, relevância e eficiência neste nível de ensino.
- A realização do orçamento de 2006 foi superior à do ano anterior e muito próxima do aprovado para o período. A despesa do sector da Educação situou-se em 21,1% do total do Orçamento do Estado excluindo os encargos da dívida (20,4% em 2005) e uma taxa de realização em relação ao orçamento aprovado de 94% (92,4% em 2005).
- O MEC concluiu a elaboração da nova base de dados dos recursos humanos. Após a sua instalação nas províncias será alimentada pelos dados do censo nacional de RH o que vai melhorar a gestão destes.

Desafios

- Embora a taxa de conclusão esteja a melhorar significativamente, há ainda necessidade de se dar mais atenção às raparigas e melhorar a qualidade da aprendizagem na escola.
- O aumento das horas lectivas é essencial para se melhorar a qualidade. Neste sentido urge eliminar o ensino em 3 turnos, combater a entrada tardia das crianças na escola em particular das raparigas e corrigir a disparidade idade/classe. Finalmente, o sector deverá construir mais escolas para reduzir a distância escola/casa, sobretudo no meio rural;
- Ao longo dos próximos anos, o MEC deverá implementar uma estratégia adequada para o ensino secundário de forma a lidar com a elevada procura e com os aspectos de qualidade, relevância e eficiência neste nível de ensino

⁵ Foi acordado que a taxa de conclusão será apresentada com um ano de atraso, uma vez que os dados só estão disponíveis depois da conclusão do ano anterior só estão disponíveis em Maio.

- O MEC e o MF deverão prosseguir os esforços com vista a eliminar os atrasos preocupantes nos desembolsos, sobretudo para os programas que ocorrem nas províncias, evitando interrupções no seu desenvolvimento.
- A descentralização exige o melhoramento e alinhamento dos processos de planificação, orçamentação e avaliação entre os diferentes níveis. As províncias deverão transpor as metas nacionais em metas locais, garantir o seu cumprimento e assegurar uma alocação de fundos mais equitativa.
- Das 1.467 salas programadas para 2006, o MEC concluiu apenas 266, estando as restantes em construção devidas, em parte, ao atraso no desembolso dos fundos. A avaliação do programa na vertente de qualidade e capacidade de construção deverá permitir o estabelecimento de metas mais exequíveis a curto e médio prazo.
- Ainda se constata fracas ligações entre os processos de Reforma do Sector Público da ANFP e os processos de reforma do sector da Educação.

2. Relatório detalhado do sector

Indicadores sectoriais do QAD/PARPA)

No Plano Estratégico do sector (PEEC), aprovado pelo Governo estão contidas as principais reformas com vista ao alcance das metas do milénio em termos de expansão e qualidade serviços. O desafio actual é de assegurar a expansão sem esquecer a necessidade de melhorar a qualidade da aprendizagem na escola. Para a operacionalização do PEEC está em curso a elaboração do Plano de Investimento contendo os mecanismos de implementação que deverá estar concluído até Junho de 2007.

Ensino geral

O acesso continua a ser a área de maior progresso, particularmente no ensino secundário. Com efeito, a rede escolar cresceu 5,2%, o que corresponde a 99,8% do planificado. No ensino secundário o número de escolas cresceu 120% e 106,5% no ES1 e ES2, respectivamente. Este crescimento deveu-se, sobretudo à ultrapassagem das metas programadas que chegaram aos 111% no ES1 e 177,5% no ES2.

A expansão acelerada do ensino secundário compromete a qualidade de ensino (devido à capacidade de formação de professores para este nível, à superlotação das salas (ao aumento da relação alunos por turma) e o alcance das metas do milénio, (por causa da ocupação de salas do EP e utilização de professores primários no nível secundário). Esta questão já foi levantada em revisões anteriores. A elaboração da estratégia do ensino secundário ora em curso, vai trazer algumas medidas para a solução destes desafios.

Em geral, as **taxas de conclusão** no ensino primário aumentaram conforme o programado, com excepção da das raparigas. Porém, as discrepâncias históricas entre a matrícula elevada e os baixos índices de conclusão demonstram a necessidade de maior atenção para aumentar a retenção e a aprovação – com acções mais orientadas para as raparigas.

Os resultados da avaliação (através do INDE) do primeiro ciclo do ensino básico mostraram que, *“concluindo o 1º ciclo, a maior parte dos alunos (74.6%)...apresenta grandes dificuldades na*

⁶ É de referir que em 2006 foram também concluídas 479 salas de aula do programa piloto de construção acelerada de infraestruturas escolares para o ensino primário iniciado em Novembro de 2005. Para mais detalhes veja o parágrafo sobre infraestruturas no ponto 2.1, Ensino Geral.

leitura de frases simples” (p. 5), *“ler e escrever palavras, frases simples e números naturais, assim como resolver problemas simples de adição e subtração, para além de dificuldades no uso de cálculo mental e escrito.”* (p. 8). Segundo os resultados de SACMEQ, verificou-se nas análises que apenas 32,7% dos alunos testados atingiram o nível 5 (leitura interpretativa) e apenas 11,4% dos alunos testados atingiram o nível 5 de competência (numeracia competente).

Dada a situação acima descrita, há uma necessidade de treinar os professores na utilização de metodologias adequadas na sala de aula e acompanhar o processo de aprendizagem com o objectivo de melhorar, por um lado, o nível de conhecimentos adquiridos pelos alunos e, por outro, a eficácia dos investimentos na educação.

Em conclusão, o sector deverá prosseguir a implementação de estratégias para melhorar a aprendizagem na escola. A consolidação de um sistema de avaliação regular da aprendizagem no ensino primário e secundário deve contribuir para este efeito. Neste contexto, os estudos realizados pelo INDE devem resultar na tomada e implementação de medidas para melhorar a qualidade de ensino. Além disso, é essencial aumentar o número de horas de instrução, que é a mais baixa da região.

Em 2006, o MEC contratou 9.015 novos professores, o que constitui um aumento de 11% em relação ao ano anterior. Apesar das melhorias verificadas, o número de professores ainda não é suficiente para cobrir as necessidades do sistema – em todo o país, o rácio aluno por professor no Ep1 continua alto, em média 72:1 (na Zambézia é de 91:1). O recenseamento dos funcionários públicos deverá trazer informação independente para uma melhor avaliação da situação dos professores.

A **provisão do livro** escolar melhorou em relação a 2005. Todavia, mais atenção deve ser dada aos aspectos de gestão do processo tanto a nível do MEC (políticas de distribuição: revisão das quantidades de reposição e das quantidades livros de alguns títulos a definir), assim como a nível da escola (recolha e conservação do livro). Atenção especial deverá ser dada aos desvios dos livros e sua venda no mercado negro. A durabilidade do livro passa por melhorar a sua qualidade assim como pela sensibilização das comunidades e utentes.

O sector deverá redefinir as metas para a **construção de infra-estruturas** de forma a garantir a sua implementação em conformidade com a capacidade actual do país. Os objectivos do programa devem divulgados junto às comunidades e ONGs e outros interessados em participar. Em 2006 foram concluídas 479 salas de aula do programa piloto de construção acelerada de infra-estruturas escolares para o ensino primário iniciado em Novembro de 2005 (outras 130 salas encontravam-se a mais de 50%). O programa de 2006 (1.467 salas de aula) foi iniciado apenas em Setembro de 2006 tendo sido concluídas 26 salas até meados de Dezembro de 2006. Das restantes salas, 109 salas encontravam-se a cerca de 75%, 148 salas a cerca de 50% e 1.182 salas encontravam-se a 30% ou menos.

Formação de professores

O MEC concluiu a preparação do currículo e dos programas do novo modelo de formação de professores do Ensino Primário. A sua implementação iniciou-se em 2007. Os parceiros manifestaram a sua satisfação pela rapidez com que o MEC concluiu a preparação do modelo de 10^a+1. A qualidade da implementação do novo modelo dependerá da capacidade do MEC melhorar a supervisão e acompanhamento das IFP. Torna-se necessário melhorar a troca de informação sobre o estágio de desenvolvimento do modelo de 12^a+1, a cargo da UP.

O programa de ensino à distância deverá ser reformulado para dar resposta aos novos modelos de formação.

Foi alargado o Programa CRESCER a seis Distritos por Província, nos módulos Português, Ciências Naturais, Matemática e Gestão Escolar. O programa encontra-se em processo de institucionalização.

Educação profissional

Foi lançado o projecto integrado da reforma da educação profissional através da implementação da fase piloto que incide sobre a formação e capacitação de professores e directores de escolas e a construção e reabilitação de infra-estruturas escolares.

A avaliação do processo de reforma conduziu à assinatura de um Código de Conduta entre o Governo e oito agências bilaterais e multilaterais, para garantir uma abordagem consensual quanto aos mecanismos de ajuda externa. Foram também assinados contratos para o desembolso de fundos do FUNDEC, facto que permitirá a utilização de fundos por instituições que providenciam o ETP fora do PIREP.

Educação de adultos

O sector realizou a reformulação dos materiais da alfabetização via rádio, a gravação dos programas e a capacitação dos técnicos provinciais.

O plano de inscrições de alfabetizados mostrou uma baixa realização (70%), com grandes variações entre as províncias, devido, em parte, à não efectivação do programa de alfabetização via rádio em todo o país, por falta de orçamento.

Intervenções piloto no âmbito da educação não formal continuam a ser implementadas em três províncias do país.

Apesar de melhorias significativas, continuam a registar-se atrasos no pagamento e acumulação trimestral dos subsídios aos alfabetizadores, mesmo havendo disponibilidade financeira.

Ensino Superior

Um dos objectivos do PEEC é melhorar e consolidar a gestão e administração deste subsistema de ensino incluindo o estabelecimento de uma base mais transparente de alocação de recursos de modo a tornar sustentável o seu desenvolvimento.

Neste sentido, em 2006 foi criada a comissão para reforma financeira do ensino superior com vista a assegurar uma melhor eficiência da alocação e uso dos recursos destinados a este subsistema. Foi elaborada a proposta e documentação de suporte para a criação do Conselho Nacional de Acreditação e Qualidade (CNAQ) e elaborada a proposta de Lei do Sistema Nacional de Acreditação, Avaliação e Garantia de Qualidade no Ensino Superior em Moçambique (SNAQES), ao mesmo tempo que foi aprovado o Regulamento do Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SNATCA) cuja fase piloto está em implementação em três Universidades.

O Governo aprovou os estatutos que criam as Universidades do Lúrio em Nampula, o Instituto Superior Dom Bosco, instituição privada de formação de formadores, professores e gestores do ensino técnico, assim como o Instituto Nacional de Educação à Distância (INED).

Cultura

A integração gradual das artes e cultura no sistema de ensino-aprendizagem e na vida escolar, fazem com que o património cultural em geral seja progressivamente assumido como valor que deve ser preservado e divulgado pelos cidadãos, particularmente pelos jovens, o que contribui para o fortalecimento da moçambicanidade.

No domínio da cultura, mantêm-se ainda as questões da limitada rede de infra-estruturas culturais e a exiguidade (e ou cortes) dos orçamentos planificados, agravadas pela fraca participação de parceiros. Para além da implantação de infra-estruturas básicas para o desenvolvimento e fornecimento de serviços culturais de qualidade, deve ser promovida a formação e a capacitação de profissionais, professores e monitores de arte e cultura, para que se acelere a integração das componentes artístico-culturais nos processos de ensino e de aprendizagem, bem como a salvaguarda e a gestão cultural em geral.

As lições aprendidas cingem-se à necessidade da melhoria na prestação de serviços culturais de elevada qualidade e a criação de um ambiente propício ao desenvolvimento das indústrias culturais e criativas.

Execução Orçamental

De uma maneira geral, o MEC realizou uma boa execução do orçamento, superior aos anos anteriores, aproximando-se a despesa ao orçamento aprovado. O sector consumiu 21,1% do total do OE, excluindo os juros da dívida (20,4% em 2005), e teve uma taxa de realização em relação ao orçamento aprovado de 94% (em 2005: 92,4%).

Constata-se que os fundos do FASE só chegaram às províncias em Agosto, a poucos meses do final do ano lectivo. Os atrasos nos desembolsos têm efeitos negativos para o cumprimento das metas estabelecidas pelas províncias e poderão minar a confiança dos parceiros neste mecanismo de financiamento e a tendência para aumentar ajuda externa ao sector. Contudo, apesar dos atrasos nos desembolsos, a execução do FASE melhorou, o orçamento cresceu e há previsão de continuidade deste crescimento nos próximos anos.

A introdução do e-SISTAFE contribuiu para a melhoria da execução financeira do sector. Para o funcionamento pleno do e-SISTAFE ainda se carece de mais capacitação dos técnicos do sector a todos níveis e de melhor equipamento. O sistema de contabilidade deve ser melhorado com vista a reflectir as actividades e programas implementados pelo sector.

O e-SISTAFE ainda não permite analisar a execução da despesa por subsector e por componentes/níveis de ensino, o que inibe uma avaliação da despesa de forma alinhada com o PEEC e a correcção de iniquidades na distribuição da despesa por níveis de ensino.

Verifica-se uma alocação de fundos inequitativa entre as províncias, resultando em disparidades na despesa por aluno. As disparidades regionais são históricas e a sua correcção ao nível do sector passa por uma intervenção do MEC e dos ministérios das Finanças e da Planificação e Desenvolvimento para assegurar mais professores e a sua melhor distribuição pelas províncias e distritos, tendo em conta o rácio aluno por professor, o desenvolvimento do ensino secundário nas províncias e pela alocação de fundos para bens, serviços e investimento.

Desenvolvimento Institucional

As reformas introduzidas no sector constituem um grande desafio. Assegurar a implementação das reformas com qualidade e garantir uma comunicação eficaz com os professores, funcionários, assim como com os utentes dos serviços e o público em geral exige mudanças rápidas e eficazes por parte do MEC. A área da comunicação tanto interna como com o exterior deverá ser

reforçada para garantir melhor implementação dos programas e maior apoio às reformas por parte dos beneficiários e do público em geral.

A **gestão escolar** foi identificada como sendo uma área crítica, para melhorar os resultados da educação. O sector continuou a realizar acções de formação de quadros directivos e, iniciou um processo de integração dos diferentes programas num programa único de administração e gestão, abrangendo a formação e capacitação dos directores e outros gestores, assim como a padronização dos instrumentos de gestão escolar.

O assédio sexual às raparigas e a existência de casos de venda de matrículas e passagem de classe, a venda do livro escolar gratuito, entre outras, estão a minar os esforços do Governo para assegurar o ensino primário gratuito para todos no ensino e a expansão do ensino secundário. O sector deverá tomar a dianteira no combate à **corrupção** como forma de garantir um futuro saudável para toda a sociedade. Uma comunicação activa junto ao público é um instrumento crítico para combater casos de corrupção que se verificam a todos os níveis do sistema.

O relatório do PES ainda não dispõe de informação sobre as acções realizadas na área de desenvolvimento institucional situação que, no futuro, deverá ser revista.

Foi recomendada a continuidade da capacitação técnica dos gestores provinciais e distritais de Recursos Humanos para que possam fazer face aos desafios da descentralização. Urge definir a estrutura das Direcções Provinciais de Educação e Cultura.

O MEC aprovou os regulamentos orgânicos. Maior atenção deverá ser dada à aprovação do estatuto do professor, à divulgação das normas existentes assim como à capacitação permanente de todos os intervenientes das áreas de suporte como a planificação, administração financeira e de recursos humanos.

Assuntos transversais

Em 2006, continuaram as melhorias no ingresso de raparigas aos 6 anos, embora ainda se manifestem disparidades regionais. Note-se que o MEC continua a focalizar os seus esforços em alguns distritos com maior índice de desequilíbrio entre rapazes e raparigas o que tem resultado em melhorias rumo à paridade de **género**. Não se atingiram as metas ao nível da taxa de conclusão das raparigas no EP o que implica a necessidade de introduzir medidas para assegurar maior retenção da rapariga na escola assim como a conclusão do nível de ensino. Os materiais para a capacitação de professores devem incorporar questões de género.

Os programas de prevenção do **HIV/SIDA** abrangem actualmente 43% das escolas do ensino primário e do ensino secundário. Registam-se algumas dificuldades de gestão do processo de expansão. Por isso é crucial a adaptação/conclusão de materiais para o uso na formação de professores em matérias do HIV nas Instituições de Formação de Professores (IFPs). O Apoio Directo às Escolas (ADE) aloca fundos para o programa piloto das Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs). Entretanto, é importante avaliar a sua sustentabilidade e estabelecer critérios para a expansão destes programas via ADE por forma a possibilitar uma resposta focalizada às disparidades no sistema nacional de educação, tanto de género como das crianças vulneráveis. O desenho de uma estratégia de local de trabalho que, de forma faseada, irá abranger todos os funcionários do MEC vai iniciar no 2º trimestre de 2007.

É necessário priorizar a **saúde escolar** e harmonizar o programa com o PEEC e com a missão principal do MEC que é de prevenção. É importante que se realize uma avaliação dos programas ora em curso, no sentido de se disseminarem as melhores práticas e corrigir os insucessos para se atingirem melhores resultados.

Foi aprovada a estratégia de **produção escolar**. Há, contudo, a necessidade de se melhorar o sistema de articulação com todos os sectores envolvidos e capacitar os docentes para a sua implementação. A estratégia deverá ser custeada para assegurar o seu financiamento e a sua sustentabilidade.

É necessário transitar-se do actual programa de alimentação escolar para uma estratégia nacional sustentável que priorize as crianças ou escolas mais carentes e introduza mecanismos alternativos para providenciar alimentação para os alunos incluindo o incremento da participação financeira do Estado e o recurso à produção local.

No sentido de garantir o cumprimento dos objectivos nas áreas transversais é importante que o MEC afecte recursos financeiros suficientes e que se priorizem acções na escola e dentro da sala de aula para se alcançarem resultados a médio e longo prazo.

Eficácia da Ajuda Externa

O volume da ajuda externa canalizado através do FASE alcançou os 40% do total do financiamento externo ao sector. O MEC e os parceiros do FASE assinaram um novo memorando de entendimento, mais flexível e que, mesmo apesar de atrasos no desembolso de alguns parceiros, tem assegurado maior previsibilidade no fluxo de fundos para o sector. A maioria dos parceiros ainda mantém actividades fora do FASE e como consequência, um diálogo bilateral com o MEC.

Os processos de descentralização e desconcentração para as províncias, e os distritos, fizeram aumentar a importância dos mecanismos de coordenação. A decisão de incluir os directores provinciais e os pontos focais dos parceiros provinciais como participantes às reuniões de Coordenação do COPA e RAR surge como um reconhecimento da necessidade de coordenação de acções a nível do sector.

Água e Saneamento

1. Sumário Executivo

De acordo com os valores apresentados no relatório do Balanço do PES, as metas previstas no QAD 2006 foram atingidas no caso do indicador de acesso a água potável, não acontecendo o mesmo para o indicador do acesso ao saneamento que ficou ligeiramente abaixo do valor previsto.

Pode-se considerar positiva a execução orçamental do sector em 2006, já que atingiu **89,5%** de acordo com o Relatório de Execução Orçamental (REO), sendo de salientar a **Direcção Nacional de Águas (DNA)** que passou de níveis de execução **inferiores a 50% em anos anteriores**, para uma execução financeira de **98,7%** em 2006.

Continuam a existir diferenças significativas entre os valores das componentes interna e externa do Orçamento de Investimentos (OI), mencionados pelo REO e os mencionados pelas Instituições do sector, sendo recomendável à DNA e ao Ministério das Finanças (MF) uma **compatibilização** adequada da informação financeira antes da emissão dos relatórios.

Foram tomadas algumas **acções positivas na liquidação de dividas antigas**, através de uma boa coordenação entre as Instituições do sector, o MF, o MPD e os Parceiros de Cooperação, mas a **questão das dividas e do IVA, continuam a ser assuntos críticos**.

A tendência de **redução da componente interna do OI da DNA nos últimos anos, é uma situação preocupante**, já que será mais um factor que poderá vir a contribuir para o agravamento das dividas e não sinaliza a contribuição do OI no aumento dos investimentos adicionais que o sector necessita.

A introdução do **Sistafe teve um impacto positivo** na execução e gestão financeira do sector. Para uma maior eficácia e aproveitamento de todas as potencialidades do Sistafe, o grupo de água e saneamento considera essencial a **instalação de uma Unidade Gestora Executora (UGE) na DNA, assim como nas restantes instituições do sector**.

O apoio dos Parceiros de Cooperação continua pouco harmonizado apesar dos esforços conjuntos para a criação de um SWAP, que tentará abranger a maioria dos Parceiros de Cooperação.

Existe a necessidade de uma atenção especial para o reforço da capacitação institucional principalmente em aspectos de **planificação, monitoria e administração e finanças**, a nível da DNA, condição importante para que esta Instituição possa desempenhar eficazmente as funções de coordenação sectorial que lhe estão atribuídas.

2. Avaliação do desempenho do sector em 2006

O desempenho do sector em 2006 foi globalmente positivo, apresentando uma evolução significativa em relação a 2005.

As metas e indicadores do QAD e da matriz estratégica do PARPA II foram atingidos, com excepção do indicador de saneamento que foi de 36,5% contra os 37% previstos (vide anexo 1).

Balanço do PES e indicadores da matriz estratégica

Indicadores da matriz estratégica: Embora os indicadores da matriz estratégica tenham sido atingidos quase na sua totalidade, será **necessário um acréscimo dos investimentos no sector, para que os Objectivos do Milénio (OdM) possam vir a ser alcançados,**

Estes aumentos de actividade previstos através dos indicadores da matriz estratégica, não estão a ser acompanhados por um aumento da componente interna do orçamento de investimento, **nomeadamente no caso da DNA, que tem vindo a sofrer cortes no seu orçamento de investimentos a partir de 2005.**

Em relação às actividades previstas no PES consideramos que na sua maioria foram alcançadas, com algumas excepções nos subsectores de recursos hídricos e saneamento.

Execução Orçamental: Conforme o Relatório de Execução Orçamental (REO) a **execução financeira global do sector em 2006 foi de 89,5%**, sendo 97,9% nas despesas de funcionamento, 97,1% na componente interna das despesas de investimento e 86,5% na componente externa das despesas de investimento.

Este nível de desembolsos mostra uma evolução positiva em relação a anos anteriores, nomeadamente por parte da Direcção Nacional de Águas, que nos últimos exercícios apresentava índices de execução abaixo dos 50% e em 2006, segundo o REO, atingiu 98,7% na componente interna e 83,1% na componente externa das despesas de investimento, embora no relatório do sector as percentagens sejam apenas de 81,9% e 23,9% respectivamente.

Atendendo ao facto dos valores iniciais orçamentados no OI, sofrerem alterações por parte do Ministério das Finanças (MF) ao longo do ano, será recomendável que no REO apareça uma coluna com a **dotação orçamental inicial** de cada projecto, além da dotação orçamental actualizada que já é mencionada.

Em relação à execução dos fundos externos que é efectuada directamente pelo Parceiros de Cooperação, a informação dos valores desembolsados não está a chegar à DNA e consequentemente não está a ser transmitida ao MF, podendo o processo do SWAP contribuir para solucionar ou pelo menos minimizar este problema, sendo necessária uma avaliação sobre a hipótese de utilização da base de dados da OdaMoz.

Descentralização: O processo de descentralização no sector está em curso, sendo no entanto necessária uma harmonização com os restantes actores envolvidos.

Factores que realçaram o desempenho do sector

- **Sistafe:** A introdução do Sistafe em 2006 foi um dos factores que contribuiu para a melhoria da execução financeira do sector. O procedimento dos desembolsos baseados em planos de tesouraria e não em duodécimos é mais apropriado para um sector que trabalha fundamentalmente com projectos de investimento.
- **Boa coordenação entre o sector e o MF:** que permitiu a algumas Instituições do sector efectuarem o pagamento de parte das suas dívidas acumuladas e a redistribuição orçamental do OI da DNA no final do ano, que também contribuiu para uma melhor execução orçamental.

Constrangimentos encontrados em 2006

- **Dividas e pagamento do IVA:** Continuam a existir montantes significativos de dívidas ainda não liquidadas, no final de 2006, cujo montante total sectorial nessa data era de aproximadamente dezassete milhões de dólares, sendo a sua maioria referente a IVA, existindo também alguns valores referentes a participações.

- Como durante o exercício de 2007 existem vários projectos de obras que irão necessitar de IVA e contrapartidas, haverá uma tendência para um acréscimo do valor das dividas, sendo esta a maior preocupação do grupo de trabalho em relação à componente interna do orçamento de investimento.
- Sistafe: A Unidade Gestora Executora (UGE) do Sistafe está instalada a nível do MOPH, o que implica que a DNA, que é responsável pela maioria dos fundos do MOPH, utilize o sistema de adiantamentos. Neste aspecto o Sistafe não trouxe vantagens para a DNA. Para que o sector beneficie integralmente e aproveite todas as potencialidades do Sistafe, será essencial que a DNA seja considerada como uma UGE, tal como irá acontecer com o Fipag e a AraSul.
- Planificação e Monitoria: O sistema planificação e monitoria é fraco assim como a circulação da informação entre as instituições do sector não é eficiente, tendo como consequência a existência de contradições nos valores apresentados no relatório do Balanço do PES elaborado pela DNA, o qual também não incluía a globalidade das informações sectoriais, nomeadamente as actividades da água urbana sob a responsabilidade do Fipag.
- Capacitação Institucional: Em 2006 foi dado início ao processo de reforço da capacidade da DNA através da contratação de novo pessoal para algumas áreas identificadas como prioritárias. Continuam a existir dificuldades na contratação de novos técnicos superiores assim como na retenção dos quadros existentes atendendo às condições remuneratórias oferecidas.
- Foram efectuados estudos sobre a introdução de um sistema de incentivos na DNA, que é instituição no sector que paga salários mais baixos ao nível central, os quais deverão conduzir a um acordo de princípio com os Parceiros de Cooperação para que durante o ano de 2007 seja possível iniciar um sistema de incentivos, ligados à avaliação de desempenho do pessoal.
- As áreas de planificação, monitoria e administração e finanças deverão ser reforçadas a curto prazo, para que a DNA possa fazer face às suas responsabilidades no sector, permitindo também melhorar a confiança com os parceiros de Cooperação, condição necessária para o êxito da abordagem sectorial (SWAP) que deverá ser estabelecida em 2007.

Assuntos transversais

Em relação ao HIV/SIDA a situação no sector continua preocupante já que as possibilidades de tratamento não estão ao mesmo nível das necessidades, o que reduz bastante o impacto das campanhas de sensibilização e testagem.

O género e o meio ambiente fazem parte da nova política nacional de águas e são incluídos nas estratégias sub sectoriais que estão sendo desenvolvidas.

3. Lições aprendidas

- As dívidas do sector de água enfraquecem a posição do Governo em relação aos empreiteiros, com eventuais agravamentos de custos e atrasos de obras, prejudicando também a realização das actividades previstas no Orçamento de Investimento (OI).
- Como forma de resolver a problemática das dívidas foram alocados recursos financeiros significativos da componente interna e externa do OI, que deveriam ter sido dispendidos em actividades operacionais.
- Recomendamos ao Governo que seja encontrada uma solução estrutural para a problemática do IVA, tal como tem intenção de fazer para o financiamento do MCC.

- Os baixos salários em algumas instituições do sector prejudicam seriamente os esforços de reforço de capacitação institucional.

4. Tabela da matriz QAD 2006

A tabela em anexo mostra que a o indicador da taxa de cobertura do abastecimento de água foi atingido e o indicador de saneamento foi parcialmente atingido.

5. Opinião do sector sobre o desempenho dos doadores

No sector de água e saneamento não existe uma harmonização e alinhamento por parte da maioria dos Parceiros de Cooperação que canalizam os seus fundos através de sistemas próprios de gestão, sendo por vezes difícil às Instituições Governamentais fazer um acompanhamento adequado das actividades.

Para fazer face a este problema, deu-se início em 2007 ao processo de abordagem sectorial (SWAP) onde se espera que os Parceiros de Cooperação aceitem estes princípios que fazem parte da declaração de Paris.

6. Indicadores da matriz estratégica

O sector deverá proceder em 2007 a uma discussão sobre a revisão das metas dos indicadores do QAD e do PARPA referentes aos subsectores de água rural, urbana e saneamento, nomeadamente o numero de poços e furos, ligações domiciliárias e latrinas melhoradas pois estes parecem relativamente baixos já que não estão alinhados com os previstos no Cenário Fiscal de Médio Prazo, o que pode conduzir a interpretações erradas do desempenho desses subsectores assim como dos montantes de financiamentos necessários, com o risco de não serem atingidas as metas do PARPA e Odm.

7. Auditoria do desempenho do sector de água e saneamento

Os relatórios finais só recentemente foram recebidos pelo sector e pelos Parceiros de Cooperação. Em geral as conclusões mencionadas estão em linha de conta com as análises sectoriais efectuadas. Atendendo à grande quantidade de constatações e recomendações, teria sido apropriado a indicação sobre o **grau de prioridade das medidas propostas**, já que são misturadas acções de curto prazo, com medidas estruturais de longo prazo.

A DNA já implementou algumas das medidas propostas pelos auditores e ficou com o compromisso de efectuar **antes do final do mês de Abril de 2007, uma informação aos Parceiros de Cooperação** sobre todas as acções já tomadas, acções em curso e planos para implementação das restantes recomendações dos auditores.

Habitação

1. Sumário Executivo

A única área que teve melhor desempenho em 2006 foi a ligada à regulamentação que consistiu na elaboração e aprovação do Regulamento do Solo Urbano em complemento da Lei de Terras, Lei n. 19/97, de 1 de Outubro. O Regulamento circunscreve as suas normas à definição de um regime uniforme de acesso à terra nas zonas urbanas, baseado em planos de ordenamento elaborados segundo critérios técnicos e legais apropriados, de modo a conciliar-se ao solo urbano com alargamento e desenvolvimento integral do das zonas urbanas. Portanto, este indicador previsto no PARPA II foi atingido

No contexto do apoio técnico aos órgãos locais na implementação de planos parciais de ordenamento do solo, dos 11 órgãos foram assistidos 7 nas Províncias de Maputo, (Manhiça, Marracuene, Matutuine e Namaacha), Zambézia (Milange, Alto Molócue e Maganja da Costa), tendo-se demarcado 4.325 talhões dos 10.914 o que corresponde a 39,62%.

Nota-se que esta área não teve resultados positivos, motivado pelos atrasos na afectação de meios financeiros para a execução do plano de actividades estabelecido para 2006. Esta experiência mostra a necessidade de os meios financeiros serem disponibilizados em devido tempo de modo que os planos sejam devidamente cumpridos.

2. Avaliação do desempenho em 2006

O sector teve uma dotação orçamental no valor de 2.649.420,00MT do qual foi disponibilizado e executado 1.835.887,26MT que corresponde a 69 %. A execução financeira foi sendo feita em proporção aos desembolsos efectuados ao longo do ano que nem sempre era oportuna e em volume necessário. Este indicador torna evidente o fraco desempenho devido à limitante financeira que não permitiu mais realizações previstas no plano.

O factor financeiro foi determinante e que contribuiu para impedir o maior desempenho porque para além de ter criado dificuldades na aquisição de meios materiais ou prestação de serviços, influenciou negativamente na manutenção de quadros qualificados contratados que poderiam vir a ser integrados no quadro permanente. Este factor pode ser descrito como investimento perdido, pois dos quadros antes contratados não foi possível sustentá-los mesmo depois de um período de experiência profissional de mais de dois anos no sector.

Lições aprendidas

Verifica-se uma melhor execução do fundo de salários em relação ao fundo de bens e serviços.

As dificuldades de integração de técnicos superiores contratados, no quadro permanente, limitaram a sua participação nos programas de investimento o que prejudicou de certo modo o desenvolvimento das actividades do sector.

O indicador de número de órgãos locais assistidos em acções de ordenamento do solo, não foi atingido na medida em que apenas foram apoiados apenas 7 dos 11 planificados. É necessária a monitoria constante dos programas de urbanização básica com base nos instrumentos legais existentes nomeadamente o Regulamento do Solo Urbano e a Lei de Terras bem como a Lei de Ordenamento Territorial por aprovar em 2007, para acompanhar o desenvolvimento das actividades que visam assegurar o acesso à terra infra estruturada para habitação das populações.

Constata-se a falta de disponibilização de meios financeiros com a devida regularidade de modo a cobrir todos os planos elaborados nas diversas áreas de actividades, com vista a alcançar os resultados previstos, destacando-se a assistência na demarcação do 10.914 talhões em 2006 dos quais apenas foram demarcados 4.325, conforme conta da matriz, objectivo 477 do PARPA II.

No respeitante ao género tem sido uma preocupação da Direcção no sentido que a mulher seja mais envolvida no comando da instituição, quanto aos programas de prevenção e combate ao HIV /SIDA.

No respeitante aos desafios da instituição, pretende-se dar maior empenho na intervenção e colaboração com poder local, no quadro do Planeamento e Ordenamento Territorial, assim como proporcionar às populações espaços devidamente ordenados, como, também facultando técnicas de melhoramentos na produção de materiais de construção usando recursos localmente existentes, proporcionando uma qualidade que contribua para uma durabilidade e qualidade da habitação mais consistente.

Mulher e Acção Social

1. Sumário Executivo

Desempenho do sector - As metas específicas no QAD envolvendo o sector da Mulher e da Acção Social, são as relativas ao atendimento à criança em situação difícil e à promoção da igualdade de género. De acordo com o BdPES 2006 o sector prestou assistência a 86.104 Crianças em Situação Difícil, das quais 62.918 são Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs) representando (5.24%) do universo de 1.2 milhão definido no Plano de Acção para as COVs (PACOVs). No entanto, o MMAS reconhece poder existir acções desenvolvidas pelas organizações da sociedade civil que ainda não são reflectidas nos seus planos e relatórios anuais. Assim, o MMAS e parceiros consideram importante reforçar o mecanismo que permita a partilha de informação para uma planificação integrada (PES, OE, BdPES). Por outro lado, o MMAS considera imprescindível a adopção de um sistema de monitoria e avaliação único de forma a aferir o impacto do conjunto de actividades realizadas por todos os intervenientes. Por outro, foi aprovada a Política do Género e sua Estratégia de Implementação pelo Conselho de Ministros, faltando a aprovação dos mesmos instrumentos pela Assembleia da Republica.

O melhor desempenho verificou-se no atendimento aos grupos mais vulneráveis. Verificou-se uma demanda superior ao previsto na área de atendimento institucional (crianças em idade pré-escolar, pessoas idosas e pessoas portadoras de deficiência) e na dos programas de assistência social básica (Subsidio de Alimentos, Apoio Social Directo e Beneficio Social pelo Trabalho). O sobre-cumprimento das metas nestes programas (Programas Subsidio de Alimentos -18%, Apoio Social Directo -138% e Beneficio Social pelo Trabalho - 41%) deveu-se à redistribuição de verbas alocadas aos programas de desenvolvimento comunitário e geração de rendimentos que se encontram em fase de consolidação. Quatro instrumentos orientadores para assistência dos principais grupos alvos foram aprovados: i) Plano Nacional de Acção para a Criança ii) Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis iii) Plano Nacional da área da Deficiência e iv) Plano Nacional da Pessoa Idosa. O MMAS assinou um acordo de parceria que deu inicio a criação de um sistema de monitoria e avaliação e uma base de dados para gestão da informação da área da criança. Paralelamente, o MMAS realizou a análise funcional tida como base para a melhoria da estrutura interna e a definição do plano estratégico.

A execução orçamental - A execução orçamental foi de 76.94% em relação ao valor global da dotação feita ao sector. Esta taxa de cumprimento deveu-se a baixa execução do orçamento de investimento (47% de 121 milhões de Meticais) por não terem sido concluídos os trâmites necessários para a alocação dos fundos na proporção planificada. A protecção social no seu todo (conjunto abrangente de programas) e a capacitação institucional constituem uma das prioridades do sector. O orçamento disponibilizado ao sector correspondeu em 2006 a 0.7% do valor total do OE, cobrindo essencialmente despesas correntes de funcionamento, bem como as dotações às famílias (transferências financeiras, através do PSA). A implicação desta dotação foi a falta de alocação de verbas específicas do OE destinadas às outras formas de atendimento aos grupos alvo, bem como a capacitação institucional. Ainda em relação ao PSA, que já é suportado pelo OE, e que cobre actualmente 100571 beneficiários directos por razões orçamentais, a actualização prevista do escalão não acompanhou a periodicidade de reajustes do nível do salário mínimo, criando uma situação em que o valor do benefício representa menos de 5% do salário mínimo.

Desafios - A elaboração do plano estratégico do sector, que aponte as principais linhas estratégicas e acções prioritárias, continua sendo um dos grandes desafios. A elaboração do Plano Estratégico está dependente, em parte, da validação dos resultados da análise funcional do sector realizada em 2006. Neste momento, a ausência de dados de base para os vários grupos alvo

dificulta a medição do impacto das actividades realizadas sobretudo no estabelecimento de uma relação entre o número de pessoas atendidas com as necessidades existentes. A insuficiência de recursos financeiros, materiais e humanos, sobretudo a nível distrital constituem também desafios.

2. Relatório detalhado

Desempenho do sector

De um modo geral, e baseando se no cumprimento verificado das metas previstas no QAD e PES de 2006, considera-se positivo o desempenho do sector da mulher e da acção social.

QAD

As metas dos indicadores presentes no QAD cujo cumprimento envolve o Sector da mulher e da acção social referem-se ao atendimento da criança em situação difícil e a promoção da igualdade de género. Prestou-se assistência a 62,918 Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs) representando (5.24%) do universo de 1.2 milhões definido no Plano de Acção para as COVs (PACOVs). A semelhança do que acontece nos outros grupos alvo, na área da criança não se registaram progressos significativos na melhoria do sistema de informação ainda caracterizado por dados pouco fiáveis e não desagregados por sexo, serviços básicos e distrito. Na área do género a meta prevista foi atingida em parte, uma vez que a Política de Género e a Estratégia de Implementação (PGEI) foram aprovadas pelo Governo, faltando a aprovação das mesmas pela Assembleia da República.

Outras Intervenções do Sector

Em 2006, o sector concentrou-se no desenvolvimento das seguintes actividades com impacto nas vidas dos grupos alvo e na capacidade institucional:

Atendimento dos grupos alvo através dos **Programas de Assistência Social Básica**⁷, nomeadamente: Apoio Social Directo, Benefício Social pelo Trabalho, Subsídio de Alimentos, Geração de Rendimentos e Desenvolvimento Comunitário. Estes programas são os únicos suportados, na sua totalidade, pelo Orçamento do Estado (OE) e visam essencialmente prestar apoio directo (financeiro e material) aos indivíduos vulneráveis e sem capacidade de suprir as suas necessidades e promover oportunidades de emprego e auto-emprego aos indivíduos com capacidade para o trabalho, porém vivendo em situação de pobreza absoluta. Nos primeiros três programas registou-se sobre-cumprimento das metas em 138%, 41% e 18%, respectivamente, suportado pelas verbas provenientes da redistribuição do orçamento destinado aos últimos dois programas que se encontram em fase de consolidação (reformulação dos respectivos projectos).

No caso do PSA que constitui um dos maiores programas de assistência social do Governo, cobrindo actualmente 100,571 beneficiários directos, por razões orçamentais, a actualização do escalão do PSA não acompanhou a periodicidade de reajustes do nível do salário mínimo, criando uma situação desajustada em que o valor actual do benefício representa menos de 5% do salário mínimo.

Atendimento dos grupos alvo baseado na comunidade constitui um dos enfoques das Políticas e Planos aprovados. O número de beneficiários cobertos por este tipo de atendimento tem vindo a

⁷ Programas implementados pelo Instituto da Acção Social (INAS) - Instituição executora dos programas do MMAS

aumentar notando-se, no entanto, uma necessidade de reforçar os recursos alocados de forma a corresponder a demanda e incrementar o acompanhamento e avaliação destes programas implementados em parceria com outros sectores do Governo e organizações da sociedade civil. Assim, o sector prestou assistência a 86,104 Crianças em Situação Difícil, das quais 62.918 são Crianças Órfãs e Vulneráveis (COVs) já referenciadas na avaliação do QAD; 46,016 mulheres; 16,164 pessoas idosas; 9,339 pessoas portadoras de deficiência 42.151 crianças em idade pré-escolar. Os apoios incidiram na assistência médica e medicamentosa, distribuição de produtos alimentares e de meios de compensação, assistência psicossocial, assistência técnica e financeira e na capacitação profissional.

Atendimento dos grupos alvo em unidades sociais, com excepção ao das crianças em idade pré-escolar, é visto, de acordo com a Política da Acção Social, como o último recurso na perspectiva de evitar a institucionalização dos grupos alvo, priorizando a sua integração familiar. Em 2006, foram atendidas em unidades sociais, 510 pessoas idosas, 15,725 crianças das quais 1,180 em infantários e 14,545 em centros infantis, 757 pessoas portadoras de deficiência, sendo 326 nas escolas especiais, 150 no Instituto de Deficientes Visuais e 281 em centros de trânsito.

Aprovação dos seguintes **planos de atendimento aos grupos alvo**: Plano Nacional de Acção para a Criança; Plano de Acção para as Crianças Órfãs e Vulneráveis; Plano Nacional da área da Deficiência; e Plano Nacional da Pessoa Idosa. Estes instrumentos visam sistematizar o atendimento que tem vindo a ser feito pelos vários sectores intervenientes (acesso a serviços sociais básicos). Um dos elementos comuns a estes instrumentos é a criação de mecanismos que dinamizem e melhorem a qualidade da assistência prestada aos grupos alvo (de acordo com as suas necessidades específicas) e reforcem a coordenação com os restantes sectores do Governo, parceiros de cooperação e com as organizações da sociedade civil, na varias áreas de atendimento.

Formação de 27 técnicos médios de acção social e de 75 auxiliares de educação de infância para o reforço da capacidade do MMAS, incluindo a dos outros sectores do Governo e das organizações parceiras, sobretudo ao nível das provinciais e distritos onde se regista ainda insuficiência acentuada de técnicos com qualificações específicas da área social.

Visando ao desenvolvimento institucional e melhoramento da gestão financeira dos fundos alocados ao MMAS, previa-se que, em 2006, tivesse sido elaborado o **Plano Estratégico**, bem como a instalação e implementação do **e-SISTAFE**. O instrumento de planificação não foi elaborado porque ficou dependente, em parte, da conclusão e validação dos resultados da análise funcional realizada ao longo do ano, aguardando a sua aprovação pelo Conselho de Ministros. O e-SISTAFE foi instalado e encontra-se em funcionamento

Execução do orçamento

O sector da mulher e da acção social recebeu, para o ano de 2006, uma **dotação orçamental para o funcionamento** de 226 milhões de Meticais, tendo executado 210 milhões, cerca de 93% do total. A execução orçamental foi de 76.94% em relação ao valor global da dotação feita ao sector. Esta taxa de cumprimento deveu-se a baixa execução do orçamento de investimento (47%) por não terem sido concluídos os trâmites necessários para a alocação de uma proporção dos fundos de investimento que não chegaram a ser recebidos pelo sector. O orçamento disponibilizado ao sector correspondeu em 2006 a 0.7% do valor total do OE. Os fundos disponibilizados pelo OE destinaram essencialmente ao custeamento das despesas correntes de funcionamento dos órgãos. Do total dos programas do Sector, os únicos que são suportados pelos fundos do OE (também insuficientes para atender a demanda) são os programas de protecção social básica implementados pelo Instituto Nacional da Acção Social (INAS), cobertos pela componente orçamental de transferências as famílias. Não existiram em 2006 verbas específicas do OE

destinadas as restantes formas de atendimento aos grupos alvo bem como a capacitação institucional.

Questões Transversais

HIV/SIDA e Género

A implementação do **Plano Sectorial de Prevenção e Combate ao HIV/SIDA do MMAS** decorreu num ritmo normal. Porém, nota-se ainda que é necessária a adopção de novas estratégias que possam permitir um trabalho mais consentâneo e produtivo junto dos funcionários do sector.

Na área do **género** considera-se actividade relevante, para além da aprovação da PGEI, a implantação, em 2006, dos Conselhos Provinciais para o Avanço da Mulher (CPAM) nas províncias de Maputo, Sofala e Cabo Delgado. No entanto, observa-se ainda que a informação disponibilizada continua a não estar desagregada por distrito, dificultando, assim, a análise do seu impacto ao nível provincial e central.

Lições Aprendidas

De um modo geral, o MMAS e parceiros têm vindo a perceber que a assistência aos indivíduos ou grupos populacionais vulneráveis e vivendo em situação de pobreza absoluta é complexa e requer recursos avultados, envolvimento de um número de intervenientes cada vez mais elevado e uma maior articulação e coordenação a todos níveis na organização e prestação de serviços.

O envolvimento de quadros do MMAS, representantes dos parceiros de cooperação e das organizações da sociedade civil nos trabalhos de elaboração de planos de atendimento aos grupos alvo aprovados em 2006, revisão semestral de 2006, elaboração do CFMP e no presente trabalho de revisão conjunta, permitiu criar um grupo de trabalho que deve ser continuamente consolidado, sempre na perspectiva de garantir a intervenção concertada e coordenada em prol dos grupos alvo do sector.

Desafios

Definição do Plano Estratégico para o Sector (Estratégia de Intervenção da Protecção Social)

Considera-se um desafio e necessidade urgente a definição de um plano estratégico para o sector da Acção Social, bem como de uma estratégia operacional para a área da protecção social básica que oriente a implementação e expansão dos programas de assistência social. Estes instrumentos irão contribuir para a previsibilidade das necessidades reais do sector e interessar parcerias para assistência abrangente dos grupos alvo.

Monitoria e Avaliação

O MMAS reconhece que os parceiros da sociedade civil têm dado contributo significativo na capacitação institucional e na assistência dos grupos alvo. Porém, não existe um sistema único para a monitoria e avaliação das intervenções do sector, por parte de todos os intervenientes nas áreas da Mulher e da Acção Social. Neste momento, a falta de dados de base para os vários grupos alvo dificulta a medição do impacto das actividades realizadas, sobretudo no estabelecimento de uma relação entre o número de pessoas atendidas com as necessidades existentes.

Financiamento do Sector

A proporção do OE alocada ao MMAS tem-se mantido constante nos 0.7%. O aumento numérico do orçamento verificado ao longo dos anos da existência da instituição serviu para a correcção da inflação da moeda e continuando a não corresponder ao volume das actividades definidas em função do seu mandato.

Assim, urge garantir uma dotação orçamental significativa que permita ao MMAS realizar integralmente os sete serviços que definiu como prioritários: Protecção Social Básica; Atendimento pré-escolar; Acesso aos Serviços Sociais Básicos dos grupos em situação de vulnerabilidade (criança, mulher, PPD's e Idosos); Capacitação aos grupos alvo e parceiros; Localização e Reunificação Familiar; Promoção e Divulgação de Políticas, Estratégias, Planos da Acção e Padrões de Atendimento; Administração, Apoio Geral e Desenvolvimento Institucional. De salientar que os programas que integram estes serviços nunca foram contemplados no Orçamento do Estado, com excepção dos cinco programas mantidos pelo INAS (PSA, PASD, PBST, PGR e PDC) e Administração e Apoio Geral (despesas de funcionamento). Os restantes programas dependem de apoio financeiro dos parceiros que não é ainda sistemático e regular.

HIV/SIDA

1. Sumário Executivo

No quadro operativo do Plano Estratégico Nacional de Combate ao HIV/SIDA (PEN II – 2005-09), a Resposta Nacional à pandemia do HIV e SIDA continua a intensificar-se. Em 2006 foram alcançados progressos importantes no âmbito da realização e alcance das metas da matriz do QAD para 2006 (tratamento antiretroviral e mitigação dos impactos em COV). No entanto, uma meta da transmissão vertical do HIV não foi alcançada, ainda que ela tenha registado algum progresso.

As áreas que registaram um desempenho visível em 2006 foram as seguintes: (1) Significativo progresso foi alcançado na área do **tratamento antiretroviral** com um total de 44.100 pessoas a receberem tratamento em comparação com 27.000 no ano de 2005. Deste horizonte, cerca de 58% são mulheres e aproximadamente 8% são crianças menores de 15 anos de idade. A rede das unidades sanitárias oferecendo tratamento antiretroviral também cresceu de 38 em 2005 para 150 em 2006, cobrindo 70% de todos os distritos e, portanto, contribuindo para minimizar as assimetrias regionais no acesso ao Tratamento antiretroviral; (2) O Governo aprovou um plano multisectorial orçamentado para a **mitigação** da situação de Crianças Órfãs e Vulneráveis. Mais de 280.000 crianças foram alcançadas no âmbito da operacionalização deste plano com pelo menos três serviços básicos; (3) O **comprometimento político** na luta contra o HIV e SIDA foi reiterado e reforçado com o lançamento por S.Exa. o Presidente da República da Iniciativa Presidencial de Luta contra o SIDA, bem como a sua réplica nos Ministérios, Governos Provinciais e nos Distritos; (4) O número de **financiamentos providos pelo CNCS-SE para as organizações da sociedade civil e instituições do Governo aumentou** de 7 milhões de dólares americanos em 2005 para 9.7 milhões de dólares em 2006 e a média do tamanho dos valores financeiros providenciado à sociedade civil duplicou.

As áreas cujo desempenho não terá sido bom em 2006 foram: (1) Ainda que tenha havido esforço que resultou no aumento do número de unidades oferecendo PTV (de 82 em 2005 para 222 em 2006) e do número de mulheres aconselhadas e testadas em HIV, somente 12.150 mulheres grávidas sero-positivas receberam profilaxia para a **prevenção da transmissão vertical**, cobrindo, portanto, somente 8% das necessidades. Como resultado da cobertura limitada do PTV, cerca de 30.000 crianças nasceram com HIV em 2006 (metade destas crianças morrerão antes de alcançar 2 anos de vida); (2) O **financiamento do Governo na área do HIV e SIDA** para todos os sectores continua baixo. A alocação interna de recursos para o CNCS desceu de forma notável pela terceira vez consecutiva, tanto em termos absolutos como proporcionais. Em 2006, até 90% dos recursos alocados ao CNCS provinham de fontes externas; (3) A demora no recrutamento do Agente de Gestão de Subprojectos implicou que a **gestão das subvenções continuou a divergir a atenção do Secretariado do CNCS**, e particularmente dos Núcleos Provinciais, do seu mandato principal de coordenar e monitorizar a resposta Nacional e sub-nacional; (4) O **nível de execução financeira do Secretariado do CNCS continua baixo** (dos 28.2 milhões de dólares alocados, 16.6 foram gastos, ou seja 59%); (5) Os **programas de prevenção** estão a ser implementados eficientemente em menos de 50% das escolas, o que significa um estrangimento assinalável para a expansão da prevenção do HIV e SIDA entre crianças e

jovens; e (6) A **Lei de protecção de PVHS** submetida pela sociedade civil e por organizações de PVHS aguarda ainda apreciação e aprovação pelo Parlamento, passado já mais de um ano.

As principais lições aprendidas foram: (1) **Constrangimentos em recursos humanos e financeiros:** A resposta Nacional continua não dimensionada com as reais necessidades devido ao grande constrangimento de recursos humanos. Até à data, menos 20% de pessoas que procuram o TARV recebem tratamento e menos de 10% de mulheres grávidas sero-positivas recebem a profilaxia para a prevenção da transmissão vertical. Há necessidade de incremento de recursos humanos e financeiros de modo a dar-se resposta aos constrangimentos em recursos humanos que reduzem a capacidade de resposta à demanda dos serviços; (2) **Monitoria e avaliação:** A pandemia do HIV e SIDA é uma emergência Nacional, e ainda assim, somente uma ampla imagem do estágio da epidemia, sua distribuição geográfica e populacional, factores que a alimentam, comportamentos e respostas estão disponíveis em fontes baseadas em pesquisa. Só através do entendimento da proporção e distribuição da epidemia, factores que a alimentam e a cobertura, a qualidade e eficácia do custo da resposta colectiva dos vários implementadores, o CNCS poderá reunir os meios para planificar a coordenar a resposta Nacional. Neste sentido, é urgente fortalecer a capacidade de monitoria e avaliação dos Ministérios e do CNCS aos níveis Nacional e Provincial., (3) **Sistema de Gestão das Subvenções:** Quando o Agente de Gestão de Subprojectos iniciar as suas funções em 2007, será fundamental apoiar-se o CNCS e os seus Núcleos Provinciais na mudança do seu enfoque da gestão de subvenções para uma gestão estratégica efectiva, liderança e monitoria da resposta Nacional, bem como das respostas aos níveis provincial e distrital. Há também necessidade de aumentar a eficiência através do aumento do número de projectos de larga dimensão – os do tipo A e dos «Agentes facilitadores». Estes últimos são essenciais para o desenvolvimento de capacidades e transferência de recursos para as organizações pequenas ao nível das comunidades; e (4) **Alinhamento e harmonização:** Apesar do crescente esforço da coordenação e harmonização entre o Governo e seus parceiros, os custos transaccionais para o governo continuam altos. Continuam muitos os projectos/programas com mecanismos de desenvolvimento de relatórios diferenciados. Adicionalmente, o facto de a implementação do Memorando de Entendimento assinado em Março de 2006 se mostrar desafiador para alguns dos seus signatários (O MdE não foi operacionalizado durante o ano de 2006), revelou certos desafios enfrentados pelas organizações internacionais no sentido de adaptarem os Princípios da Declaração de Paris.

2. Análise do Desempenho em 2006

Desempenho à luz dos indicadores do QAD 2006

- **Indicador do QAD # 6:** Percentagem (e número) de mulheres grávidas HIV+ que recebem tratamento de profilaxia completa nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão vertical de mãe para a criança. Meta para 2006: 10% (16,000)

A meta não foi alcançada, mas houve progresso. 12,150 HIV + mulheres grávidas e 12,042 dos seus recém-nascidos receberam a profilaxia para a prevenção da transmissão do vírus de mãe para filho (PTV). A realização neste domínio em 2006 foi de cerca de **75% da meta anual do QAD de 2006**. Se comparativamente a 2005 foi registado progresso, atendendo que apenas 7,690 mulheres grávidas HIV + e 5,439 dos seus recém-nascidos receberam a profilaxia para a prevenção da transmissão vertical, o Programa de PTV apenas cobriu 8% da estimativa de mulheres grávidas vivendo com HIV ou SIDA em 2006 (146,000). Houve, todavia, um progresso significativo na expansão do PTV no País em 2006, com uma extensão para 140 novas unidades. O número de unidades de saúde oferecendo serviços de PTV no País agora

totaliza 222 (ou cerca de 110% da meta do PARPA II de 200 unidades em 2006), aumentado de 8 em 2002, 17 em 2003, 51 em 2004, 82 em 2005 e 222 em 2006. Como resultado desta expansão, o número de mulheres grávidas aconselhadas e testadas em HIV e SIDA nas unidades sanitárias quase duplicou entre 2005 e 2006, de cerca de 102.000 para cerca de 194.000.

- **Indicador do QAD # 7:** Percentagem (e número) de pessoas com infecção HIV avançada que recebem o TARV (terapia anti-retroviral) combinado segundo os protocolos nacionais (desagregados por sexo e por grupos etários (0-14, 15-24, 25 e + anos)). Meta para 2006: 15% (40,000)

A meta foi alcançada. Até ao fim do ano, 44,100 pessoas beneficiavam de TARV, alcançando cerca de **110% da meta anual do QAD de 2006**. Entre as pessoas beneficiando de TARV, cerca de 8% eram crianças abaixo de 15 anos de idade (ou cerca de 3,420 crianças – quase alcançando a meta do PARPA II de 3,686 crianças. A maioria das pessoas no TARV foram mulheres (58%). Até ao fim de 2006, havia um total de 150 unidades sanitárias oferecendo tratamento antiretroviral em comparação com apenas 35 em 2005, 32 destas unidades oferecendo agora tratamento pediátrico. Este facto aumentou significativamente o número de unidades sanitárias oferecendo tratamento antiretroviral, o que corresponde a 70% de todos os distritos, e na prática tal facto significa que as assimetrias iniciais em termos de distribuição geográfica do TARV – aproximadamente 60% da Unidades nos anos anteriores estavam localizados na Cidade e Província de Maputo – já começaram a ser corrigidas. Contudo, as disparidades em acesso continuam, com 34% das pessoas necessitadas tendo acesso ao tratamento na Região Sul do País, decrescendo para 11% na Região Centro, e 6% adicionais na Região Norte do País. Enquanto que o acesso ao tratamento se expandiu rapidamente, cerca de 80% das necessidades continuam sem serem satisfeitas (Havia em 2006 uma estimativa de 270,000 pessoas necessitando do tratamento).

- **Indicador do QAD # 8:** Percentagem de COV's abrangidos pelo Plano Nacional de Acção para as COVs, sem acesso a serviços básicos em 2005, com acesso a pelo menos três serviços básicos nos 12 meses anteriores (desagregados por sexo e por distrito). Meta para 2006: 5% de aumento a partir de informação de base de 10% em 2005 (ou 15% de COVs com acesso a serviços básicos em 2006 – i.e., 180.000 de um total de 1.2 milhões estabelecidas como meta no Plano de Acção de COVs).

A meta foi alcançada. Até ao fim do ano de 2006, 24% de COVs identificadas no Plano de Acção das COVs (ou acima de 280,000) tinha ganho acesso a pelo menos 3 serviços básicos⁸, alcançando cerca de 120% da meta anual de QAD de 2006. Na Secção da Acção Social do Balanço do PES, reporta-se que 62,918 COVs foram alcançadas com pelo menos 3 serviços básicos (ou 5.2% da meta de 1.2 milhões estabelecidos no Plano de Acção de COVs para o ano de 2006). Adicionalmente, através do apoio providenciado às Organizações da Sociedade Civil por vários parceiros bilaterais, multilaterais e instituições governamentais e não-governamentais, mas de 220,000 COVs foram alcançadas, correspondendo a 18% de COVs estabelecidas como Meta do Plano de Acção de COVs para 2006. Tendo em conta todas as fontes de informação disponíveis, a meta do QAD de 2006 foi portanto ultrapassada.

Execução Orçamental do Orçamento do CNCS-SE

⁸ Serviços básicos incluem saúde, educação, alimentação/nutrição, apoio psicossocial e apoio financeiro.

Em 2006, foram alocados US\$ 28.2 milhões de dólares americanos ao Plano Operacional Anual (POA) do CNCS-SE, dos quais US\$ 16.6 milhões foram aplicados (ou 59%). Enquanto o nível de execução orçamental do Secretariado Executivo do CNCS cresceu em comparação com os anos anteriores (49% em 2004 e 56% em 2005), de um modo geral o **nível de execução contínua baixo**. Este baixo nível de execução relaciona-se principalmente com a falta de recursos humanos nos Núcleos Provinciais, sistema complicado de gestão de subvenções (GMS), capacidade limitada das OCBs de implementar subprojectos e uma projecção de metas um tanto ou quanto ambiciosa no POA. Tal como nos anos anteriores, o nível de execução das componentes internas do orçamento do CNCS é mais alta (99%) que as suas componentes externas (55%) em 2006.

Enquanto que mais de 90% da assistência financeira externa ao Secretariado Executivo do CNCS foi registado no Orçamento do Estado em 2006, uma larga proporção não foi registada no Relatório da Execução Orçamental do Estado de 2006 (apenas cerca de 16 milhões de dólares americanos foram reportados de um total de 25 milhões de dólares americanos – ou seja cerca de 60%). Como resultado, **o nível de execução reportado Relatório da Execução Orçamental do Estado (99%) é mais alto que o nível de execução real**.

Ainda que os Sectores de Saúde e Educação tenham dedicado alguns recursos do estado ao HIV e SIDA, o financiamento do Governo para o HIV/SIDA em todos os sectores continua baixo. **A alocação interna de recursos do Estado para o CNCS-SE conheceu um notável decréscimo pelo terceiro ano consecutivo**, tanto em termos absolutos como em termos proporcionais (US\$ 4.3 milhões em 2004 ou seja 18% do orçamento total, US\$3.5 milhões em 2005 ou 15% do orçamento total, e US\$2.5 milhões em 2006 ou seja 9% do orçamento total). Enquanto que este decréscimo é proporcional ao aumento na componente externa, esta situação levanta preocupação uma vez que torna o CNCS numa das instituições fortemente dependentes do apoio externo em Moçambique. Adicionalmente a composição do portfolio dos doadores do CNCS é limitada, com mais de 60% das componentes externas dependendo de único doador (o Banco Mundial). A alocação de recursos adequados do Estado para o Secretariado do CNCS aos níveis Nacional e Provincial é desejável para assinalar o compromisso político à Resposta Nacional e garantir a sustentabilidade. No quadro do exercício do CFMP, o Secretariado do CNCS projectou um decréscimo global da assistência financeira externa e simultaneamente solicitou um aumento nas alocações internas (US\$3.5 milhões em 2008, US\$3.75 milhões em 2009 e US\$4 milhões em 2010).

Análise do progresso nas áreas do PEN II

- **Prevenção**

As realizações de assinalar nesta componente incluem: (1) **expansão da rede dos SAAJ** com 46 novos postos abertos, perfazendo um número total de 179 SAAJ abertos no País (ou 89% da meta do PARPA 2006 que foi fixado em 200); (2) **integração da educação em HIV e SIDA no curriculum da educação básica**; (3) **aumento da disponibilidade de preservativos masculinos**, com 43 milhões de preservativos distribuídos (em comparação com 30 milhões em 2005); (4) integração do PTV com outros serviços de saúde e a introdução do sistema de opção (*opt out approach*) para testagem nas consultas pré-natais e maternidades, o que contribuiu significativamente para o **aumento dos postos que oferecem o PTV** e no aumento de mulheres recebendo o tratamento antiretroviral; e (5) Aprovação da **estratégia de comunicação para o HIV e SIDA** e o lançamento da campanha sobre a Janela de Esperança

cingindo-se a uma campanha de prevenção em HIV e SIDA para as faixas etárias dos 10-14 anos.

Os principais factores que poderiam melhorar o desempenho na área da prevenção incluem: (1) **O desenho e utilização de mensagens de prevenção simples** e claras baseadas no conhecimento que se tem sobre os principais factores que alimentam a epidemia; (2) **aceleração da provisão de pacotes de habilidades para vida aos professores** para alargar os programas de educação para a prevenção do HIV e SIDA nas escolas e integração das componentes de HIV e SIDA no ensino secundário; (3) aumentar os esforços da **prevenção orientados para a população adulta**, especialmente os homens; (4) **melhorar as ligações entre a demanda e oferta na provisão do preservativo** por forma a aumentar o uso deste meio preventivo; (5) **optimizar as ligações com os serviços de referência** (exemplo Consultas pré-natais, PTV e consulta da criança em risco); monitorar de perto a aderência e providenciar apoio psicológico qualitativo para reduzir as desistências; (6) **avaliar a eficácia dos programas** em curso tais como SAAJs, Geração BIZ, Pacote Básico, Programas de consciencialização nas escolas para PVHS e expandir a cobertura dos programas de prevenção nas escolas (menos de 50% das escolas do ensino primário e secundário cobertas).

- **Advocacia**

As realizações de assinalar nesta componente incluem: (1) lançamento da **Iniciativa Presidencial de Luta contra o HIV e SIDA** e sua réplica subsequente em 20 ministérios e 11 províncias, o que ajudou a aumentar o cometimento político ao longo do País, tendo também ajudado a difundir e a melhorar o conhecimento sobre a pandemia do HIV e SIDA e encorajado a população a adoptar métodos preventivos e de mitigação das consequências da pandemia; (2) A Conferência sobre COVs no contexto do HIV e SIDA contribuiu para advogar para um **maior envolvimento dos Parlamentares na luta contra o HIV e SIDA** e seus impactos nas crianças e (3) **aumento do envolvimento do sector privado** na resposta ao HIV e SIDA.

Os principais factores que poderiam melhorar o desempenho na área da advocacia incluem: (1) o facto de a Iniciativa Presidencial ter criado uma grande força viva que precisa de ser mantida por forma a assegurar que não tenha sido apenas uma iniciativa pontual. Isto exige um maior aprofundamento da riqueza das contribuições geradas nos vários encontros e, particularmente, uma monitorização das recomendações que foram avançadas. É também importante que os **líderes promovam constantemente a mesma abordagem simples composta de mensagens claras sobre a prevenção** e actuem como modelos no Combate ao estigma no local de trabalho (2) **Forte advocacia no sector público continua a ser necessária**, particularmente entre os profissionais da saúde, que são um os grupos profissionais mais expostos ao HIV e SIDA.

- **Estigma e discriminação**

Os factores que poderiam ter concorrido para aumentar o desempenho nesta componente incluem o facto de a MONASO e organizações de PVHS terem submetido há um ano uma Lei de protecção de PVHS mais ampla ao Parlamento Moçambicano, uma vez que a Lei aprovada – 5/2002 limita-se apenas a olhar para a questão da discriminação no local de trabalho, não oferecendo portanto um escopo mais geral de protecção de PVHS. Esta Lei ainda aguarda uma apreciação e aprovação naquele órgão legislativo. Adicionalmente, refira-se que a tradução dos princípios de promoção e protecção dos direitos humanos e acesso igual aos serviços de

atendimento ao HIV/SIDA aprovados pelo Conselho de Ministros no PEN II continuam ainda por ser traduzidos numa legislação, tendo os seus efeitos ainda limitados.

- **Tratamento**

As realizações de assinalar nesta componente incluem: (1) A integração do serviço do TARV com outros serviços de saúde facilitou a acessibilidade ao tratamento. O treinamento do pessoal de saúde de um modo geral também contribuiu para a **expansão do número de pessoas beneficiando do TARV**; (2) na área do PTV, o fortalecimento do serviço de consulta pré-natal e da infra-estrutura de tratamento e especificamente a ligação entre a contagem do CD4, a testagem e consulta (e observação) pré-natal ajudaram a **aumentar o número de mulheres grávidas que receberam o TARV** (950 em 2006 em comparação com 554 em 2005).

Os principais factores que poderiam melhorar o desempenho na área do tratamento incluem:

(1) O fornecimento atempando de **dados qualitativos para uma melhor planificação e orçamentação**, para demonstração dos resultados e para manter todos os parceiros, particularmente os financiadores verticais, ancorados nos sistemas liderados pelo Ministério da Saúde, a fortalecerem a abordagem ao HIV e SIDA; (2) **Integração dos serviços do HIV e SIDA com outros serviços de saúde essenciais**, especialmente a Tuberculose e Saúde Reprodutiva continua a ser um desafio prático e logístico. Os sistemas de referência precisam de ser reforçados pois continuam fragilizados; (3) **Os serviços complementares para um programa de tratamento precisam de ser melhorados (cuidados domiciliários)**. A meta de 200 unidades sanitárias envolvidas em cuidados domiciliários não foi atingida (o total foi de 156). Contudo, o MISAU trabalhou em estreita colaboração com o CNCS a nível provincial e treinou Pontos Focais do MISAU e dos Núcleos Coordenadores em normas de cuidados e pacotes básicos de cuidados domiciliários e desenvolveu critérios para a aprovação de projectos. Permanece um desafio assegurar alimentação e segurança alimentar para as PVHS; (4) **Intervenções essenciais tais como tratamento pediátrico tem ainda que otimizar a ligação com PTV**, e de facto arriscam potencialmente a criar sombra ao PTV como uma intervenção essencial a não ser que esta seja fortalecida; (5) Expandir a boa prática do **uso de activistas para monitorizar a aderência e reduzir as desistências**; e (6) Estabelecer sistemas de seguimento e monitorização da resistência ao tratamento.

- **Mitigação**

As realizações de assinalar nesta componente incluem: (1) Um plano de acção multisectorial orçamentado para dar resposta a situação das crianças órfãs e vulneráveis no contexto da pandemia do HIV e SIDA foi aprovado pelo Conselho de Ministros. O plano prevê a provisão de serviços mínimos para as crianças mais vulneráveis a partir de 2005 até 2010. Em 2006, 1,2 milhões de COVs foram projectadas no Plano, com um custo de US\$ 71 milhões– **mais de 280,000 COVs (ou seja 24% do planificado no plano) foram alcançadas e estimuladas com estes serviços**.

Os principais factores que poderiam melhorar o desempenho na área da mitigação incluem: (1)

O estabelecimento de um **sistema integrado de monitoria e avaliação no Sector da Acção Social**, para um relato sistemático da situação das crianças em termos de números alcançados tanto pela acção directa do Governo como das estruturas da sociedade civil; (2) A **capacidade limitada do Ministério da Mulher e Acção Social aos níveis provincial e distrital** continua um grande constrangimento, limitando a habilidade do MMAS de monitorar adequadamente e coordenar as intervenções da sociedade civil na área de cuidados e protecção de COVs, o que é

crítico no sentido de assegurar padrões mínimos de cuidados e a provisão de um leque completo de serviços básicos de acordo com o Plano de Acção para OVCs; (3) O número de pessoas com doenças crónicas e beneficiários do **Programa de Protecção Social do INAS (subsídio de alimentos) continua limitado** (são cerca de 900 de um total de 157.000). Adicionalmente, o programa não se direcciona explicitamente a PVHS e agregados familiares cuidando de COVs. É necessário efectivamente redobrar esforços para a expansão da transferência do apoio monetário no quadro do programa de apoio directo como uma medida efectiva para mitigar o impacto do HIV/SIDA nas populações mais vulneráveis; (4) Desenvolvimento de **critérios claros de aprovação de subprojectos na área da mitigação** bem como indicadores padronizados para supervisão, MeA.

- **Pesquisa**

As realizações de assinalar nesta componente incluem: (1) Foi iniciado o **exercício da Avaliação Global dos Gastos em HIV e SIDA (NASA)** por forma a poder-se seguir, monitorizar e documentar as alocações orçamentais e os gastos nas sete áreas do PEN II; (2) foi iniciada a **abordagem multisectorial e integrada** desta componente com o estabelecimento de uma equipa técnica representativa dos sectores e instituições que promovem e desenvolvem pesquisa com incidência para a área do HIV e SIDA. Os desenvolvimentos conseguidos traduziram-se na formulação de um documento base sobre contexto em que a pesquisa neste âmbito deverá desenrolar-se, tendo-se de igual modo iniciado, através do Ministério de Ciência e Tecnologia o **mapeamento de toda a pesquisa existente** no país para sua análise e documentação com vista ao diagnóstico e priorização de necessidades nesta área à luz das orientações temáticas do PEN II; e (3) Foi também iniciada a **elaboração da agenda de pesquisa**, a mobilização de parceiros chave sobretudo para o equacionamento dos financiamentos, facilitação desenvolvimento de parceiras com instituições de pesquisa fora do país e de reconhecido mérito, bem como a formulação do programa de gestão de conhecimentos e o estabelecimento de base de dados de pesquisadores nacionais.

- **Coordenação**

As realizações de assinalar nesta componente incluem: (1) **crecente investimento para o alargamento de parceiros na resposta Nacional** aos vários níveis e, particularmente, para o fortalecimento de capacidades de articulação da problemática do HIV e SIDA a luz do Plano Estratégico Nacional II. A coordenação neste domínio conheceu alguns avanços ao nível dos sectores público, privado e com as organizações da sociedade civil; (2) A **estratégia de comunicação** agora em implementação aos vários níveis e com uma participação directa de actores de base oferece uma oportunidade para o alargamento da disseminação do PEN II, incluindo para a convergência de objectivos e estratégias de actuação para um cumprimento mais visível das principais recomendações deste documento. Também oferece uma oportunidade para o fortalecimento da coordenação e consolidação da filosofia dos três uns; (3) A **coordenação com parceiros internacionais melhorou significativamente** através da sua vinculação no Fórum de Parceiros, a luz do memorando de Entendimento assinado o ano passado e do Código de Conduta que tem vindo a reger as relações destes com diferentes intervenientes.

Os principais factores que poderiam melhorar o desempenho na área da coordenação incluem: (1) o facto de a **descentralização das acções** que marcará maior envolvimento de actores aos níveis provincial e distrital carecer ainda de internalização não apenas de procedimentos mas de toda a filosofia do *mainstreaming* do HIV e SIDA; (2) o facto de a componente de

monitoria e avaliação que deverá jogar um papel chave na documentação, análise e tratamento de informação recolhida aos vários níveis precisar de um reforço redobrado para que possa alimentar os níveis estratégico e político, com vista a uma coordenação multisectorial informada ao nível de ir de encontro as expectativas dos vários intervenientes; (3) o facto de a implementação do Memorando de Entendimento assinado em Março de 2006 se mostrar desafiador para alguns dos seus signatários (O MdE não foi operacionalizado durante o ano de 2006), revelando certos **desafios enfrentados pelas organizações internacionais no sentido de adoptarem os Princípios da Declaração de Paris**. Adicionalmente, continua como desafio o melhoramento da partilha de informação importante e do cruzamento de dados de financiamento directo para os sectores para uma coordenação financeira que responda cabalmente ao princípio do alinhamento defendido pela Declaração de Paris; (4) a necessidade da melhoria da **coordenação entre o Sector de Saúde ao nível provincial e os NPCS**, bem como o estreitamento da coordenação na abordagem dos indicadores chave da componente de HIV e SIDA entre o MISAU e o CNCS.

3. Progressos no Sistema de Gestão das Subvenções

O volume de financiamento providenciados pelo Secretariado do CNCS as organizações cresceu significativamente. Em 2006, 1,003 subprojecto foram aprovados (50 da categoria A, 197 da categoria B e 756 da categoria C). Muitos dos projectos aprovados em 2006 foram para as áreas de prevenção (49%) e mitigação dos impactos do HIV e SIDA (36%). Em termos de desembolsos, O CNCS desembolsou em 2006 US\$ 9.8 milhões para a sociedade civil, dos quais a maioria (US\$ 6.1 milhões ou seja 63% do total de desembolsos) foi para grandes subprojectos da categoria A (i.e. acima de US\$ 20,000). O **numero de subprojectos menores, particularmente dos que valem menos que US\$ 5,000 (subprojectos de categoria C), todavia, continua muito alto** (756 subprojectos da categoria C aprovados em 2006). Os desembolsos relativamente a pequenos subprojectos (B e C) cresceram proporcionalmente em comparação com 2005, de 29% dos desembolsos totais em 2005 (US\$ 2 milhões de um total de US\$ 7 milhões desembolsados) para 37% em 2006 (US\$ 3.6 milhões de um total desembolsado em US\$ 9.8 milhões). Esta situação levanta uma preocupação particular uma vez que pequenos subprojectos colocam um peso administrativo muito grande aos NPCS, mas em contrapartida são os que, de acordo com as avaliações feitas, revelam produzir impactos mais visíveis. Como tal, **a gestão das subvenções continua a desviar a atenção do Secretariado do CNCS, e particularmente dos NPCS, do seu mandato chave de coordenar e fazer a monitoria da resposta Nacional**. As duas iniciativas desencadeadas para reduzir este peso, nomeadamente a subcontratação da Gestão das Subvenções (GMS) para um agente, e a simplificação e harmonização dos procedimentos operacionais do GMS ainda não estão efectivos.

4. Principais lições aprendidas

Feminização do HIV e SIDA. Apesar de a sero-prevalência ser alta entre todos os grupos populacionais, as estimativas de prevalência entre jovens e mulheres de menor idade são altas – 22% de mulheres nas idades entre 20-24, em comparação com 7% dos homens, eram HIV positivo em 2005 (Impacto Demográfico). O desenvolvimento de programas específicos orientados para estes grupos de risco é essencial. Este aspecto inclui esforços para atacar a questão dos desequilíbrios de género e as normas sociais que tornam a mulher, e particularmente as raparigas, mais susceptíveis a infecção com HIV; o melhoramento da matrícula escolar e retenção da rapariga a todos os níveis, particularmente EP1 e EP2 e uma necessidade constante; atacar a violência baseada no género, e apoiar os actores que providenciam cuidados aos

doentes e órfãos e uma necessidade também constante (quase mulheres e raparigas integralmente).

Monitoria & Avaliação. Em 2006 o Relatório Anual do CNCS indica que os indicadores de desempenho contra os objectivos específicos estabelecidos no POA 2006 foram limitados. Indicadores claros para monitorizar a implementação do POA e da resposta Nacional têm de ser definidos (em 2006, o POA não incluíam indicadores de desempenho, a excepção da gestão das subvenções). A análise do progresso a ser sistematizada e ligado aos planos operacionais subsequentes – requerem um reforço urgente da capacidade em Monitoria e Avaliação no NPC. Igualmente, a capacidade de todos os actores para monitorizar a implementação e impacto da resposta Nacional, sob a coordenação geral do Secretariado do CNCS e seus Núcleos Provinciais precisam de ser urgentemente reforçados.

Sistema de Gestão das Subvenções. A gestão das subvenções (GMS) continua a divergir a atenção do Secretariado do CNCS, e particularmente os seus Núcleos Provinciais, do seu mandato chave de coordenar e monitorizar a resposta Nacional e sub-nacional. Tendo em conta que a subcontratação de um agente para se ocupar da gestão das subvenções se tornara efectiva em 2007, será essencial apoiar o desenvolvimento de capacidades e institucional do CNCS de um modo geral, particularmente dos seus núcleos Provinciais, para mudar o foco de gestão de subvenções para uma coordenação estratégica efectiva, liderança e monitoria da resposta aos níveis Nacional, provincial e distrital. Há também necessidade de aumentar a eficiência por vias do incremento de subprojectos de categoria A e dos Agentes facilitadores. Este último tendo em vista a necessidade de apoiar o desenvolvimento de capacidades e transferência de fundos para as OCBs ao nível distrital e local.

Alinhamento e harmonização. Apesar do crescente esforço da coordenação e harmonização entre o Governo e seus parceiros, os custos transaccionais para o governo continuam altos. Continuam muitos os projectos/programas com mecanismos de desenvolvimento de relatórios diferenciados. Algumas agências continuam a operar fora dos sistemas dos Fundos Comuns e não estão de igual modo a operar dentro de um quadro racionalmente definido de prioridades. Não ser possível para uma dada agência se junta ao Fundo Comum, era de recomendar que tal agência alinhasse ao menos os seus procedimentos, processos e mecanismos de produção de relatórios com os comumente usados no Fundo comum, por forma a reduzir custos transaccionais para o Governo.

A resposta Nacional continua não dimensionada com as reais necessidades devido ao grande constrangimento de recursos humanos. Até a data menos 20% de pessoas que demandam o TARV recebem tratamento e menos de 10% de mulheres grávidas sero-positivas recebem a profilaxia para a prevenção da transmissão vertical. A capacidade limitada do PTV significa que cerca de 30,000 crianças nasceram com HIV em 2006 (mais de metade destas crianças irá morrer antes de chegar aos 2 anos de vida). Há necessidade de incremento nos domínios de recursos humanos e financeiros de modo a dar-se resposta aos constrangimentos em recursos humanos que reduzem a capacidade de resposta a demanda dos serviços, por forma a tornar realizáveis as metas do PEN II e do PARPA II. É também particularmente crítico por em prática opções alternativas de expansão dos serviços do PTV e TARV.

Tem-se mostrado um desafio assegurar um equilíbrio adequado entre a urgência de expandir e a necessidade de garantir intervenções seguras e de qualidade, particularmente tendo em conta que a medida em que os números em tratamento aumentam vai-se para regimes mais complicados. As lições aprendidas desde a fase inicial da implementação do PEN Saúde resultaram em modificações as abordagens iniciais, com mais foco para a integração e

descentralização dos serviços de atendimento ao HIV e SIDA. Esta nova abordagem assumida pelo MISAU em direccionar a expansão do acesso para as zonas rurais, e desencadear o treinamento generalizado de profissionais da saúde na gestão do TARV tem facilitado sobremaneira a expansão e o acesso ao tratamento. O treinamento de ‘Técnicos de Medicina’ in em diagnóstico, iniciação do regime da primeira linha do TARV e seguimento de pacientes em tratamento, bem como aumento da acesso descentralizado aos meios de diagnóstico tais como aparelhos de contagem do CD4 tem sido uma questão central nesta expansão da resposta, bem como a indicação dos coordenadores provinciais das grandes endemias-HIV/AIDS/TB/Malária.

Maior flexibilidade e necessária no financiamento de despesas de funcionamento através da assistência externa. Dada a situação de ‘emergência’, alguma flexibilidade no financiamento de gastos operacionais de funcionamento através da assistência externa precisa de ser combinada com o aumento da alocação do orçamento do estado aos vários sectores da economia de modo a assegurar sustentabilidade das intervenções em curso e futuras. O dinamismo da expansão de serviços de resposta ao HIV e SIDA esta em competição crescente com a necessidade de aumentar ou pelo menos manter a qualidade dos serviços existentes. Como resultado, os orçamentos correntes para salários e bens e serviços estão em rota de colisão com a necessidade de financiar os gastos operacionais da expansão dos sistemas e a necessidade de respeitar os constrangimentos fiscais necessários para a manutenção da estabilidade macroeconomia (i.e. balanceando o investimento com os custos recorrentes).

Necessidade de aumento da alocação dos recursos financeiros internos. A alocação de recursos internos adequados para as instituições do Governo e para o CNCS aos níveis central e provincial continua necessária para assinalar o cometimento político a resposta Nacional e assegurar sustentabilidade. O orçamento anual do CNCS-SE não compadece com a escala da epidemia do HIV e SIDA. Não pode assim financiar adequadamente os planos sectoriais e as políticas de HIV e SIDA de todos os Ministérios. E, portanto, necessário que cada sector assegure os seus financiamentos internos para os seus planos de Combate ao SIDA. O CNCS tem solicitado incremento orçamento do Orçamento do Estado de modo a aumentar a sua capacidade de recursos humanos aos níveis provincial e distrital nos domínios programático, monitoria e avaliação e financeiro (3 técnicos por cada NPC). Esta solicitação ainda aguarda resposta. Como resultado, o CNCS fez recurso a fontes externas para satisfazer esta demanda Esta e uma questão critica nas províncias centrais do país, dada a situação da emergência, o CNCS precisa mesmo de fortalecer a sua capacidade de recursos humanos nos NPC, onde em media são esperados lidar com 35% de projectos adicionais por província em comparação com o resto do país. Esta cada vez mais problemática para o CNCS expandir geograficamente os serviços e aumentar a capacidade de absorção sem aumentar a capacidade de profissionais chave qualificados.

Género

1. Sumário Executivo

O alcance dos objectivos estratégicos do PES e do PARPA, a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento económico, requerem um compromisso nacional e acção para melhorar a igualdade e equidade do género. O indicador do QAD “Aprovação e iniciação da implementação da Política de Género e Estratégia de Implementação” **não foi atingido mas com progresso**. A PGEI foi aprovada pelo Conselho de Ministros e espera aprovação pelo parlamento.

2. Áreas de melhor desempenho:

- O Sector da Mulher e Acção Social mostrou avanços na componente de capacitação, particularmente sobre a Lei da Família; Orçamento na Óptica de Género;
- Aprovação a nível nacional da Proposta de Lei Contra a Violência Domestica;
- Entrega da Proposta de Lei Contra a Violência Domestica
- Implantação dos Conselhos Técnicos para o Avanço da Mulher em todas as províncias
- Criação de unidades de Género em todos os Distritos com vista ao aumento da sensibilidade as questões de género no sector da educação.
- Foram criadas Unidades de género em mais sectores.
- O fosso de género está a diminuir ao nível do ensino primário do primeiro grau (EP1) (taxa líquida de escolarização de rapariga - meta: 86%; resultado: 86%; com a percentagem de raparigas a frequentar o EP1, aumentando de 46,3% em 2005 para 46,8%.em 2006)
- A meta para a cobertura da água rural foi atingida (meta: 42%; resultado: 42%)

3. Áreas do fraco desempenho em 2006:

- O sector da saúde mostrou um crescimento da mortalidade materna, redução de partos institucionais e transmissão vertical. Sendo uma área que afecta principalmente as mulheres, considera-se uma grande falha no objectivo de empoderamento das mulheres este fraco desempenho, quaisquer que sejam as razões
- A inexistência de mecanismos de avaliação do Sector da Mulher e Acção Social dificulta a análise do desempenho (ex. reunião anual; relatórios de progresso, etc.)
- No ensino primário do segundo grau (EP2) e no ensino secundário.(ESG) o fosso de género continua ser grande, e aumenta a cada nível mais alto (resultado: EP2 = 41.9%, ESG1 = 42.2%; e ESG2 = 38.9%)
- Na área de HIV, da meta de 16.000 mulheres grávidas seropositivas recebendo profilaxia anti-retroviral, apenas 12.150 mulheres foram abrangidas, o que corresponde a 75.94% de cumprimento do plano.

4. Principais Lições Aprendidas no Sector

- Há uma contínua necessidade de informação desagregada por sexo para permitir fazer análises. Sem dados desagregados torna-se difícil identificar os esforços empreendidos para promover a igualdade de género e empoderamento da mulher.
- O sector precisa introduzir análise do impacto (avaliação qualitativa) nos programas de empoderamento da mulher (ex.: programas de geração de rendimentos; programas de capacitação), à semelhança de outros sectores (Educação, HIV e SIDA).
- É necessário institucionalizar mecanismos de avaliação do Sector, com indicadores claros. Isto diz respeito também a outros sectores que constam nos indicadores do QAD.

Avaliação do Desempenho de 2006

O balanço da Execução Orçamental não permite avaliar que recursos foram alocados para as actividades que visam a equidade de género. Portanto, seria importante usar o CFMP para especificar as previsões para a promoção da equidade de género.

Factores de Realçam o desempenho:

- A Institucionalização de Mecanismos de Género, nomeadamente a Criação duma direcção de Assuntos Especiais no MEC;
- A Adopção da Lei da Violência entre a Sociedade Civil e sua entrega ao Parlamento; A entrada da Proposta de Lei Contra a Violência Domestica no Parlamento;
- A formalização da parceria entre o Gabinete da Mulher Parlamentar e as mulheres da Sociedade Civil;
- A reactivação da criação da Rede das Mulheres Ministras e Parlamentares com apresentação das propostas de Regulamento e de Estatuto da Rede;
- Reforço de Parcerias com vista a promoção da igualdade de género;

Factores que impediram o desempenho no sector:

- A não aprovação da Política de Género pelo Parlamento é um factor limitante.
- A falta de indicadores desagregados por sexo para auxiliar na planificação dos sectores dificulta a implementação das iniciativas em prol da equidade de género;
- A falta de mecanismos de avaliação do Sector, com indicadores desagregados por sexo e outros programas específicos de género, dificulta a avaliação do desempenho.
- A falta de institucionalização das Unidades de Género;
- A fraca colaboração intra e interministerial é um desafio para os pontos focais e unidades de género.
- A colocação do género numa Direcção com vários outros assuntos a tratar (e.g. Saúde da Comunidade tem saúde materna infantil, saúde ambiental comunicação; DIPE tem desporto, saúde, HIV, nutrição, etc.), tende diluir a importância do assunto e diminuir o tempo disponível nos encontros das respectivas Direcções)

No âmbito da reforma do Sector Publico foi feito um estudo para avaliar o nível de integração de Género nos Recursos Humanos da Função Publica. Este estudo irá alimentar a segunda fase do

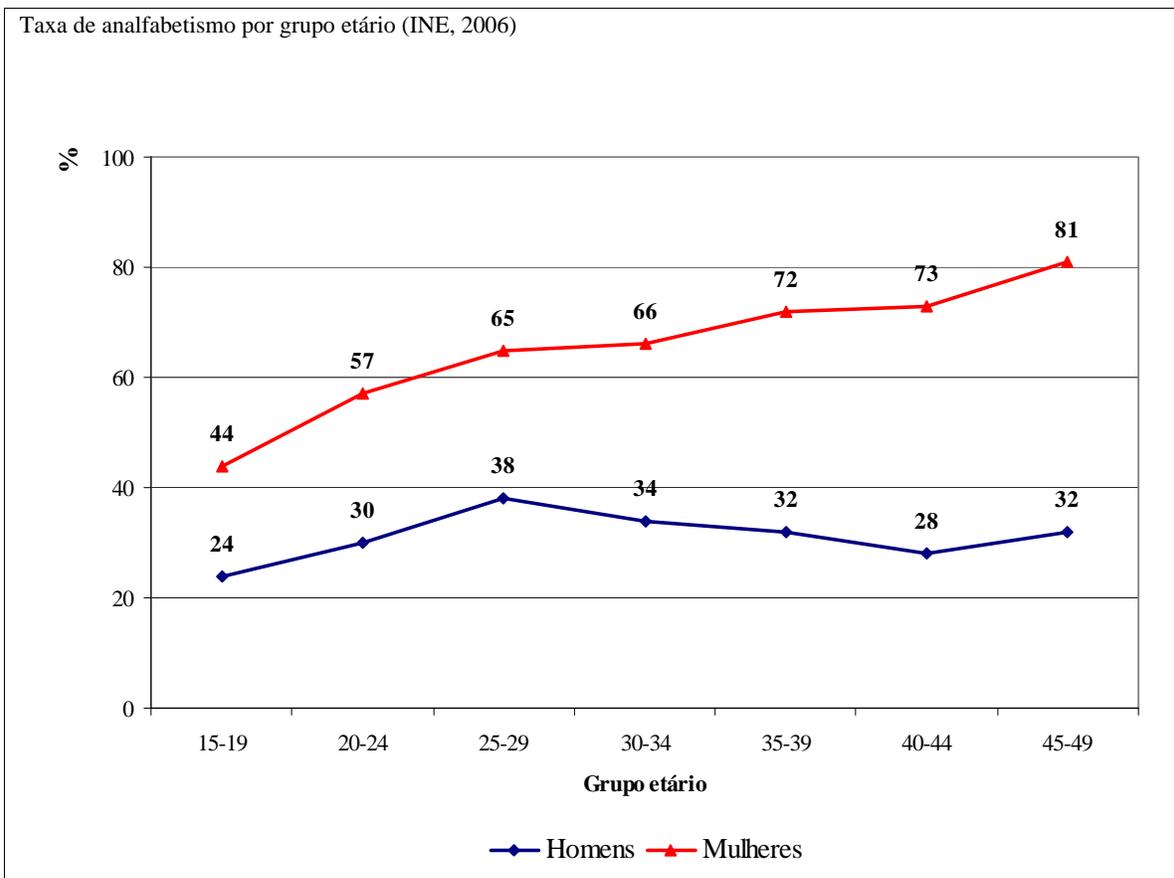
processo de reforma do Sector Publico e a Estratégia de Género nos Recursos Humanos da Função Publica.

Foi elaborado e divulgado um guião para Integração de Género no processo da Planificação Descentralizada, instrumento orientador para a promoção da equidade de género.

Foi também integrada a componente género no guião metodológico para a elaboração do PES e Orçamento do Estado.

O desafio é de trazer os instrumentos produzidos no nível central para serem conhecidos no nível local e capacitar as pessoas para a sua utilização.

No âmbito da Educação, indicadores do INE de 2006 mostram uma tendência de diminuição das diferencias baseadas no género em grupos etários mais novos, que é relacionada directamente ao acesso do aumento das meninas à instrução. Entretanto, os indicadores também mostram que há ainda um longo caminho por percorrer.



Segurança Alimentar e Nutricional

1. Sumário Executivo

Embora SAN não seja parte do QAD de 2006, devido a sua importância na redução da pobreza foi feita uma análise no âmbito da Revisão Conjunta 2007, com base nas suas três importantes componentes: Disponibilidade alimentar (produção, oferta, reservas alimentares, etc.); Acesso dos alimentos (fontes e nível de rendimento, mercados e infra-estrutura) e Utilização dos alimentos (qualidade da dieta, número de refeições, saúde, acesso à água, estado nutricional das crianças e respectivas mães, etc.). O ano 2006 foi considerado um ano “normal”, devido ao bom desempenho da primeira e segunda época agrícola, bom desenvolvimento da pecuária e estabilidade dos preços na maioria dos mercados no país. A disponibilidade de alimentos tanto ao nível dos agregados familiares (AFs), bem como nos mercados foi satisfatória. O acesso aos alimentos foi razoável ao nível dos AFs graças à relativa estabilidade da oferta e procura dos produtos alimentares que prevaleceu na maioria dos mercados no País. Contudo, nas zonas remotas, os preços foram mais altos e o acesso aos produtos básicos foi limitado para as famílias mais pobres. Não se verificaram níveis preocupantes de desnutrição aguda no país. O índice de CI⁹ melhorou devido à estabilidade da disponibilidade alimentar, à não ocorrência de choques climáticos e a implementação de intervenções que visavam mitigar os efeitos da InSAN nos grupos vulneráveis, incluindo as crianças menores de 5 anos. Por outro lado, a desnutrição crónica, reflectida no BPN¹⁰, ocorrência de malária ou anemia nas mães gestantes continuou preocupante nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia e nalguns distritos das províncias de Gaza e Inhambane. Este indicador continuou a ser uma ameaça para o desenvolvimento do capital humano.

O SETSAN realizou o estudo de base de SAN que fornecerá uma análise mais aprofundada sobre a relação da insegurança alimentar e malnutrição no seu conjunto que ajudará a pesquisa e agenda política nesta área. O SETSAN pretende que os resultados deste estudo sejam validados pelo INE e integrados como uma base de dados para a monitoria da pobreza. Este estudo de base iniciado em 2006, constituirá um valor acrescentado para a revisão da ESAN em curso, a preparação dos PEDD e a melhoria da preparação do PASAN.

Continua a não existir uma análise da despesa multi-sectorial em Segurança Alimentar e Nutricional e a identificação de instrumentos para assegurar a desagregação das alocações sectoriais e das despesas nesta área e existe a necessidade de se conhecer melhor as formas de vida e factores associados aos problemas crónicos da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) no país.

2. Avaliação do Desempenho em 2006

Em 2006, o SETSAN iniciou o processo de revisão da ESAN e reforçou o processo da sua descentralização, através de capacitação do pessoal técnico a todos os níveis em avaliação de SAN. Este exercício levará também ao fortalecimento e descentralização de análise e aviso prévio de SAN aos níveis provinciais e distritais.

Disponibilidade de Alimentos

⁹ CI – Crescimento Insuficiente

¹⁰ BPN – Baixo Peso a Nascimento

A situação de Segurança Alimentar e Nutricional no país era estável, contudo, cerca de 240.000 pessoas se encontravam em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional Crónica prevendo-se que este cenário prevaleça até início de 2007.

A disponibilidade de alimentos foi assegurada pelos elevados níveis de produção agrícola e pecuária observados na campanha 2005/06 e a contribuição dos produtos pesqueiros.

O desempenho da segunda época agrícola (Junho-Setembro 2006) foi considerado bom a satisfatório em todo o país e a segunda época contribuiu positivamente em cerca de 10% para a disponibilidade de alimentos ao nível dos AFs e para a geração de renda.

Apesar da peste suína que se registou na Província de Gaza (Mabalane) verificou-se um bom desempenho da pecuária. A disponibilidade de pasto e água foi relativamente reduzida todavia as condições de pecuária foram significativamente melhores que aquelas observadas em 2005.

Acesso aos alimentos

A maioria dos agregados familiares teve acesso adequado aos alimentos uma vez que os principais mercados se encontravam bem abastecidos o que demonstra uma relativa estabilidade em termos de oferta. Os preços, de um modo geral mantiveram-se estáveis.

Quanto ao milho, a campanha agrícola 2005/06 foi melhor que a anterior o que proporcionou disponibilidade até Dezembro e ligeiras variações de preços, prevalecendo uma boa dinâmica entre a procura e a oferta dos produtos agrícolas, contribuindo para este equilíbrio a redução do escoamento dos produtos nacionais para os países vizinhos.

Em relação aos outros produtos de consumo, os preços registaram ligeiras variações com tendências crescentes ao longo do ano. Contudo, é de referir que ao contrário dos anos anteriores a maior parte dos produtos não registou subidas no mês de Dezembro com excepção de açúcar, farinha de trigo na Zona Sul, açúcar e milho na Zona Centro e açúcar, farinha de trigo, milho e óleo alimentar na Zona Norte do país que registaram ligeiras subidas.

Utilização de alimentos

Segundo os dados de análise de vulnerabilidade à Insegurança Alimentar e Nutricional, entre Outubro de 2005 e Outubro de 2006, a situação nutricional registou melhorias tendo atingido desde Maio de 2006 níveis aceitáveis devido essencialmente à maior disponibilidades e acesso aos alimentos ao nível dos agregados familiares, possibilitando a existência de uma dieta alimentar equilibrada.

Nas regiões Sul e Centro houve aumento do número médio de refeições consumidas pelos agregados familiares passando-se de uma refeição em Outubro de 2005 para 2 a 3 em Outubro de 2006. No entanto, a região norte registou uma redução do número médio de refeições diárias de duas para uma.

Os indicadores de vigilância nutricional confirmam esses progressos, tendo os níveis de desnutrição aguda melhorado na maioria dos distritos, em Outubro de 2006 e o Índice de Crescimento Insuficiente nas crianças menores de 5 anos atingiu níveis considerados aceitáveis (5.6%), longe do limite de alarme (16-30%).

A desnutrição crónica também melhorou significativamente, pois, o Baixo Peso a Nascimento (BPN), registou uma redução para níveis inferiores a 7%, o limite considerado de gravidade.

Assim, em Agosto de 2006 apenas alguns distritos das Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Zambézia e Gaza e Inhambane apresentavam níveis ainda preocupantes. Contribuiu, em parte, para as melhorias no estado nutricional da população, o aumento do consumo de água potável, fruto do aumento da cobertura no abastecimento de água para a população, sobretudo rural, com reabilitação/construção de fontes de água.

No entanto, continua a verificar-se a ocorrência de doenças endémicas, com maior incidência em Nampula e Gaza; Diarreias, cólera e tuberculose foram também registadas com preocupação nas províncias de Sofala, Nampula, Zambézia e Manica. O estado nutricional da população terá sido afectado pela crescente incidência de HIV/SIDA.

3. Lições Aprendidas e planificação para 2008

Contudo, há ainda a necessidade de melhorar o funcionamento dos mercados de modo a assegurar a integração entre as zonas deficitárias (Regiões Sul e partes do Centro) e excedentárias (Região Norte e partes do Centro), para estimular o funcionamento da rede comercial formal.

- Educação: O MEC em parceria com o MINAG deverão promover hortas e lanches escolares, para assegurar não só a transferência de boas práticas de produção agrícola bem como evitar desistências dos alunos, particularmente durante o período de escassez de alimentos (Outubro-Fevereiro).
- Industria e Comercio: O MIC em coordenação com o MINAG deverá melhorar a dinâmica do sistema de monitoria de preços, em particular nas zonas áridas e semi-áridas do país
- MAE: Os administradores de distrito em coordenação com os comerciantes devem estimular as reservas comunitárias de alimentos para assegurar a manutenção e contenção da subida dos preços dos produtos alimentares durante o período de ruptura de stocks alimentares ao nível dos AFs. Administradores de distrito e Líderes comunitários devem assegurar a gestão controlada no uso de recursos florestais (lenha e carvão), as queimadas descontroladas, através da facilitação do processo de criação de Associações e capacitação de produtores de carvão e lenha.
- MPOH: deverá dar continuidade ao programa de reabilitação dos furos de água, melhorar a componente de uso e gestão dos furos de água, bem como assegurar a reabilitação das vias de acesso rodoviário que ligam as zonas de alta produção para os grandes centros de consumo e comercialização.
- MINAG: Deve-se assegurar a assistência alimentar e em insumos de produção para as 240.000 pessoas em situação de InSAN crónica. Estas acções devem ser feitas pelo PMA e os parceiros de Implementação, o MINAG em parceria com a FAO e as ONGs.
- PAPs: O QAD deverá incluir um indicador de monitoria de segurança alimentar e nutricional (i.e. baixo peso por idade, baixo peso por altura, baixa altura para a idade e o baixo peso à nascença). Estes indicadores devem ser desagregados por área geográfica, grupos socio-económicos e sexo.

Serão realizadas actividades que visam reforçar o desenvolvimento institucional do SETSAN como órgão coordenador e outras actividades de responsabilidade sectorial:

- Capacitar os membros do SETSAN a todos os níveis em métodos participativos e multidisciplinares de planificação e orçamentação de actividades de SAN, monitoria e avaliação e vulnerabilidade;
- Instalar e manter um banco de dados, incluindo informação sobre intervenções no âmbito da SAN e emergência;
- SAN incluída nos planos operacionais e sectoriais (PASAN);
- Legislar em matéria de SAN e DHAA.

Programa de Acção sobre Minas

1. Sumário Executivo

Em 2006, o Programa de Acção sobre Minas em Moçambique continuou a registar desenvolvimentos assinaláveis, principalmente no domínio da desminagem em que foram clarificados cerca de 10.5 milhões de m², pesquisados 6.5 milhões de m², localizadas e destruídas cerca de 23,900 minas e 1,600 engenhos não explodidos.

A actividade de desminagem permitiu libertar 83 aldeias, beneficiando cerca de 335 mil pessoas, aumentando as terras livres do impacto da presença de minas para a realização de actividades socio-económicas.

À luz do Plano Quinquenal de Acção sobre Minas 2002-2006 e do PARPA II, a meta preconizada de clarificação de 10 milhões de m²/ano foi atingida. Contudo, comparativamente a 2005 houve um decréscimo de 65.5% dos níveis de clarificação devido ao encerramento das actividades das operadoras humanitárias (PAD, APN e RONCO) e a redução das actividades dos operadores comerciais.

Um progresso significativo a considerar em 2006, é o facto de que as províncias do Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia terem já o impacto de minas controlado ou seja com todas as áreas minadas conhecidas clarificadas. As províncias de Tete, Sofala, Manica, Inhambane, Gaza e Maputo ainda têm a situação de minas crítica. E para estas províncias esta em curso uma pesquisa exaustiva a ser realizada pela Handicap Internacional nas províncias de Manica, Sofala e Inhambane, e um estudo de base a ser realizada pela Halo Trust em todas as seis províncias até Junho próximo.

Em termos de acidentes e vítimas, em 2006 registaram-se 18 acidentes com 35 vítimas dos quais 19 são mortais, o que representa uma redução de 22% no número de acidentes e 39% do número de vítimas comparativamente ao ano de 2005. Apesar dos esforços desenvolvidos na sensibilização sobre o perigo de minas, e ter se registado uma redução tanto de acidentes como de vítimas em relação a 2005, a situação de acidentes com minas continuou crítica, afectando principalmente as crianças em idade escolar.

Para a realização das actividades o programa da acção sobre minas contou com a contribuição dos parceiros internacionais na ordem dos 3.7 milhões de US\$ e do governo na ordem dos 31.263 milhões de meticais. Comparativamente aos anos anteriores, 2004 com US\$ 14.4 e 2005 com US\$ 15.0 milhões, 2006 foi o ano com a cifra mais baixa em termos da contribuição dos parceiros internacionais.

Como necessidade para os próximos anos, 2007, 2008, 2009 e 2010, olhando para a dimensão actual do problema de minas o programa necessitava de pouco mais de US\$ 39.80 por parte dos parceiros internacionais e US\$ 11.90 por parte do Governo.

Como perspectiva espera-se que os trabalhos de pesquisas que estão sendo realizados pela Halo Trust e Handicap Internacional sejam concluídos até Junho próximo e que os resultados

constituam um elemento importante para a previsão dos custos e do período necessário para a conclusão do processo de desminagem. Neste âmbito é crucial o processo de recolha processamento e partilha de informação por parte de todos os parceiros da acção sobre minas.

2. Avaliação do Desempenho em 2006

Desminagem

Em 2006, em resultado das actividades de pesquisas e clarificação foram canceladas, reduzidas e clarificadas extensas áreas até então com problemas de minas, libertando assim aldeias e populações do impacto negativo que a presença de minas representava. Dentre estes resultados destacam-se a clarificação de cerca de 10.5 milhões de m², a pesquisa de 6.5 milhões de m², a localização e destruição de 23,900 minas e 1,600 engenhos não explodidos.

De 2005 a 2006, no contexto da pesquisa de impacto de 2001, passou-se de 174 aldeias afectadas no final de 2005 para 91 no final de 2006, de 351 áreas suspeitas para 237 e de cerca de 149 milhões de m² para cerca de 60 milhões de m², ou seja, em 2006 foram pesquisadas, canceladas e/ou clarificados 114 campos em 83 aldeias, numa extensão de 89 milhões de m².

Como resultado dos trabalhos de pesquisas, cancelamentos e clarificação, quatro províncias do país, Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia têm o impacto da presença de minas controlado, estando actualmente na fase final o processo de visita aos distritos para a confirmação da não existência de áreas minadas conhecidas.

Contudo, o país ainda tem seis províncias com níveis de contaminação ainda preocupantes, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo, onde os dados disponíveis neste momento apontam 295 áreas conhecidas por clarificar, distribuídas por 58 distritos, com uma área estimada de 48.4 milhões de m².

A implementação do Programa de Acção sobre Minas melhorou ainda mais as condições de segurança para a circulação de pessoas e bens em todo o território nacional, libertou áreas para o reassentamento e para a prática de actividades agro-pecuárias, implantação de infra-estruturas tais como estradas, fontes de água, escolas, hospitais, linhas de transporte de energia e de telecomunicações, linhas-férreas, de entre outras. Os sectores mais beneficiários das actividades realizadas em 2006 são agricultura, obras públicas, educação, e transportes e comunicações.

Acidentes e Educação Cívica sobre o Perigo de Minas

Nos últimos anos em termos de acidentes a situação mostra-se crítica, considerando que não há uma tendência harmonizada ou seja, nalguns anos os acidentes aumentam e noutros baixam, como se pode ver na tabela abaixo. Este facto deve-se principalmente ao facto de existirem ainda muitos engenhos não explodidos espalhados pelas comunidades, assim maior parte destas vítimas são crianças que dada a falta de conhecimentos procuram brincar com estes artefactos mortíferos.

Tabela I: Variação de Acidentes e Vítimas de Minas – 2005 e 2006			
Item	2005	2006	Varição
Acidentes	23	18	(21.7)
Óbitos	23	19	(17.4)
Feridos	34	16	(52.9)
Total de Vítimas	57	35	(38.6)

Em termos de educação cívica, em 2006, o Governo continuou a priorizar a sensibilização das populações sobre o perigo de minas. Com efeito, formados 39 agentes de educação cívica sobre o perigo de minas e 10 comités de minas, realizadas mais de 90 palestras para um universo de mais de 42.000 pessoas, entre professores, crianças em idade escolar e a comunidade em geral.

Apesar deste esforço, as intervenções neste domínio continuam sendo limitadas. As campanhas de educação cívica e de formação de agentes de sensibilização levadas a cabo em 2006 tiveram efeitos positivos, proporcionando às comunidades mais conhecimento sobre o perigo que as minas representam. Todavia, os níveis de acidentes e de vítimas registados incluídas crianças em idade escolar mostram ainda a necessidade de se alargar e intensificar as acções de sensibilização da população, em particular aquela que vive em áreas suspeitas de estarem minadas de modo a reduzir o número de acidentes com engenhos explosivos.

Financiamentos

Tendo em conta a tendência da redução dos financiamentos por parte dos parceiros internacionais, o governo tem vindo a incrementar a sua contribuição a actividade de desminagem em Moçambique, não só no processo de importação de bens e equipamentos para a desminagem como também para a clarificação, através do lançamento de concursos aos operadores comerciais.

Tabela II Financiamento do programa de 2002 a 2006						
Ano	2002	2003	2004	2005	2006	Total
Externo (em milhões de USD)	16.9	18.1	14.4	15.0	3.7	68.1
Estado (em milhões de mt)	146,637	32,453	189,519	52,937	31,263	452,799

Contudo estes montantes ainda são exíguos, se olharmos para a dimensão do problema remanescente. A tabela 1 mostra a estimativa de financiamento necessário para os próximos três anos.

Tabela III: Estimativas de Financiamento (em milhões de USD)										
Item	2007		2008		2009		2010		Total	
	Estado	Doador								
Clarificação	0.60	6.00	2.40	12.00	2.80	10.00	3.10	6.50	8.90	34.50
IND	0.60	0.50	0.70	1.00	0.80	1.50	0.90	2.30	3.00	5.30
Total	1.20	6.50	3.10	13.00	3.60	11.50	4.00	8.80	11.90	39.80

Esta necessidade de financiamentos tem em vista não só assegurar a continuidade do programa de desminagem, como também alcançar os compromissos assumidos pelo Governo no âmbito da convenção de Ottawa cuja meta é de 2009 para Moçambique concluir o seu programa de desminagem.

3. Desafios

O primeiro desafio é a determinação da dimensão real do problema de minas no país, através do prosseguimento das pesquisas em curso.

Em segundo lugar, a meta de 2009 que continua a ser o marco de referência para o país concluir a desminagem, no contexto da Convenção de Ottawa.

O terceiro desafio é o problema da redução dos financiamentos ao programa de desminagem que em consequência está a ditar a retirada dos operadores internacionais. Dos 6 operadores que o programa contava até 2005, 4 retiraram-se do programa, a Ronco, a MgM, a APN e o Programa Acelerado de Desminagem e os dois que restam, a Halo Trust tem fundos confirmados até Junho/Julho de 2007 e a Handicap Internacional, até finais de 2007.

Perspectivas para 2007

- Continuar com a realização da pesquisa exaustiva nas províncias de Inhambane, Sofala e Manica para determinar a dimensão real do problema de minas e avaliar o seu impacto nas comunidades destas províncias;
- Realizar até Junho de 2007 um estudo de base “baseline assessment” nas províncias de Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo para harmonizar os dados existentes, determinar os custos e tempo necessários para fazer face ao problema remanescente de minas;
- Continuar com a actividade de clarificação de objectos económicos e sociais, tendo em vista a implementação de programas e projectos de desenvolvimento com especial destaque para as áreas de elevado potencial agro-pecuária, estradas, recursos minerais, linhas-férreas, linhas de transmissão de energia e infra-estruturas sociais, bem como de áreas para o reassentamento da população;
- Garantir que toda a informação relacionada com a acção sobre minas existente na Base de dados IMSMA e que seja regularmente actualizada e reflecta o problema real de minas/ERW no país, este processo consiste em:
 - Instalar a nova versão IMSMA e treinar o pessoal para a sua utilização;

- Garantir a manutenção dos equipamentos e sistemas operativos;
- Garantir a recolha, tratamento e disseminação de informação a todos os intervenientes do processo de desminagem e a outras entidades interessadas.
- Continuar o trabalho de sensibilização e de formação de agentes de educação cívica sobre o perigo de minas às populações que vivem em zonas afectadas;
- Continuar os esforços no desenvolvimento da capacidade nacional de desminagem, sobretudo na capacitação financeira das organizações nacionais para realizarem actividades de desminagem;
- Continuar com os esforços no âmbito da capacitação institucional do IND, com vista a assegurar que a sua capacidade humana reduza, a medida que a dimensão do problema de minas também vai reduzido.
- Continuar esforços para uma efectiva integração e operacionalização da desminagem nos principais instrumentos de planificação do Governo através da inclusão da componente desminagem na programação e orçamentação dos programas e projectos dos diferentes sectores de actividade nacional.
- Apoiar os programas de assistência às vítimas de minas e de sua reintegração socio-económica;

Ambiente

1. Sumário Executivo

Da análise do cumprimento das metas do sector em 2006, importa recordar que no QAD, o MICOA não tinha indicador para 2006. Contudo, pesa o facto de não terem sido aprovados a proposta da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique e a proposta da lei do Ordenamento Territorial. Há ainda a realçar as dificuldades no estabelecimento das unidades ambientais nos sectores e insuficiente coordenação intersectorial não se fazendo sentir ainda o papel do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES).

Há que salientar progressos na elaboração da metodologia de planeamento espacial e o envolvimento do MICOA na discussão do programa nacional de descentralização a nível do MPD. A colaboração com o INE resultou na preparação do primeiro Compendio de Estatística Ambiental a nível Nacional. Em resultado da colaboração com o Ministério da Energia a discussão sobre mudanças climáticas e energias renováveis está a envolver os sectores de Agricultura e Industria e Comercio.

Como prioridades para 2007 aponta-se a necessidade de aprovação urgente da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique e da proposta da lei do Ordenamento Territorial. Para reforço do diálogo intersectorial o MICOA impulsionará a criação das unidades ambientais nos sectores, o funcionamento do grupo de reflexão técnico intersectorial e um papel mais activo do CONDES.

Com destaque para o nível de planificação distrital, O MICOA aprofundará o processo de integração da agenda ambiental nos planos e programas sectoriais, a todos os níveis.

2. Avaliação do Desempenho em 2006

Desempenho Geral Sector (MICOA)

De acordo com os objectivos e actividades do Sector programadas para 2006 e na sequência das recomendações da Revisão Conjunta em 2006, foram realizadas as seguintes actividades:

No âmbito da gestão de recursos naturais e ordenamento territorial, destacam-se: **(i)** acções de capacitação ao nível dos decisores e técnicos ao nível autárquico, distrital e provincial, em matérias de planeamento e ordenamento territorial, de gestão de recursos naturais, integração da agenda ambiental nos planos e programas. **(ii)** finalização da metodologia de planeamento espacial para integração na planificação distrital; e, **(iii)** elaboração de 4 planos de desenvolvimento espacial a nível distrital; **(iv)** Foram feitas avaliações de impacto ambiental a 570 projectos económicos e emitidas licenças ambientais; **(v)** no âmbito da inspecção ambiental foram realizados 131 actos inspectivos sobretudo no sector industrial e turístico; **(vi)** foi coordenado o processo de recolha de 261,5 toneladas de pesticidas obsoletos ao nível de todo o País; **(vii)** em relação a gestão ambiental foi concluída a I Fase do projecto de erosão de Changara e discutidas a estratégia nacional do combate as queimadas e erosão dos solos.

No âmbito das convenções esteve em curso a elaboração do Plano Nacional para Adaptação as mudanças climáticas e foi elaborado o *draft* do regulamento sobre substâncias que destroem a camada do ozono.

Em colaboração com o INE, o MICOA finalizou o 1º Compêndio Nacional sobre Estatísticas do Ambiente, prevendo-se que o lançamento oficial ocorra no 1º semestre de 2007.

Iniciada a elaboração do 2º Relatório Nacional sobre a situação da integração da agenda ambiental nos Ministérios, Governos Locais e Municipais bem como nas organizações da Sociedade Civil.

Apesar destes avanços, o sector ainda enfrenta grandes desafios na aprovação de instrumentos cruciais para a prossecução da agenda ambiental com bases legalmente estabelecidas, a destacar a Política e a Lei de Planeamento e Ordenamento Territorial Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável.

Análise da componente ambiental nos outros sectores e assuntos transversais

Da análise feita aos relatórios de balanço sectoriais do PES de 2006 depreende-se que há em geral um esforço por parte dos vários sectores, no tratamento de matérias de índole ambiental. Se bem que varie a profundidade com que os assuntos ambientais são tratados de sector para sector, destacam-se as seguintes abordagens por sector: Energia (energias renováveis), Agricultura (conservação da biodiversidade, queimadas e o conflito homem/animal), Obras Públicas (gestão dos impactos ambientais das infra-estruturas e gestão das bacias hidrográficas); Recursos Minerais (controle da poluição que advém da na exploração mineira, particularmente o garimpo). Nos sectores sociais destaca-se o sector da Saúde com a sua abordagem sobre saúde ambiental.

No que se refere a abordagem do sector relativamente aos assuntos transversais foi dada atenção particular ao combate do HIV-SIDA. As acções desenvolvidas incluem sensibilização através de aconselhamento e palestras para os funcionários do sector e o apoio directo aos funcionários no posto de trabalho (distribuição de cabaz alimentar, medicamentos, financiamento a projectos de geração de rendimento aos infectados, apoio em material escolar aos filhos menores dos infectados).

Avaliação da Execução orçamental

O orçamento interno de funcionamento e de investimento foram executados na sua totalidade, o que se traduziu pelo cumprimento das actividades planificadas.

Quadro comparativo do Orçamento do MICOA (2006)

Orçamento	Dotação	Execução	%
Funcionamento	54,108.60 (Mt)	57,926.90	107%
Investimento Interno	5,301.80 (Mt)	5,395,95	102%

Relativamente ao investimento externo, pode-se destacar as contribuições da Holanda (600 mil USD), Danida (6.2 milhões USD) e Banco Mundial (3.5 milhões USD) destinado ao apoio de actividades previstas no PES, incluindo assistência técnica internacional e a construção do Centro de Pesquisa de Pemba, para além de outros, correspondendo a um total global de 10.1 Milhões USD.

Importa referir que no quadro das reformas foi introduzido o SISTAFE e instalado o e-SISTAFE como instrumentos fundamentais para a melhoria da gestão financeira no sector.

3. Lições Aprendidas

Dentre as lições aprendidas destaca-se a estreita coordenação com o Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD), com o Instituto Nacional de Estatística (INE) e com o Ministério de Energia. É no entanto necessário reflectir sobre o funcionamento do CONDES tendo em vista a melhoria da coordenação intersectorial na área ambiental.

O estabelecimento de unidades ambientais em alguns sectores e o funcionamento do grupo técnico de reflexão ambiental permitiu ao MICOA um acompanhamento e monitoria das acções das componentes ambientais sectoriais. Verifica-se no entanto a necessidade da aprovação da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável de Moçambique, da criação de mais unidades ambientais, do funcionamento mais regular do grupo de reflexão e de uma maior actuação do CONDES no fortalecimento da coordenação intersectorial nas questões ambientais.

4. Desafios e Perspectivas para 2007

No âmbito do seu plano de actividades o esforço do sector concentrar-se-á nas seguintes acções:

- Discussão de uma agenda de prioridades para a intervenção do CONDES;
- Discussão do plano do FUNAB para se priorizarem áreas de intervenção estratégica;
- Advocacia junto da Assembleia da República para garantir a aprovação da Política e Lei do Planeamento e Ordenamento;
- Advocacia junto do Conselho de Ministros para garantir a aprovação da Estratégia Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável;
- Divulgar a metodologia de planeamento espacial recentemente desenvolvida e iniciar a sua implementação;
- Divulgar a agenda ambiental do PARPA II e identificar acções prioritárias nos planos sectoriais, provinciais e distritais;
- Assegurar que todos os sectores económicos produzam planos de maneo sustentável dos recursos naturais;
- Assegurar que todos os sectores económicos e sociais integrem nos seus planos sectoriais, medidas de mitigação dos impactos ambientais que advêm das suas actividades, usando para o efeito, instrumentos expeditos tais como a Avaliação Ambiental Estratégica;
- Reforçar a capacidade do MICOA de fiscalização e avaliação de impactos ambientais;
- Realizar estudos específicos sobre o impacto ambiental do regime de exploração florestal com base nas licenças simples.
- Elaborar o plano de acção para assegurar o seguimento das constatações/recomendações levantadas pelo primeiro relatório nacional sobre a integração da agenda ambiental nos governos províncias, distritais, locais, sector privado e sociedade civil;
- Assegurar a criação de unidades ambientais e operacionalizar o seu funcionamento e articulação eficaz entre o MICOA e estas unidades nos sectores e províncias no sentido de melhorar a coordenação, monitoria e avaliação das acções ambientais;
- Criar um sistema de recolha e de disseminação de documentos e estudos ambientais relevantes para a gestão ambiental;

- Reforçar a capacitação institucional em matéria da agenda ambiental ao nível das lideranças (AR, órgãos decisórios a vários níveis).

5. Indicador do QAD (2007-2009)

É importante notar que o indicador acordado “**Nº cumulativo de planos distritais de uso de terra elaborados e aprovados**” está intrinsecamente ligado à aprovação da Lei do Planeamento e Ordenamento pela Assembleia da República, considerando que a Lei é o instrumento legal de dá cobertura a esta actividade.

Verificando-se o atraso na aprovação desta lei o MICOA propõe avançar com a metodologia de planeamento espacial já desenvolvida. Propõe a revisão da formulação do indicador para “número cumulativo de planos com a componente espacial integrada elaborados e aprovados”, bem como a revisão da formulação da “acção”.

Objectivo	Realizações (Acções)	Responsável	Indicador [Fonte de Verificação]	Meta 2007	Tipo de Indicador (R/P)
Melhorar o planeamento e ordenamento territorial (par. 205)	Elaboração e aprovação de planos distritais de uso de terra	MICOA/MPD	Nº cumulativo de planos distritais de uso de terra elaborados e aprovados [Balanço do PES Sectorial]	Conclusão e aprovação dos 26	P

Calamidades

1. Sumário Executivo

A presente avaliação faz referência às principais acções levadas a cabo no âmbito da implementação do PES 2006, cujos objectivos principais resumem-se na redução da vulnerabilidade às calamidades e desenvolvimento de acções de prevenção e mitigação.

O esforço do Governo nesta área foi concretizado com a aprovação em 2006, do Plano Director de Prevenção e Mitigação das calamidades naturais, cujas linhas estratégicas pretendem encontrar soluções para as seguintes áreas: Desbalanceamento hídrico, Desbalanceamento alimentar e Nutricional e Gestão de emergência e meios relacionados.

Como áreas de melhor desempenho em 2006 distingue-se a intervenção nas zonas áridas e semi-áridas onde se iniciou na componente aprovisionamento de água para agricultura, abeberamento dos animais e para o consumo humano, e a componente de segurança alimentar onde se iniciou o levantamento situacional nas comunidades com vista ao desenvolvimento, pelas populações, de projectos não agrícolas nos Centros de Recursos e de Uso Múltiplo (CERUM), para além de sistema de aviso prévio e criação dos comités de gestão de risco nas comunidades.

Porém, o sector reconhece que em 2007, deverá prestar maior atenção na supervisão e monitoria das actividades das províncias ao mesmo tempo que dará maior apoio técnico na elaboração dos planos de acção para a implementação do Plano Director.

A implementação dos diferentes programas em 2006 na área de gestão de calamidades mostra que é importante que os sectores a nível central e provincial assegurem a integração das acções do Plano Director no PES anual, e que os Conselhos Consultivos distrital, utilizem o Plano Director como um guião técnico na fase da planificação.

Deverá igualmente continuar-se com o processo de criação dos comités de gestão de risco nas comunidades, divulgação do sistema de aviso prévio a ciclones e cheias para além da criação de um sistema de informação e comunicação sólido.

2. Avaliação do desempenho em 2006

Dentre as várias acções levadas a cabo no âmbito da gestão de calamidades distinguem-se:

- Divulgação do Plano de Contingência 2005/6 junto dos parceiros e sociedade civil sendo, uma reunião nacional com as delegações provinciais do INGC e outra com os parceiros de cooperação;
- Recomendação aos Governos provinciais com maior risco de cheias para activarem atempadamente os mecanismos de alerta e avisos do risco de cheias e de ciclones;
- Em relação ao aviso prévio: Distribuição de bandeiras sobre ciclones e diversos materiais de sensibilização sobre o sistema de aviso prévio a ciclones em 69 Postos Administrativos das

províncias costeira, e 60 bicicletas e 30 lanternas para o mesmo fim; e Produção e divulgação de sports radiofónicos sobre o sistema de aviso prévio a ciclones

- Produção da primeira brochura sobre "Sismos e precauções" como um instrumento para a educação cívica, tendo sido distribuída em todas as províncias;
- Realização de uma simulação de ocorrências de ciclones e cheias para ensaiar a operacionalização do CENOE em termos de fluxo de informação do distrito passando para o CENOE regional até a sede nacional em Maputo;
- Realização de uma simulação de ocorrências de ciclones e cheias para ensaiar a operacionalização do CENOE em termos de fluxo de informação do distrito passando para o CENOE regional até a sede nacional em Maputo;
- Criação de 16 comités de gestão de risco nas comunidades na província de Gaza e 6 na província de Inhambane visando o envolvimento das comunidades na gestão do risco local;
- Mobilização de Recursos juntos dos parceiros e sociedade civil, que permitiram a assistência a cerca de 70% de cerca de 800 mil pessoas com necessidades alimentares;
- Elaboração e início da implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação das Calamidades Naturais que define como principais estratégias na redução da vulnerabilidade (Balanceamento hídrico, o Reflorestamento, o Desbalanceamento alimentar e Nutricional e a Gestão de emergência);
- Estabelecido o Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE) que tem como objectivo proporcionar a todos os intervenientes na prevenção, mitigação e resposta às calamidades;
- Criação de 4 Centros de Recursos e de Uso Múltiplo (CERUM) nos distritos de Chigubo, Massangena em Gaza e Mabote e Funhalouro em Inhambane) cujas funções são: Recolha e tratamento de Informação sobre calamidades, Desenvolvimento de Tecnologias, e Gestão de Risco de calamidades;
- Criação de duas direcções regionais do INGC, sendo uma em Vilanculos na zona sul e outra em Caia na zona centro;
- Troca de experiência com outros países, sendo de salientar, Portugal, Brasil, Países da América Central (Guatemala, Honduras, Nicarágua). No Brasil, foram recolhidas experiências sobre tecnologias para a reabilitação das zonas árida e semi-áridas no nosso país em contactos com instituições ligadas ao desenvolvimento de zonas áridas do Brasil, concretamente EMBRAPA Semi Árido, tendo disponibilizado tecnologias ligadas às dessalinização de águas, de retenção de água a baixo custo, de processamento da mandioca e processamento e conservação de frutas tropicais.
- Assinado um Memorando de Entendimento entre o INGC e a sua congénere de Guatemala (CONRED), que permite a troca de experiência, assistência técnica para criação do Centro Nacional de Operações de Emergência de Moçambique (CENOE) no âmbito da gestão do risco de calamidades naturais.
- No distrito de Chigubo foram lavrados 23ha para a produção de cereais (principalmente milho) nas localidades de Ndindiza, Saúte e Zinhane. Foi igualmente estabelecida uma horta com 3ha para a produção de hortícolas que abastece a Vila-sede com vegetais. A horta está a responsabilidade de uma associação maioritariamente constituída por mulheres tendo sido atribuído uma bomba pedestral e sementes;

- No mesmo distrito foram também implantados pequenos sistemas de irrigação Gota-a-Gota, tendo sido já montado 2 sistemas com uma capacidade para irrigar 600m² a produção de milho e amendoim;
- Foi construção duma represa no distrito de Chigubo, com uma capacidade de retenção de 27.000m³ de água para o abeberamento de animais e utilização para rega.

3. Principais lições aprendidas

As principais lições aprendidas em 2006 na área de gestão de calamidades impõem necessidade de se melhorar, entre vários aspectos, os seguintes:

Assegurar que o Plano Director esteja reflectido no PES anual ao nível dos sectores centrais e dos Governos provinciais, tendo em conta que o mesmo visa cumprir o Programa Quinquenal do Governo. Para isso e de modo a evitar duplicações, deve-se assegurar a coordenação multisectorial na fase da planificação.

Os Conselhos Consultivos distritais devem ser assessorados pelas províncias no sentido de identificar acções definidas no Plano Director que podem melhorar a sua abordagem no processo de identificação das prioridades na elaboração dos PEDD.

Em relação à gestão do risco de calamidades, deve-se continuar a criação dos comités de gestão de risco nas comunidades por forma a potenciar as comunidades para o desenvolvimento de acções de prevenção e resposta às calamidades naturais.

Outro aspecto muito importante é a necessidade de fortalecimento do sistema de informação e comunicação, tendo em conta a transversalidade da questão das calamidades com vista a se evitar a duplicação de esforços.

Em Dezembro de 2006, o sector iniciou com a apresentação do primeiro draft do Cenário fiscal 2008-2010 no qual foram apresentados os indicadores e os principais programas a serem implementados em 2008. Esse processo contou com a participação das províncias principalmente para identificação de prioridades na implementação do Plano Director e o esforço que cada província deve encetar para garantir que essas actividades estejam no PES provincial.

Ciência e Tecnologia

1. Sumário Executivo

O presente documento “Balanço Anual do Plano Económico e Social de 2006” faz a avaliação da implementação das Actividades e execução orçamental levadas a cabo pelo o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) durante o ano de 2006.

Durante o ano de 2006, o MCT expandiu-se pelas Regiões Norte, Centro e Sul, estabelecendo os Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCT's), os Núcleos Provinciais e Distritais de Ciência e Tecnologia (NPCT's e NDCT's respectivamente), com vista a facilitar a execução das suas actividades ao longo do território nacional e a colocar a Ciência e Tecnologia como primeira força produtiva de Desenvolvimento sustentável.

Criaram-se conselhos científicos temáticos, programas de apoio a realização de projectos de investigação e realizaram-se expedições científicas. Organizou-se Mostras de Ciência e Tecnologia, apresentações móveis de Ciência e Tecnologia, nas escolas e comunidades.

Realizaram-se seminários para a Disseminação da Política e implementação das Estratégias da Ciência e Tecnologia. Ainda neste ano, foi Elaborada a Estratégia e Plano de Acção da Propriedade Intelectual.

Encontra-se em Desenvolvimento o Sistema de Indicadores de Ciência e Tecnologia e o programa de ligação entre a Investigação Científica e a Indústria.

Está em curso o processo de Implementação da Estratégia do Governo Electrónico, Implementação do Observatório de Tecnologias de Informação e Comunicação, a Criação de Duas Incubadoras Tecnológicas e de Negócios.

Está ainda em curso o Estabelecimento do Conselho Nacional de Ética em Ciência e Tecnologia, a fase de avaliação e selecção dos KIT's que se adequam a realidade dos programas temáticos do nosso país, ao nível de ciências básicas no ensino secundário geral.

2. Análise do Desempenho

Actividades Realizadas

Das actividades inscritas no PES realça-se que registou-se um bom desempenho nas seguintes:

- Criação de Conselhos Científicos Temáticos:
- Foram criados os conselhos científicos de Etnobotânica, Energia e Água.

Consolidação do Fundo Nacional de Investigação através da implementação de um programa de apoio à realização de projectos de investigação:

- Foi estabelecida a regulamentação do Fundo. Foram submetidos, avaliados e aprovados para financiamento projectos de investigação.

Criação dos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCT's):

- Foram criados três CRCT's nas regiões Norte (Nampula), Centro (Tete) e Sul (Gaza). Os Núcleos Provinciais e Distritais auxiliam os CRCTs no desenvolvimento da CeT em cada região.

Realização de três expedições de cientistas e investigação para a região Sul, Centro e Norte:

- Durante 2006, foram realizadas expedições às Províncias de Nampula, Tete, Gaza, Inhambane e Cabo Delgado com o objectivo de elaborar soluções científicas e compatíveis com a realidade socio-cultural das suas actividades.

Organização da Mostra de Ciência e Tecnologia em Maputo Cidade, Gaza, Tete e Nampula:

Foram realizadas três Mostra de Ciência e Tecnologia nas regiões Norte (Nampula), Centro (Tete) e Sul (Gaza e Maputo) com a participação de instituições de investigação públicas e privadas, associações de camponeses, inovadores e ONG's.

Implementação da iniciativa "Ciência em Movimento" através de apresentações móveis de Ciência e Tecnologia, nas escolas e comunidades:

Foram realizadas demonstrações móveis de Ciência e Tecnologia nas escolas de ensino primário de Namaacha e Catembe.

Disseminação da Política e implementação da Estratégias da Ciência e Tecnologia:

- Realizaram-se dez seminários provinciais e encontros sectoriais com membros do governo, instituições de investigação, representantes de ONG's e da sociedade Civil.
- Realizaram-se também dois cursos de formação para funcionários do MCT e jornalistas.

Elaboração da Estratégia e Plano de Acção da Propriedade Intelectual:

Foi criada a comissão composta por sete membros de diversas instituições que elaborou a estratégia de propriedade intelectual, aprovada pelo Conselho de Ministros.

3. Actividades em Curso

Das actividades inscritas no PES 2006 que estão em curso destacam-se as seguintes:

- Desenvolvimento e Implementação de um Sistema de Indicadores de Ciência e Tecnologia:
 - Com recurso ao Plano Estratégico de Ciência e Tecnologia, identificou os indicadores a serem utilizados para caracterizar e avaliar o Sistema de Ciência e Tecnologia e foram elaborados o manual de instrução e o documento metodológico. Fez-se a distribuição e a recolha do inquérito, estando em curso a produção de indicadores.

Implementação da Estratégia do Governo Electrónico:

- Foram assinados protocolos de cooperação com a Oracle e Huawei e o processo de implementação da Estratégia do Governo Electrónico ainda está fase inicial.

Implementação do Observatório de Tecnologias de Informação e Comunicação:

- Foi lançado o observatório em Maio de 2006.

Promoção da Criação de Duas Incubadoras Tecnológicas e de Negócios:

- Foram identificadas as instalações para o funcionamento da incubadora tecnológica em Nwaxincoloane, no Posto Administrativo de Linde, Distrito de Chokwé onde a mesma vai funcionar e já foi licenciado o terreno (500Ha) destinado à incubadora.

Distribuição de “kits” científicos para escolas secundárias:

- No âmbito da cooperação com o Brasil foi criada uma equipe conjunta e concebida a primeira fase do projecto. Está em curso a segunda fase, para em conjunto avaliar os kits e seleccionar os que se adequam a realidade dos programas temáticos do nosso país, ao nível de ciências básicas no ensino secundário geral.
- Estabelecimento de um programa de ligação entre a Investigação Científica e a Indústria
- Estabelecimento do Conselho Nacional de Ética em Ciência e Tecnologia
- Foi elaborado o documento da versão preliminar sobre o Código de Conduta e Ética pela comissão criada para o efeito.

4. Execução do Orçamento (2006)

Disponibilidades

Em relação a execução orçamental de 2006, foi disponibilizado para o Orçamento de Funcionamento (OF) o valor de MT 44.834.170,00 tendo sido distribuído e executado como a seguir se apresenta:

- Salários: MT 22.397,240
- Despesas Correntes: MT 22.436,93

Por sua vez, o Orçamento de Investimento foi disponibilizado num total MT 10.000,00, sendo:

- Financiamento Interno Fundo Nacional de Investigação - MT 6.000,00
- Financiamento Interno componente Ensino Superior – MT 4.000,00

Na execução do Orçamento de Estado de 2006, tivemos 2 (dois) cenários:

- Execução via Adiantamento de Fundos/Duodécimos até 31 de Agosto de 2006; e
- Execução via E-sistafe (a partir de 04 de Setembro);

Execução do OF

A Execução de Despesas Correntes (OF) foi de 87.62% e sobre ela importa referir que não foi aceite a libertação do cativo de 10% pelo que em termos práticos a Execução foi de menos 2.38%.

Para Execução do orçamento toMdE-se em conta a programação financeira mensal que é feita com base nos planos de necessidades enviados ao Departamento Financeiro, de acordo com o PES (Plano Económico e Social), POA (Plano Operacional de Actividades) e prioridades do sector.

Relativamente às actividades realizadas no PES através de Orçamento de Funcionamento, temos a citar que deu-se enfoque:

- As Expedições de cientistas e investigadores suportando pagamentos de passagens, taxas de embarque, ajudas de custos, acomodação e outras despesas envolvidas;
- A Criação de conselhos Científicos Temático efectuando-se pagamentos de senhas de presenças aos membros participantes no que respeita aos conselhos operacionais, nomeadamente, o de Etnobotânica e o de Águas;
- A Criação dos Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (CRCT's) – na qual teve-se pagamento das despesas inerentes à inauguração dos CRCT's Sul e Centro. Igualmente, efectuou-se o pagamento de todas as despesas relativas ao funcionamento dos 3 CRCT's;
- A Organização da Mostra de Ciência e Tecnologia em Nampula, Tete, Gaza e Maputo havendo pagamento de despesas diversas tais como dísticos, serviços de segurança, ajudas de custos, acomodação, entre outras;
- Realização de seminários relacionados com a Implementação da iniciativa “Ciência em Movimento”, Estratégia do Governo Electrónico e elaboração da Estratégia de Ciência, Tecnologia e Inovação em Moçambique.

Execução do OI

Na Execução de OI, tivemos uma Execução de 100% para a componente FNI assim como para Ensino Superior realçando-se a reabilitação e apetrechamento dos três Centros Regionais de Ciência e Tecnologia (Norte, Centro e Sul), a realização da primeira Mostra de Ciência e Tecnologia nas províncias de Nampula, Tete, Gaza e Maputo, consolidação e implementação de dezassete projectos financiados pelo FNI. Tendo em conta que o valor de Financiamento Interno para FNI teve um cativo de 10% daí o valor disponibilizado foi de MT 5.400,00.

Actividades vs Reformas Centrais

No âmbito do processo de Implementação da Estratégia do Governo Electrónico já foram assinados protocolos de cooperação com a Oracle e Huawei e o processo de implementação da Estratégia do Governo Electrónico ainda está fase inicial, conforme referido anteriormente.

Dando seguimento ao processo de Implementação do Observatório de Tecnologias de Informação e Comunicação foi lançado o observatório em Maio de 2006.

Desenvolvimento Rural

1. Sumário Executivo

Durante o ano de 2006, a Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural (DNPDR)¹¹ levou a cabo actividades enquadradas no contexto da promoção, coordenação, formulação de estratégias, pesquisa de processos e monitoria de actividades de desenvolvimento do meio rural.

Indicador do QAD

A meta do indicador da matriz do PARPA para a área (Nº cumulativo de Agências de Desenvolvimento Económico Local (ADELs) em Funcionamento) de seis ADEL's no fim de 2006, foi atingida com a entrada em funcionamento da ADEL em Xai-Xai.

As áreas de melhor desempenho em 2006 foram:

- O Desenvolvimento Económico Local, por via da expansão das Agências de Desenvolvimento Económico Local (ADELs) de cinco (5) para seis (6). Para além das províncias de Maputo, Sofala, Manica, Nampula e Zambézia foi constituída uma ADEL na província de Gaza.
- O fortalecimento das ligações de mercado através das acções do Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA).
- Políticas e estratégias com a conclusão do documento técnico da EDR.
- Formulação de novos programas com a conclusão do desenho do Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientados para o Mercado para o Vale do Zambeze (Mutara – Tete e Morrumbala – Zambézia – 1ª fase)

As áreas de fraco desempenho em 2006

- São de natureza normativa: a falta de aprovação do novo Regulamento orgânico das Direcções Provinciais do Plano e Finanças, dificulta a articulação institucional entre as estruturas centrais, provinciais e locais pela indefinição que acarreta.
- A área de monitoria das acções, programas e projectos de desenvolvimento rural.

Principais lições aprendidas.

- Torna-se necessário assegurar com carácter urgente, a efectiva representatividade da DNPDR a nível de todas as províncias do país, no âmbito da Promoção e Coordenação das actividades do Desenvolvimento Rural.
- Os activos fundiários imobiliários rurais, devem ser valorizados economicamente, elevando o grau de seu aproveitamento e integrando-os no ciclo económico produtivo. Para tal, é necessário criar uma capacidade para melhorar o acesso à terra, à água, aos insumos agrícolas e serviços agrários para promover uma gestão dos recursos naturais e um desenvolvimento rural sustentável, assegurando a organização legal das comunidades com o fim de aumentar a

¹¹ O mandato e funções da DNPDR foram aprovados ao abrigo do Diploma Ministerial nº 162/2005 de 10 de Agosto que aprova o Estatuto Orgânico do MPD.

sua capacidade de gerir os seus recursos e participar activamente no desenvolvimento distrital e na governação, adoptando os mecanismos de gestão de recursos naturais previstos na Lei de terra, Lei de Florestas e Fauna Bravia e na Lei e Política do Ambiente.

- Assegurar uma correcta estratégia de saída do Programa de Apoio a Mercados Agrícolas (PAMA) que termina em Setembro de 2007. O PDAN foi encerrado em 2006. Torna-se necessário assegurar a participação da DNPDR na garantia da sustentabilidade das actividades até agora desenvolvidas no contexto destes Programas/Projectos. Vão ser levadas a cabo acções no sentido de criar condições para a disseminação e réplica das “boas práticas” que emergiram da sua implementação.
- No que diz respeito à área de informação e documentação, afiguram-se acções prioritárias a finalização da instalação do Sistema de informação (SI) desenvolvido pela EXI, a realização de acções internas para a definição de métodos para a utilização do sistema e a montagem dum banco de dados sobre as acções relevantes de desenvolvimento rural nas Províncias, instalado nas DPPF's (para monitoria do desenvolvimento sócio-económico nos Distritos).
- Ao nível das Províncias as perspectivas vão estar orientadas para o prosseguimento do processo de formulação, implementação e monitoria dos PEDD, incluindo as importantes dimensões de capacitação das IPCC's e o acompanhamento da execução dos Fundos de Investimento Local (FIL), o acompanhamento das actividades realizadas pelas ONG's ao nível da Província e a implementação de acções que garantam um maior alinhamento com as actividades levadas a cabo pelo Governo e a implementação da abordagem do Desenvolvimento Económico Local ao nível das Províncias e Distritos. Deve ser dada prioridade à definição do enquadramento institucional e ao reforço da componente de promoção do desenvolvimento rural, investimentos e finanças rurais ao nível das DPPF's¹².
- A DNPDR dará especial atenção à capacitação distrital, através do seu Departamento de Capacitação Distrital.

2. Avaliação mais detalhada

Das principais acções realizadas durante o período em análise são de destacar as seguintes:

- Conclusão e depósito das propostas de documentos técnicos referentes à Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) e à Estratégia Nacional de Micro-Finanças;
- A DNPDR participou no processo de formulação participativa da Estratégia de Comercialização Agrícola (ECA), aprovada em Maio de 2006;
- Implementação do Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA);
- Dinamização das ADELs já constituídas e preparação das condições para a criação das ADELs em Inhambane, Tete e Cabo Delgado.
- Conclusão do desenho e preparação de condições para o arranque do Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientados para o Mercado em coordenação com o MINAG, MICOA, MIC, MAE e o Banco Mundial;

¹² Até ao momento os colegas a trabalhar na área ainda estão nos escritórios da Direcção Provincial da Agricultura (DPA) na Zambézia e em Cabo Delgado. Devido à problemas de vária ordem, incluindo a falta de enquadramento institucional nas Províncias, não temos colegas afectos a área nas Províncias de Niassa e Manica.

Lançamento do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural na Zambézia (distrito de Mocuba e outros distritos adjacentes);

- Instalação e funcionamento, na DNPDR, da Unidade de Apoio à Políticas, no âmbito do Programa de Apoio às Finanças Rurais (PAFR);
- Acompanhamento do processo em curso (parceria público-privada) de criação de uma sociedade financeira de desenvolvimento, com enfoque rural (o início das actividades está previsto para 2007)¹³.
- Avaliação Final do Projecto de Desenvolvimento Agrário do Niassa (PDAN);
- Encerramento do Projecto Mozambican Microfinance (MMF);
- Preparação, em colaboração com as instituições relevantes, do Regulamento Interno da DNPDR (apreciado e aprovado no Conselho Consultivo do MPD, no dia 26 de Julho corrente);
- Formulação dos Programas i) de Desenvolvimento Integrado da Mulher Rural, e; ii) de Promoção de Infra - estruturas e Empresariado Rurais (em articulação com as Administrações Distritais):
- Acompanhamento das seguintes iniciativas de desenvolvimento: i) Região do Vale do Zambeze (GPZ); ii) PRODER/GTZ14; iii) Micro-Finanças¹⁵;
- Acção piloto de capacitação da Equipa Técnica Distrital de Planificação, realizada na província de Inhambane (distrito da Massinga) entre os dias 22 e 24 de Novembro;

Programas e Projectos em curso

a) Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA)

- Supervisão da implementação do Programa de Apoio aos Mercados Agrícolas (PAMA) nas áreas de foco de Cabo Delgado (Montepuez, Balama, Namuno, Chiure e Ancuabe), Niassa (Cuamba, Maua e Marrupa) e Maputo (Boane, Moamba e Magude).

b) Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientados

Para o Mercado

- Participação no processo de Desenho do Programa de Apoio aos Pequenos Produtores Orientado para o Mercado, em coordenação com o MINAG, MICOA, MIC, MAE e o Banco Mundial – A equipa técnica baseada na DNPDR já foi contratada (gestor financeiro e especialista de procurement) e já foram identificados os facilitadores para os distritos de Morrumbala e Mutarara – 1ª fase.

c) Programa de Apoio a Finanças Rurais (PAFR)

- Instalação e funcionamento, na DNPDR, da Unidade de Apoio à Políticas, no âmbito do Programa de Apoio às Finanças Rurais (PAFR);

¹³ O processo de instalação do Banco com enfoque rural está em curso depois da assinatura do memorando de entendimento entre o GoM (MPD), GAPI, Rabobank, KFW e a Embaixada do Reino dos Países Baixos.

¹⁴ Visitas aos distritos de Manica, Barué, Sussundenga, Gorongosa, Cheringoma e Muanza

¹⁵ Visitas às Províncias de Nampula, Manica, Tete e Maputo

d) Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural na Zambézia

Lançamento do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Rural, enquadrado no apoio finlandês à agricultura e desenvolvimento rural na Zambézia (distrito de Mocuba e outros distritos adjacentes) em 05 de Julho de 2006 e participação na supervisão da sua implementação;

e) Projecto de Desenvolvimento Agrário do Niassa (PDAN)

- Realização do seminário de avaliação final om a participação dos governos distritais de Lichinga e Sanga, representantes da DPA do Niassa, do MINAG, DNPDR, IFAD e gestores do projecto;

Programas/Projectos em fase de formulação

a) Programa de Desenvolvimento Integrado da Mulher Rural

- Formulação em articulação com as Administrações Distritais de Magude, Xai-Xai, Zavala, Inharrime e Homóine tendo já sido realizados diagnósticos em Magude, Xai-Xai, Chókwè e Zavala.

b) Promoção de Infraestruturas e Empresariado Rurais

- Está em curso a sua formulação, tendo sido realizadas visitas de diagnóstico ao distrito da Macia, Província de Gaza.

Coordenação de Intervenções de Desenvolvimento Rural

a) Comité Técnico de Coordenação do Desenvolvimento Rural

Esteve trabalhando permanentemente no quadro da formulação da EDR.

b) Grupos de Referência

- Estiveram em funcionamento grupos de referência tratando os seguintes temas: finanças e micro-finanças rurais, mercados, associativismo, comunicação rural e desenvolvimento económico local.

Políticas e Estratégias de Desenvolvimento

- Estão já depositadas as propostas de documentos técnicos referentes à Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDR) e à Estratégia Nacional de Micro-Finanças.

Monitoria/Avaliação e Estudos

Foram realizadas missões de acompanhamento das seguintes iniciativas de desenvolvimento: (i) Região do Vale do Zambeze (GPZ); (ii) PRODER/GTZ¹⁶., (iii) Microfinanças¹⁷; (iv) Foram

¹⁶ Visitas aos distritos de Manica, Barué, Sussundenga, Gorongosa, Cheringoma e Muanza

¹⁷ Visitas às Províncias de Nampula, Manica, Tete e Maputo

realizados vários estudos no contexto do desenho do Projecto de Desenvolvimento de Pequenos Produtores Orientados Para o Mercado¹⁸.

¹⁸ Organizações Comunitárias de Base, Infra-estruturas Produtivas de Nível Comunitário, Comercialização e Agro-Negócios, Análise de Sistemas de Produção, Sistemas Financeiros Rurais, Sistemas de Irrigação e Gestão de Águas, Estudo Ambiental e sua divulgação ao nível provincial e distrital.